

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município de Lamego, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 07 de dezembro de 2023.-----

ABERTURA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues em substituição de Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Lamego (Almacave e Sé) - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves), Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otília da Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou a ausência do membro, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho.-----

1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, questionou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não havendo qualquer inscrição.-----

2. ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** que começou por cumprimentar todos os presentes e justificou que, por norma, a sessão da Assembleia Municipal, na qual é discutido o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, se realiza no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por esse motivo esta sessão da Assembleia Municipal não se realizou descentralizadamente.

Disse, ainda, que esta sessão é obrigatória, pois tem de ser realizada, nos termos da Lei, até 31 de dezembro, para aprovação do Orçamento do ano seguinte.

Como é do conhecimento público, a Câmara Municipal deve submeter à Assembleia Municipal a proposta de Orçamento respeitante ao ano do exercício económico seguinte, nomeadamente até ao dia 30 de novembro.

No entanto, frisou que a ordem de trabalhos desta sessão é muito extensa, tendo definido algumas regras a adotar, por parte da Mesa e por parte dos senhores deputados da Assembleia Municipal.

Informou também que, no próximo ano, a sessão da Assembleia Municipal para discussão e aprovação do Orçamento será realizada na freguesia de Lamego, em lugar ainda a combinar com o senhor Presidente da referida Freguesia.

Interveio o membro **Pedro Torres** que começou por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, a digníssima mesa da Assembleia, os senhores Vereadores, os caríssimos deputados, todos os funcionários municipais que estão a acompanhar estes trabalhos, bem como ao digníssimo público e ainda a todos os que estão a assistir através das redes sociais, desejando a todos um excelente dia.

De seguida, proferiu a seguinte intervenção: *“Estamos hoje aqui presentes na última Assembleia Municipal deste ano de 2023. Senhor Presidente, vou iniciar a minha intervenção, que começa a ser já uma rotina o facto ter de fazer este tipo de comentário e gostaria já que é a última Assembleia Municipal deste ano, que o senhor Presidente da Câmara desse cumprimento, não só ao Regimento desta Assembleia, mas ao pedido efetuado pela bancada do Partido Socialista, nas sessões da Assembleia Municipal realizadas anteriormente, o qual diz respeito a um conjunto de documentos que vêm sido continuamente requeridos, mas que, até à data, não viram a luz do dia, ou houve uma total incapacidade de poder fornecer esses documentos.*

No entanto, aproveito para relembrar a quais documentos me refiro, os quais dizem respeito a um conjunto de informações que nós pretendíamos ter conhecimento, nomeadamente quais os ajustes diretos que têm sido feitos no decorrer do respetivo mandato, bem como o conjunto de aquisições e, neste caso, de prestações de serviço

por parte de diversas pessoas que prestam o seu serviço junto do município e essas relações, bem como outros, e já são vários.

Os documentos que dizem respeito às questões relacionadas com as feiras e mercados foram chegando, em bom tempo, no entanto, nada chegou a esta Assembleia, relativamente aos outros assuntos.

Nesse sentido, segundo o que prevê a própria lei, seremos obrigados a fazer esse mesmo requerimento junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, para que seja dado o cumprimento de uma ordem e de uma instrução que faz parte, não só do Regimento, mas, inclusivamente é um direito que assiste, não só a esta Assembleia, como a qualquer outro cidadão.

Mudando de assunto e para que fique claro, não me interessam propriamente as questões judiciais dessa mesma situação, mas interessa o facto de ter relevância política, até porque há um conjunto significativo de senhores deputados, que faziam parte do mandato 2013-2017, que receberam esse mesmo documento. Tal documento tem a ver com o relatório do Tribunal de Contas, que foi recebido por variadíssimas pessoas e foi, logicamente, também este tornado público e que assenta, sob vários aspetos, mas assenta, acima de tudo, sob a internalização da tão famigerada empresa Lamego Renova.

E, sabendo do teor e da gravidade que está nesse mesmo relatório, sabendo, logicamente, e não posso deixar de o dizer e direi isto sempre em qualquer situação, reservo ao direito a cada um dos visados de poder recorrer, mas há factos políticos que, no fundo, vêm dar razão a tudo aquilo que vem sido dito ao longo dos vários anos.

E quando muitos diziam que era uma utopia e que nós não andávamos bem, que andávamos algures no espaço sideral. É estranho que, pelo menos nesta redação, afinal, não eram só os deputados do Partido Socialista ou os Vereadores do Partido Socialista que andavam no espaço sideral, pois pelo visto dos juízes do Tribunal de Contas, também estes devem andar no espaço sideral para produzirem aquilo que produziram e para fazerem, não só o conjunto de reparos, como também as indicações que lá estão reproduzidas.

E para lembrar, principalmente àqueles que não faziam parte, mas principalmente relembra àqueles que faziam parte e que tomaram o conjunto de decisões à data poderão ter de pagar contraordenações de valores avultados por tomadas de decisões, caso a situação não mude o figurino, em relação à redação inicial, que segundo aquele Tribunal, entende para já, não quer dizer que venha a acontecer, que foram tomadas ao arrepio da própria lei e ao arrepio das próprias regras.

Já para não falar da possibilidade de internalização de uma verba a rondar os 1,5 milhões de euros, ou seja, colocar lá o dinheiro, voltar a repor o dinheiro, entregar o dinheiro a quem devido, de 1,5 milhões de euros à Câmara Municipal, por parte dos

anteriores administradores da então empresa Lamego Renova extinta. Não me interessa e deixemos, logicamente, que a situação prossiga.

Nós sabemos que a velocidade da justiça é muito diferente daquilo que é a própria velocidade ou aquilo que seria exigível, não só para a política, mas principalmente para a vida normal dos cidadãos.

Deixemos que, logicamente, a coisa siga, mas não podia deixar de, ao fim destes anos todos, achar curioso que, com o passar do tempo, com o passar dos meses, pelo menos nesta primeira fase, parece que não estamos sozinhos naquilo que era a nossa própria pronúncia.

Entretanto, vou já também endereçar ao Senhor Presidente da Câmara, uma questão que se prende com o seguinte. Ou muito me engano, ou temos agora uma nova empresa a fazer a gestão dos espaços verdes no Município de Lamego. E eu poderei estar desatento, mas eu gostaria de obter este conjunto de informações que são: primeiro, se o conjunto dos funcionários que prestavam serviço na anterior empresa de manutenção dos jardins, transitaram, na sua maioria, ou até mesmo por completo, para esta nova empresa. Segunda pergunta, em relação a esta mesma prestação de serviços. O que está a ser desenvolvido ao nível da requalificação, esperemos que fique bem, principalmente ali na Zona do Paraíso, Quinta do Rabolal e Oliveiras, se está a ser desenvolvido por esta mesma empresa, ou quem é a empresa que está a desenvolver esta mesma prestação de serviços.

Temos de dizer as coisas como elas são, pois o Município de Lamego, as entidades públicas, devem ser as primeiras a pautar-se por aquilo que são as condições de trabalho, inclusive dos seus próprios prestadores de serviço.

E, portanto, eu gostaria de saber se é essa empresa, ou será uma outra empresa que está contratualizada, que está a prestar os serviços, e estou a falar concretamente, neste caso, na Zona do Paraíso, na Quinta das Oliveiras e na Quinta do Rabolal.

E eu gostaria de saber, porque tive a oportunidade de estar os últimos dois dias em Lamego e moro exatamente nessa zona, alguém que me explique aqui qual é que é a duração das horas de trabalho desses trabalhadores e em que condições e se isso foi aferido pelos serviços, em que condições é que esses trabalhadores estão cá, pois, infelizmente, temos conhecimento através da comunicação social, imensas situações de trabalho ilegal, principalmente, de trabalhadores provenientes do Paquistão e da Índia, em situações de exploração de trabalho.

Para dizer, para quem não sabe, todos aqueles cidadãos que andam ali, eu não consigo aferir com absoluta certeza a sua nacionalidade, mas certamente não serão portugueses, alias fruto do seu próprio trajar, mas serão talvez trabalhadores, provavelmente, paquistaneses e indianos.

Para além de não se verificar aquilo que são as condições de higiene e segurança no trabalho, no desenrolar das suas funções, principalmente no decorrer dos últimos dois dias, da não utilização de equipamentos de higiene e segurança no trabalho, algo que

é perfeitamente obrigatório e nós, enquanto município, devemos dar o primeiro exemplo, gostaria de saber qual o horário de trabalho praticam, pois as pessoas começam a trabalhar às 7 horas da manhã e despegam às 18h30, da tarde.

Gostava de saber, e gostava que me explicassem se isto é algum tipo de esforço contínuo e, portanto, esse tipo de respostas, já que as empresas foram contratualizadas, uma das missões é aferir, não só a boa condução dos trabalhos, mas também as condições das pessoas que estão a prestar serviço, porque, no fundo, essas pessoas estão a prestar serviço para todos os munícipes de Lamego.

Existem ainda mais duas situações que eu gostaria de perguntar. Eu não sei se, em alguma destas situações, da questão da gestão dos espaços verdes, estará aqui uma empresa que prestou serviço durante as Jornadas Mundiais da Juventude, que acabou por ser um dos grandes sucessos, principalmente, do último verão, foi, de facto, uma grande organização, mas, durante a reportagem televisiva, que penso que alguns de vós poderão ter visto, sobre uma determinada empresa, que terá, alegadamente, prestado serviços a municípios durante as Jornadas Mundiais da Juventude, e entre outras coisas, não terá pago a quem estaria a prestar o serviço, não terá pago nada, ou praticamente nada daquilo que foi a prestação de serviços de empresas que foram recrutar exatamente nessa mesma zona que referi anteriormente.

A mim interessa muito pouco essa situação particular.

A mim o que me interessa, neste particular, é saber, e isso é factual, que essa dita empresa tem aproximadamente 20 processos em tribunal, por diversos tipos de incumprimentos, e gostaria de saber, já que ela ganhou um concurso público aqui na Câmara de Lamego, se o município, estou certo que está ciente dessa mesma informação, se, efetivamente, faz o acompanhamento, como tem que fazer de qualquer outro tipo de empresas, isso está certo, de quem presta serviços, de forma direta ou indireta, por parte dessas empresas, tem o seu respetivo cumprimento, e, acima de tudo, se essa empresa já começou a laborar, porque se começou gostaria de saber a fazer exatamente o que, se já começou e para que é que foi gasto? Acho que o valor estaria na casa dos 350 mil euros, para que é que esse dinheiro foi gasto?"

Interrompeu o senhor **Presidente da Assembleia** para questionar o senhor Pedro Torres, de qual empresa se estava a referir e que dissesse o nome da mesma.

O membro **Pedro Torres** disse o seguinte: "Confesso, senhor Presidente, que não tenho presente o nome exato, tenho anotado nos meus apontamentos, mas, provavelmente, o senhor Presidente da Câmara saberá. Irei verificar e direi numa segunda uma intervenção, pois, pese embora tenha dito a Vossa Exa. que seria apenas uma, eu serei obrigado depois a utilizar uma segunda, até porque é um conjunto muito grande de perguntas.

Já agora, e de forma muito breve, gostaria de saber qual o ponto de situação, daquilo que era um projeto para ser levado a cabo por parte da empresa Martha's, relativamente ao edifício que já se arrasta há aproximadamente dois anos. Gostaria

de saber em que estado de situação é que está, quando é que se vai proceder à demolição, qual é o princípio de funcionamento desse mesmo processo e, nesta primeira fase, senhor Presidente, é só.”

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para proferir o seguinte:

“O senhor Pedro Torres, como de costume, não tem nada para apresentar em comparação com aquilo que esta Câmara está a fazer em termos de obras, vem apenas levantar problemas de situações que nós estamos fartos de conhecer. Mas sobre isso, queria dizer o seguinte, para já nenhum membro da Assembleia foi condenado com coimas, houve dois e que desta vez não aparece lá nada, que fui eu e o senhor Presidente da Assembleia, mas nenhum teve qualquer coima.

Também é preciso dizer-se que, ao contrário de um candidato do Partido Socialista, a Secretário-geral, as dívidas são para se pagar, e quando há dívidas elas têm de ser pagas, foi assim que nos ensinaram.

Senhor Pedro Torres, o que eu quero dizer com isto é o seguinte, o que foi feito, foi bem feito! Não tenho dúvidas nenhuma, a internalização da Lamego Renova trazia toda a responsabilidade dessa empresa. Se essa empresa entrasse em incumprimento, o município também entrava em incumprimento, e aliás os senhores também tentaram não pagar ao banco, a renda do Pavilhão Multiusos, mas acabaram por pagar. Portanto, eu não vou entrar em muitos pormenores por uma razão simples, este assunto ainda está em processo, vai para o tribunal e até lá vamos vendo, mas acredito que vão dar razão às deliberações tomadas na altura, porque o município não ficou prejudicado nem num cêntimo sequer.

O problema do Partido Socialista é o seu ADN político, não faz, não realiza, não corre riscos. Foram assim, estes quatro anos do vosso mandato, foi um desastre, foi um apagão no nosso concelho de Lamego.

Portanto, vem aqui ameaçar novamente o senhor Pedro Torres, ameaças que já faz há anos, tais como: se o senhor não fizer, nós vamos recorrer.

Considero que ainda bem que o senhor Pedro Torres está aqui a pedir dados sobre obras que estão a ser feitas. Por isso o que questiono é o que vós fizestes no vosso mandato? Que obras realizastes, a não ser aquelas que estavam em trânsito?

Eu não queria pronunciar-me muito sobre o caso da Lamego Renova, mas também queria salientar o seguinte, é que nunca o Partido Socialista entendeu e teve sempre esta pedra no sapato que foi a empresa Lamego Convida e depois a empresa Lamego Renova.

É preciso dizer aos cidadãos, e os cidadãos sabem, se não houvesse Lamego Convida, não tínhamos uma série de obras que temos atualmente na cidade, como por exemplo, o teatro e as piscinas, eu tenho de vos lembrar isto, pois é o que os senhores vêm sempre buscar. Vocês acusam, vocês levantam as lebres. Mas, se o Orçamento daquele ano tem sido aprovado na Câmara Municipal, não estávamos aqui a discutir nada, estava tudo em ordem, como não foi aprovado, mandaram-no para o

Tribunal de Contas, e foi. No entanto, ao fim de alguns anos, quase a prescrever, é que vem abordar este assunto novamente. Houve aqui uma perseguição política e de má-fé, contra as decisões da Câmara da altura.

Por fim, queria também dizer o seguinte, quem não faz obra e quem não corre riscos, não é político. E o Partido Socialista, ao encobrir a incapacidade que teve de realização de obra, mostra muito do seu trabalho.

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Vereadores, os senhores deputados e todos os que assistem a esta Assembleia através das redes sociais.

Quero deixar aqui umas breves notas, que no meu entendimento merecem algum destaque. Desde logo, o falecimento de três personalidades que se destacaram no tecido social lamecense, nomeadamente o senhor Dr. Manuel Conde, médico com um vasto currículo, exercendo o ato médico no CIOE, na antiga Caixa da Previdência e no Hospital de Lamego; o senhor António Freitas, conhecido pela sua pintura naïf e o senhor Eurico Roseira, que foi o primeiro funcionário bancário da instituição Caixa de Crédito Agrícola. Merecem o mesmo reconhecimento público como aqueles que foram agraciados por esta Assembleia Municipal.

Reconhecendo o direito dos palestinianos ao seu Estado, repudio, com veemência, o ataque cobarde a Israel pelos terroristas do Hamas e, particularmente, o sequestro de pessoas para servirem de escudo humano. O direito à vida é sagrado e os atos do Hamas devem ser repudiados e não podem ser esquecidos. Quem iniciou este conflito, a 7 de outubro de 2023, foi o Hamas e não Israel. Sei que o Hamas não representa o povo palestiniano, e a paz na região só será possível quando as comunidades israelitas e árabes aceitarem e respeitarem o direito à existência de dois estados: o Israelita e o Palestino.

Concordo com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao comemorar o 25 de novembro, e presto a minha homenagem ao General Ramalho Eanes e ao Coronel Jaime Neves, que os Lamecenses bem conheceram. O 25 de novembro repôs o projeto de Abril no caminho da liberdade, da igualdade e da democracia. A partir desse momento construiu-se o Portugal que temos hoje. Não irmano os dois acontecimentos, mas apoio iniciativas que recordem esta última data, o 25 de novembro.

Está a decorrer, nos Emirados Árabes Unidos, no Dubai, a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre “Alterações Climáticas” (COP28). A comunidade internacional exige que os Estados se consciencializem e atuem para modificarem as suas políticas de desenvolvimento e que passem das palavras aos atos. As gerações futuras exigem políticas sustentáveis que evitem a rutura do planeta Terra.

Portugal vê protelado o direito constitucional à saúde, à educação, à justiça e à habitação. O atual Governo degradou a vida dos portugueses e desacreditou a

democracia, ao ponto do Primeiro Ministro ter pedido a demissão, apesar da maioria parlamentar que o suportava. Portugal já não aguentava a algazarra ministerial e o desmerecimento dos Ministros, Secretários de Estado e Chefes de Gabinete. Haja eleições e que estas contribuam para a regeneração do País.

Passemos à realidade lamecense e à forma como nos administram. As decisões dos órgãos autárquicos têm implicações na vida dos lamecenses. A roda-viva de se fazerem obras eleitoralistas hipotecam a atividade futura da autarquia e não são os discursos encomiásticos do Presidente da Câmara, que nos fazem esquecer o que de mau se tem feito.

Senhores deputados, sei que todos queremos o melhor para o nosso concelho, mas devemos repudiar obras mal executadas, com o intuito de caçar votos. Obras mal planeadas têm custos no futuro e encravam a vida no presente. As correções futuras ficam muito onerosas e quem as pagará, não serão os que assumem hoje o destino desta autarquia.

Há lugares das nossas aldeias sem rede de esgotos e na Freguesia da Penajoia existe um caso caricato. No lugar da Ribeira, uma parte tem rede de esgotos e a outra não tem. Porque será? Servir os interesses hoteleiros será mais importante do que respeitar os direitos da população daquele lugar? Houve um abaixo-assinado que foi apresentado nesta autarquia e sem consequência. A autarquia não soube interpretar o conteúdo do abaixo-assinado ou as exigências da população não rendem votos?

O que irá acontecer ao nicho no lugar da Ponte de Pau, em Fafel? Irá desaparecer como aconteceram aos suportes das floreiras do jardim Visconde Guedes Teixeira? Possivelmente, aparecerão numa noite de nevoeiro, como D. Sebastião. Já passaram 5 séculos.

O espaço da feira semanal não passa de uma lixeira a céu aberto. É uma vergonha a incúria desta autarquia.

Para quando, dar outro visual às estátuas que desprestigiam o eixo barroco da avenida central da nossa urbe?

Todos somos coniventes face à degradação do espaço envolvente ao Santuário dos Remédios e respetivo escadório. Somos cegos, surdos e mudos. Até quando?

Que apoio social dá a autarquia aos imigrantes asiáticos que trabalham no nosso concelho?

Quanto ao endividamento acentuado de certas Juntas de Freguesia, esta Assembleia tem o dever moral e cívico para o abrandar.

Há campos de futebol que servem de lixeiras. Os passeios dos idosos à Quinta do Santoinho e à Quinta da Malafaia são benefícios para quem? Para os idosos ou para aquelas instituições? Vejam o cúmulo, há uma junta de freguesia que atribuiu a uma das suas ruas o nome de um presidente. Haja algum decoro!

Por fim, algum sucesso vai acontecendo e que nos tira da descrença na ação humana. Parabeno o senhor Vereador José Correia da Silva pela realização do Mercado de

Natal, pela montagem da pista de gelo no Pavilhão Multiusos de Lamego e pela iluminação de Natal, que embalam a nossa alma.

Elevo a dedicação à sua freguesia, do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Avões, pelas atividades lúdicas que concretiza, sendo a Feira do Caldinho um bom exemplo disso.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, impõe-se um novo paradigma na gestão autárquica, pautada por comportamentos que resolvam os problemas das populações, em vez do foguetório que delapida o nosso concelho.”

Tomou novamente a palavra o membro **Pedro Torres** proferiu a seguinte declaração: *“Senhor Presidente é muito simples, em relação à empresa que eu fiz referência e, de facto, peço desculpa por não ter feito referência ao nome da empresa, portanto, mantém-se exatamente a questão, mas para que fique registado o nome da empresa é Great Flower Lda..”*

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção: *“Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal de Lamego, os distintos membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os senhores membros da Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta, todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Lamego, que estão a prestar apoio à realização desta Assembleia e também saúdo todo o público presente.*

Caro senhor Presidente:

Existem temas que se recordará um dia a exigência e empenho da CDU na sua concretização e resolução, e o tema da atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade é um deles. Saudámos, em sessão anterior, o que se entendeu ser uma vitória dos trabalhadores, com o concluir do atribulado processo para a sua implementação.

Como sabido, e por nós tantas vezes afirmado, nesta Assembleia e junto dos trabalhadores, esta questão, que é uma questão de lei e não de opinião, tem um carácter legal obrigatório e chega agora a hora, de mudando de pergunta, mas não de tema, saber ou querer saber, como procederá a Câmara Municipal face ao facto de que o que prevê a lei, para além da atribuição do dito suplemento, é o seu pagamento desde a publicação da mesma. É uma situação que está agora em falta, lembrando que se trata de um direito legislado, no seu todo, com efeitos retroativos incluídos aos trabalhadores do Município, não só por uma questão de elementar justiça, mas também por uma questão legal devem ser pagos os devidos montantes desde 2021 e a Câmara Municipal de Lamego deve procurar responder a esta questão.

Sobre outro assunto de âmbito de gestão municipal, que muito nos preocupa, que é a atual situação da localização da cantina municipal, que não serve os interesses dos trabalhadores. A situação durante um período pareceu ser temporária, porém, parece-nos agora que não existe a vontade política de trazer a cantina de volta à malha

urbana, criando a proximidade necessária e exigida para tal espaço e sua específica função. A valorização e a motivação dos recursos humanos ultrapassa, pese embora a sua franca importância, as matérias salariais, pelo que considerações positivas sobre as condições de trabalho e no local de trabalho devem ser executadas.

Senhor Presidente, em março deste ano, em Assembleia Municipal, após também algumas questões nesse sentido, por parte de munícipes e da CDU, o senhor Presidente afirmou que a requalificação do espaço do jardim da república, local emblemático da cidade, excetuando a infame data que põe nome de uma das suas ruas, lembre-se aqui que também aguardamos que se cumpra a moção de toponímia aprovada em Assembleia Municipal, estaria acessível a quem o quisesse consultar e acompanhar. A pergunta divide-se em duas: quando podem ver os lamecenses o seu jardim recuperado e dignificado? E onde podem conhecer, acompanhar e consultar esse processo?

Por fim, senhor Presidente, concretizadas que estão várias transferências de competências do Estado central para a autarquia, processo para o qual sempre manifestámos as nossas mais profundas e determinadas preocupações, queremos perguntar-lhe sobre o imperativo legal da criação e instalação das Comissões de Acompanhamento, que elaborarão anualmente os respetivos relatórios sobre a eficácia e execução das ditas transferências, comissões a que o senhor Presidente presidirá. Pelo que, muito nos satisfaria saber se estão já definidas em calendário as instalações destas Comissões e se haverá já prazo para a apresentação dos primeiros relatórios?

Por fim, entregamos uma Moção, que deixo à consideração do senhor Presidente da Assembleia se quer que eu a apresente e leia agora ou se a mesa depois fará esse favor no final da primeira ronda de intervenções.”

O senhor **Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu que no final do período antes da ordem do dia, será discutida a Moção apresentada pela CDU, a qual já foi entretanto distribuída pelos grupos municipais.

De seguida, informou o senhor membro Pedro Miguel Vila Real Torres, de que relativamente à informação que solicitou na anterior Assembleia Municipal no que concerne às prestações de serviço que estão a ser praticadas no Município de Lamego, tal pedido foi enviado pela Mesa da Assembleia no dia 4 de julho de 2023 à Câmara Municipal, pelo que e na ausência de resposta, será reiterado esse pedido.

Por fim, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para dar as respostas que entender convenientes.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir o seguinte: *“Senhor Presidente da Assembleia, os senhores Membros da mesa, os senhores Deputados Municipais, os senhores Vereadores, os funcionários municipais, público que está presente nesta Assembleia Municipal e também os que nos acompanham nas redes sociais do Município, queria apresentar a todos um saudoso cumprimento e*

dar início a esta sessão da Assembleia na parte de respostas do Executivo, respondendo às questões aqui colocadas pelo deputado Pedro Miguel Vila Real Torres.

O deputado Pedro Miguel Vila Real Torres não quer respostas, porque as respostas que ele pede estão patentes nomeadamente no portal base.gov.pt e, portanto a informação é pública e está ao alcance de qualquer pessoa.

O que o deputado Pedro Miguel Vila Real Torres quer é vir a este púlpito dizer que pediu informação ao Presidente de Câmara sobre ajustes diretos e prestações de serviços e que não lhe foi dada resposta.

Ele já o disse e eu já lhe respondi, consulte o portal base.gov.pt e toda essa informação está lá patente, é pública e está ao alcance de todos.

Relativamente à gestão de espaços públicos, os espaços públicos foram adjudicados de facto, a uma nova empresa, EcoAmbiente, S.A., no âmbito de um concurso público internacional.

Relativamente à transição dos funcionários da empresa Horto Casimiro, Lda., que ao longo de quase 30 anos, prestou esse serviço de forma contínua, pelo menos nos últimos 24 anos de forma contínua, isso depende em primeiro lugar dos acordos coletivos de trabalho; segundo, da vontade das empresas e terceiro, da vontade dos funcionários. Tanto quanto sei, todo esse processo é pacífico.

Em relação à requalificação da Zona do Paraíso, Oliveira, Rabolal, é um projeto a que chamamos de “Ilhas Sombra”, que é uma candidatura a fundos comunitários, esse projeto foi também objeto de concurso público e foi ganho por uma empresa chamada Great Flower.

Eu bem compreendo a dificuldade do deputado Pedro Torres em dizer o nome, preferia dizer uma empresa que trabalhou para as Jornadas Mundiais da Juventude e que pelos vistos tem muitas dívidas e agora está a trabalhar para o Município de Lamego e parece que são 350 mil euros e, mais uma vez, sugiro ao senhor deputado Pedro Torres, que consulte o portal da base.gov.com, onde se encontra toda a informação sobre a Great Flower e a adjudicação do Município de Lamego no valor de 175.046,87€.

A obra está a decorrer, infelizmente não está a decorrer bem, está a decorrer mal em termos de cumprimento de prazo, mas cumpre todas as condições legais que estão exigidas. Deixo o alerta que o engenheiro Pedro Torres aqui pôs, relativamente aos horários e condições de trabalho, o ACT tem a competência para fazer essa fiscalização, relativamente às condições de trabalho, ao uso de equipamento de segurança, têm um técnico responsável pela obra e há naturalmente a fiscalização da Câmara, que não é uma fiscalização permanente em todos os momentos da obra, mas é a fiscalização que legalmente se aplica a este tipo de trabalhos. Portanto, em relação a esse aspeto, o deputado Pedro Torres já tem a informação necessária.

Relativamente à auditoria à Conta de Gerência do ano de 2014, da qual resultou no relatório do Tribunal de Contas, que agora foi aprovado, enfim, a proposta de um conjunto de contraordenações, de sanções pecuniárias a vários membros da Câmara e de uma sanção reintegratória ao Conselho de Administração da empresa Lamego Convida.

Não vou falar deste processo, mas posso fazer aqui uma comparação para facilmente se perceber aquilo que está em causa.

Vamos supor que a Câmara Municipal é a Maria e que a Lamego Renova, uma empresa participada pela Câmara, é o Manuel.

O Manuel comprou uma vivenda, vamos supor para não falar de 1,5 milhão de euros, que é muito dinheiro, falamos de 150 mil euros, mas o Manuel comprou uma vivenda por 300 mil euros e devia ao banco 300 mil euros e tinha dificuldade em pagar.

E a Maria, a namorada do Manuel disse que podia emprestar algum dinheiro ao Manuel para ele não ficar com problemas com o banco e porque, provavelmente, um dia destes iriam casar e seria um problema.

Então a Maria estava a pensar assim e decidiu perguntar ao Padre da Freguesia a sua opinião, tendo questionado o seguinte: “O meu namorado Manuel tem uns problemas financeiros, mas eu até tenho algum dinheiro que lhe podia emprestar, qual é a sua opinião senhor Padre?.”

E assim foi, com o sábio conselho do Padre, acho eu, a Maria emprestou 150 mil euros ao Manuel. Ele amortizou metade da vivenda, entretanto casaram e o património passou a ser comum, o Manuel devia 150 mil euros à Maria, mas a Maria passou a também ser dona da casa, porque a casa era dos dois e a casa tinha metade da dívida paga.

Entretanto, acontece uma tragédia, o Manuel morre e a Maria herdou a casa e herdou a dívida e, obviamente o Manuel já não iria dar os 150 mil euros à Maria, até porque morreu e tudo que ele tinha era da Maria.

Mas eis senão quando vem alguém, vamos dizer assim, o Ministério Público, que agora, também tem a culpa de tudo o que se passa, e diz assim, mas espera lá, mas a Maria emprestou 150 mil euros ao Manuel, ele morreu e não pagou.

E quem é que disse à Maria que podia emprestar dinheiro ao Manuel? Foi o Padre? Então o Padre tem que dar 150 mil euros à Maria.

Agora vamos lá ver, a Maria emprestou dinheiro ao Manuel, o Manuel e a Maria casaram, a Maria ficou com o que era do Manuel e depois o Padre é que vai ter que dar 150 mil euros à Maria? Há aqui qualquer coisa muito estranha, então a Maria ficou com o património, ficou com a casa já meia paga, recuperou os 150 mil euros que tinha emprestado, ainda ficou com o resto do património que era do Manuel, e agora ainda vai receber 150 mil euros do Padre? Há aqui qualquer coisa que não está certa.

Este é o exemplo que, de uma forma rigorosa, esclarece aquilo que está em causa neste processo de aprovação da Conta de Gerência ou de auditoria à Conta de Gerência de 2014 e que o digníssimo Tribunal de Contas entendeu não aprovar.

E, portanto, o processo irá obviamente seguir os seus trâmites normais, com vista à clarificação de todas estas questões e à comprovação absoluta de que a Maria não ficou prejudicada com o empréstimo que fez ao Manuel, provavelmente, muito pelo contrário, ainda ficou beneficiada e, portanto, não tem de exigir a ninguém nada para além disso.

Dizer-vos apenas, e voltando agora à situação real e não a esta história ilustrativa que eu acabei de contar, que nenhum membro da Assembleia Municipal, nem sequer o senhor Constantino Vaz e o senhor Dr. José Carrapatoso, que tinham assumido o voto a favor, foram objeto de qualquer proposta de sanção contraordenacional ou outra.

Última resposta relativamente ao projeto do Porto Martha's, houve ordem de demolição que está a ser contestada judicialmente e, portanto tem havido reação da nossa parte às tentativas feitas pela empresa de suspender a demolição, mas o processo está, neste momento, em função judicial.

Em relação às questões aqui trazidas pelo deputado Alexandre Hoffman, relativamente ao suplemento de insalubridade, ele não é automático, ou seja, não é nada que a lei defina, é algo que tem de ser definido em cada instituição, em função das condições concretas e definidas em cada trabalhador, se exerce condições que possam estar sujeitas a situações de insalubridade e o seu pagamento irá ser definido, a partir do momento em que a entidade tomou essa decisão e havendo evidências de que o trabalho foi efetivamente prestado nessa condição.

E, portanto, estamos perfeitamente de acordo quanto ao cumprimento de todas as nossas obrigações relativamente aos nossos colaboradores e assim o faremos.

Em relação à Cantina Municipal, não é nossa intenção voltar a criar uma Cantina Municipal no centro da cidade. A Cantina Municipal, voltando a funcionar, terá de funcionar no Complexo Desportivo de Lamego, ou noutro equipamento municipal, em que haja uma função complementar e não apenas dar resposta ao fornecimento de refeições aos funcionários, até porque grande parte deles vão a casa, outros poderão recorrer à restauração que existe na cidade.

Acreditamos que a Cantina Municipal pode ser um equipamento de apoio social importante para os trabalhadores, mas não pode significar o custo que tinha antes de ser transferido para o Complexo.

Em relação à requalificação do Jardim da República não lhe sei dizer para quando será, porquanto o Portugal 2030 está mais atrasado do que algum dos anteriores programas comunitários esteve no passado. Recordo que em maio de 2015, assinei com o então Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Professor Emídio Gomes, o contrato para o PEDU, com cerca de 12 milhões de euros do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, para um programa que começava

em 2014. No entanto, estamos em 2023, vamos para 2024, ou seja, passou o dobro do tempo, mais de 3 anos, e não temos perspetiva de ter qualquer financiamento do Portugal 2030, nem sequer a garantia de que algumas obras de reabilitação urbana, seja de escolas ou de outros equipamentos que são fundamentais, poderá vir a ser aprovado.

E, portanto, em relação ao saber para quando, não sei dizer, porém é claramente nossa intenção e vontade requalificar o Jardim da República, sendo que falarei disso num ponto mais adiante. Quanto ao conhecer o projeto, ele pode ser conhecido, mas não adianta estar a apresentar publicamente um projeto que depois não tem perspetiva de ter seguimento imediato em termos de execução de obra.

E, portanto, iremos apresentar o projeto, e fazer a sua discussão, quando tivermos uma perspetiva realista de ser financiado, o que, infelizmente, não temos neste momento, fruto dos tempos que vivemos, nomeadamente de não termos Governo, estarmos perante uma crise inflacionista brutal, termos uma instabilidade social enorme, por força de todas estas alterações políticas, económicas e sociais.

É, no entanto, um problema que não vem de hoje, vem desde alguns anos a esta parte e só isso justifica que, de facto, o país já estivesse paralisado, mesmo antes desta queda do Governo.

Penso que estas foram as questões suscitadas, fico ao dispor dos Senhores Deputados Municipais para qualquer outro esclarecimento ou resposta a questões que queiram colocar.”

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, excelentíssimos Senhores Deputados, deixo a todos também um cumprimento de festas felizes, esperando que o próximo ano seja para a autarquia de Lamego muito melhor do que este que agora vai terminar.

Excelentíssimos senhores deputados da Coligação PSD/CDS é óbvio que esta questão do relatório de contas que veio, entretanto, às nossas e vossas mãos teria de ser aqui abordado pelos deputados do Partido Socialista, até porque estou convencido de que, se assim não fosse, vossas excelências teriam visto, por certo, frustradas as vossas expectativas relativamente a este assunto, quando na reunião em que prepararam esta Assembleia, de certeza previram que o Partido Socialista iria falar deste assunto.

E se previram, previram bem, porque o assunto é importante e não pode ser esquecido, não pode ser confundido com a bruma do tempo.

A última vez que falamos aqui deste assunto foi, se não me engano, no mês de abril, e à época o líder da Concelhia do PSD disse, a propósito de uma reportagem que tinha passado na SIC, que o repórter tinha sido esclarecido de que afinal, o que estava em causa era apenas um relatório preliminar. Nós temos agora um novo relatório.

Eu não tenho conhecimento de qualquer reação da estrutura do PSD sobre este assunto. Mas vamos ver uma coisa, eu estou a falar de abril de 2023.

Senhores deputados da Coligação PSD/CDS, este assunto arrasta-se há dez anos, pelo que só posso inferir que, se um assunto que se arrasta há dez anos, é porque é um assunto muito importante.

Eu só posso inferir que, se um assunto que se arrasta há dez anos, é porque alguma coisa ainda não está resolvida. E este assunto, que se arrasta há dez anos, não é sobre uma minudência, é sobre uma obra do regime da Coligação. E isto dá que pensar!

Registei as palavras do senhor Presidente da Câmara, que um dia disse, com certa humildade, que, se fosse hoje, não teria construído o Pavilhão Multiusos. Registei estas palavras, porque sei e estou convicto de que as mesmas saíram do mais íntimo da sua racionalidade.

Senhores deputados, vocês deviam agradecer o facto de haver uma bancada que não persegue ninguém e não persegue a ilegalidade.

Até entendo que, por vezes, uma bancada, por uma questão de lealdade, de solidariedade com o seu líder, enfim, consiga moldar um pouco a sua consciência. Entendo isso do ponto de vista da lealdade partidária, mas não vamos confundir isso com qualquer tipo de perseguição ilegal, porque aquilo que os deputados do Partido Socialista têm feito ao longo destes dez anos, de uma forma consecutiva, coerente, sem marcha atrás, sem passo atrás, é dizer que este processo correu muito mal.

Hoje o senhor Presidente trouxe-nos aqui uma versão, digna da Disney, sobre aquilo que foi este processo.

Entendo a sua versão senhor Presidente, pois o que quis dizer de uma forma simples, e com uma linguagem quase infantil, mas não sei se, mesmo assim, conseguiu convencer crianças que tenham ouvido a sua versão. Mas qual é, afinal, a perspetiva da Câmara Municipal, de Vossa Excelência, do Executivo, não de todo o Executivo, porque como você sabe houve Vereadores que se afastaram de seu Executivo por via deste processo, aliás, algumas figuras ilustres do PSD à época, e portanto peço aos deputados que considerem também este argumento.

Mas, o que espero é que ninguém do Tribunal do Contas esteja a ouvir esta ideia, porque, por certo, o Tribunal do Contas, neste momento, cai de risos com essa versão fantasiosa que o Senhor Presidente da Câmara aqui ilustrou, porque, vejamos, não vos vou maçar, com a leitura do Relatório de Contas, até porque estou convicto que o mesmo estará nas vossas memórias, no vosso conhecimento e também no vosso estudo, mas permitam-me gastar alguns minutos a ler apenas algumas considerações, porque não acredito que o Tribunal do Contas seja uma instituição tão insana que arraste dez anos com este problema.

E não acredito que o Tribunal do Contas faça perseguição política, mas vejamos, diz assim e cito: “O contrato de arrendamento celebrado entre a Lamego Convida e a Lamego Renova, no dia 30 de setembro, tem vícios insuperáveis.”

Noutra linha refere ainda: “A construção do Pavilhão Multiusos poderia perfeitamente ser executada, recorrendo a mecanismos tradicionais de contratação pública, sem haver necessidade de se socorrer de mecanismos de uma parceria público-privada.” Foi, portanto, uma opção e, resumindo e concluindo, foi uma má opção.

É disso que estamos a falar. E agora atentem, por favor, senhor deputados, neste excerto que passo a citar: “A Constituição da Lamego Convida, assim como a participação de 49% da Lamego Convida na Lamego Renova, acrescido dos prejuízos financeiros da atividade daquelas duas pessoas coletivas, com a sua posterior internalização na Câmara de Lamego, foi uma situação que causou dano ao erário público, cujos custos financeiros são suscetíveis de colidir com o princípio de equidade intergeracional.”

O que é que isso quer dizer, em palavras simples, é que realmente a opção, o modelo financeiro, toda a estrutura financeira, toda a arquitetura financeira à volta deste projeto, vai ter reflexos nas próximas gerações, e é verdade.

Vocês vão poder confirmar no mapa das despesas, mais de 10 milhões de euros que ainda estão por pagar, 10 milhões de euros, num orçamento como o da Câmara Municipal do Lamego, um milhão todos os anos é de mais ou de menos da parte da receita ou da despesa.

Mas, senhores deputados, o Partido Socialista estará sempre muito disponível para debater este assunto. Aliás, um assunto que se arrasta há 10 anos, na minha humilde opinião, mereceria até uma Assembleia extraordinária para que se perceba tudo muito bem, para que se possam ler bem todos os documentos e analisar bem toda a argumentação.

Não estou a dizer que não haja bons argumentos por parte da Câmara, e até digo que desejo muito que o fim deste assunto venha a contento das pretensões do senhor Presidente da Câmara, porque não ponho aqui qualquer tipo de má-fé, entendo simplesmente que foi uma opção errada.

E quando um político erra de forma tão estrondosa, deve assumir essa responsabilidade. É essa a obrigação dos políticos.

Aliás, digo-lhe uma coisa, Senhor Presidente, Vossa Excelência, não deixa de ter alguma da minha admiração, porque é de todo inédito alguém que, empenha 12 anos da sua vida e mais dois, e mais quatro, e não se sabe mais quantos, numa autarquia onde, de certeza absoluta não vai sair rico, porque o ordenado de Presidente da Câmara não dá para riquezas, mas ainda assim, devota a esta terra todos esses anos de dedicação, o que para mim, digamos, é um certo mistério.

Compreendo do ponto de vista da Coligação PSD/CDS, que dentro dos seus quadros, não conseguiu encontrar ninguém que viesse a eleições, e então novamente teve que buscar o seu candidato, mas sinceramente, fica para mim nos anais da minha

admiração, toda essa dedicação ao Município, que não é Nova Iorque, nem Lisboa, nem tão pouco Bruxelas, é apenas, a nobre e fidalga cidade de Lamego, mas que, digamos, há-de concluir comigo, que não deixo de ter aqui alguma razão, e deixo também os meus cumprimentos com toda a amizade que lhe tenho, Senhor Presidente.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim** que proferiu a seguinte intervenção:

“Caríssimo senhor Presidente e senhor Vereador venho agradecer a pavimentação executada na freguesia de Ferreirim e nas outras freguesias.

A pavimentação é essencial, o povo de Ferreirim estava a precisar, foram anos de seca, e atrevo-me a dizer, foi muito, em tão pouco tempo.

Quero lembrar ainda que é preciso mais, há mais estradas a precisar, mas estamos no bom caminho.”

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para proferir o seguinte:

“A minha questão é muito simples e é uma questão que vou fazer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que se prende com a opção tomada este ano relativamente ao Natal no comércio tradicional, nomeadamente do facto de este ano não ter tido os tradicionais vouchers.

É uma situação que efetivamente a generalidade dos comerciantes aplaudia, aliás com este Executivo, já tivemos dois anos consecutivos.

São dezenas de milhares de euros que representavam investimentos no nosso comércio tradicional.

Felicito, efetivamente, as condições que temos no Pavilhão Multiusos, pois a feirinha que está lá é bonita, dirigida para os graúdos e para os miúdos, está um espaço bastante agradável, mas o Município atribuía 2.500 vouchers no valor de 10 euros cada um, o que pressupunha um investimento de 125 mil euros em empresas do Conselho que entregam o seu IVA, que pagam IRS ou IRC, que pagam as suas contribuições para a Segurança Social.

A minha questão é a seguinte, a eliminação dos vouchers foi uma decisão económica? A ideia que tinha é de que tinha sido uma medida com sucesso, mas provavelmente haveria outras situações.”

Tomou a palavra o membro **Marta Santos** proferiu a seguinte intervenção:

“Como é de conhecimento geral, na passada quarta-feira, dia 13 de dezembro, os líderes mundiais reuniram-se na 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, a COP28.

Ainda que as controvérsias inerentes à sua organização tenham recebido uma atenção enorme, que é o que devemos proporcionar maior preponderância ao motivo que levou à organização da mesma, as alterações climáticas e as consequências nefastas que terão nas gerações vindouras.

Apesar das controvérsias houve, pela primeira vez, uma realização clara daquilo que é necessário decretar que é o fim da era dos combustíveis fósseis.

Ressalvo que as opiniões dos especialistas são consensuais e vão ao encontro do que muitos movimentos pela ação climática, como também o da juventude socialista, têm vindo a reivindicar.

As metas vinculadas ainda se encontram distantes do cenário ideal, dado a dimensão e o célere agravamento da crise climática. De facto, a luta pela ação climática é a luta das nossas vidas, pelo que não pertence unicamente aos Governos e às grandes figuras mundiais. Todos os esforços contam e, para o efeito, urge a necessidade de todos fazermos a nossa parte, urge que a nível local também sejam aplicadas medidas que visem a crescente utilização de energias mais limpas.

Assim, apesar de já terem sido introduzidas viaturas elétricas na rede de transportes públicos Lamecense, ainda se encontram por efetivar vários esforços.

É fundamental investir numa rede de transportes mais ampla e inclusiva que cubra mais pontos do concelho, medida esta que, para além de ajudar a causa ambiental, resolve a questão da falta de mobilidade acessível no município de Lamego.

É necessária, também, a realização de esforços no sentido de adquirir um maior número de viaturas 100% elétricas.

É importante a implementação de medidas que confirmem uma maior sustentabilidade ambiental aos edifícios públicos, almejando que se tornem completamente funcionais, utilizando maioritariamente energias renováveis.

Não é descabido sermos ambiciosos quando o que está em causa é o nosso futuro. Não precisamos de nos limitar à transposição de leis. É crucial manifestar vontade e iniciativa.

Não podemos exigir às pessoas que optem por carros elétricos, quando não dispomos de postos de carregamento suficientes no concelho. A crise climática não é um problema de agora, no entanto, só lhe damos a devida importância quando vemos as consequências tão perto.

Relembro que não foi há muito tempo que na nossa região fomos assolados por uma crise de seca, colocando em causa a agricultura, setor tão importante no nosso território.

É imperativo fazer algo e é imprescindível o papel da autarquia. Temos plena noção que será uma transição gradual e complexa, mas crucial. É uma luta pelo futuro, uma luta dos jovens, a luta de uma geração, a luta das nossas vidas. Obrigada.”

Tomou, novamente, a palavra o membro **Constantino Vaz** para proferir o seguinte:

“Quero esclarecer o seguinte em relação à intervenção do senhor Paulo Barradas. Quando falo sobre a perseguição e a maldade que houve na altura, em todo este processo, de não aprovação das Contas na Câmara, não é culpa só do Partido Socialista, também é culpa do Vereador do Partido Social Democrata.

E o que aconteceu é que, “juntou-se a fome à vontade de comer”. Nesse sentido, é verdade que o Partido Socialista traga aqui isso como assunto político, é normalíssimo. Fariamos o mesmo, mas não andávamos, como agora acabou de fazer o deputado Pedro Torres, a fazer ameaças novamente, pois acabou de afirmar que se a Câmara não der isto ou aquilo, nós vamos recorrer às entidades.

Era essa, na altura, a mensagem que era transmitida até na própria Assembleia. O Partido Socialista tinha um deputado na Assembleia que dizia que tudo o que fosse deliberado ia tudo para o Ministério Público. Mas era tudo, o bom e o mau, era tudo. No entanto, apesar da tal perseguição, o povo voltou a votar neste Presidente da Câmara, da Coligação PSD/CDS.

Quanto ao prejuízo, estou de acordo, estamos de acordo há muito tempo, o Pavilhão Multiusos foi uma má opção e isso já foi dito na altura. Mas reparando, todas as outras obras que foram feitas, e há pouco salientei, com a Lamego Convida, e se não fosse a Lamego Convida não era possível, pois a Câmara não tinha meios financeiros para o fazer, até porque herdou também uma dívida muito grande e com a Lamego Convida foi possível fazer o Pavilhão, isto é verdade. Não era o teatro, não eram as piscinas, não eram os Centros Escolares.

Se a Lamego Convida não tivesse sido criada, não tínhamos estas obras. A Lamego Renova, sim, foi uma má opção, mas dizer que a Lamego Convida foi uma má opção, não é verdade.”

Tomou, novamente, a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Quero apenas dizer ao senhor Presidente da Câmara, pois quando, para se dar respostas, se manda consultar o site base.gov.pt, diz muito da capacidade que nós temos em responder a perguntas muito simples, às quais o senhor Presidente da Câmara não respondeu.

E mais, eu bem sei que isso é método, mas não vale a pena colocar na minha boca palavras que eu não disse. Aquilo que eu disse é que a empresa Great Flower foi de facto alvo de uma reportagem, num canal televisivo e, alegadamente, terá um conjunto de problemas, e sim, eu afirmei que sim, que ela tem problemas judiciais, não disse propriamente quais, mas tem quase 20 processos em tribunal, e isso é uma constatação.

Agora, se deve, se não deve, não sei. A minha única preocupação é se existe, ou não, algum registo. Mas o senhor Presidente da Câmara também não disse onde é que estava a operar, mas eu já percebi que é exatamente nesse conjunto de jardins, e corrija-me, se estiver errado, deve ser neste conjunto de jardins que fazem parte da zona do Paraíso. Peço desculpa pela minha imprecisão em relação ao valor, espero bem é que depois não derrape para valores em relação à minha imprecisão, mas já percebermos que é a referida empresa que tem, de facto, os trabalhos atrasados e que trabalha com um conjunto de pessoas que, espero eu, estejam todas como deve ser

na sua condição laboral e que estejam em perfeito cumprimento com aquilo que está na lei.

O senhor Presidente da Câmara não pode chegar aqui e atirar para o ar “isso é uma fiscalização”, porque as pessoas estão lá em casa e perguntam, “Há para aí uma fiscalização que não é da Câmara, mas que fiscalização é essa? É alguma fiscalização fantasma?”

Aquilo que é uma pergunta pertinente, nem sequer passa pela fiscalização municipal, ou em qualquer fiscal, que sabemos muito bem que por esses valores, não existe. Não existe!

Portanto, aquilo que se pergunta é se aquelas pessoas estão, ou não, em condições dignas da sua própria existência. É uma pergunta muito simples.

Agora dizer para irem ter com a ACT, eles que vejam. Esta afirmação não é correta. Provavelmente nem é a ACT, se calhar aqui convém ver é a situação relativamente à estadia deles neste país, se calhar é mais Serviços Estrangeiros e Fronteiras.

Compete ao município saber quem são estas pessoas e que condições é que têm. Já percebemos que tipo de empresa é que veio para aqui prestar serviço, e, por isso, é que está atrasado o trabalho e, por isso, é que há condescendência por parte do município em deixar que o trabalho esteja atrasado, nas condições em que está e também nada a fazer e dizer às pessoas para ir à base.gov.pt consultar. Não me parece, senhor Presidente.

Mesmo para terminar, e obrigado pela sua condescendência, dizer ainda ao senhor Presidente da Câmara o seguinte: eu por acaso, ao contrário do senhor deputado Paulo Barradas, gostei da alegoria da Maria e do Manuel, eu acho que a história não foi bem assim, pois, eu acho que o padre da freguesia não teve culpa nenhuma na questão do casamento e vou-lhe dizer, em relação à Lamego Renova, sabe o que aconteceu, senhor Presidente, é que a Maria, de facto, estava casada com o Manuel, mas o problema é que depois o Manuel arranhou uma brasileira de Ipanema e fugiu, é que o Manuel fugiu com uma brasileira, percebe? Neste caso, a brasileira podia ser venezuelana, ou até podia ser de Samora Correia, é de onde quiser, mas o certo é que ele fugiu e a única coisa que morreu foi o amor que se juntava e sabe qual foi o problema também? É que ele de facto deixou a Maria com um grande problema entre mãos, e a única coisa que o padre da freguesia lhe disse, sabe qual foi? Ó menina, o melhor é pagar, porque a vergonha é tão grande que assim a freguesia não fica alarmada!”

Usou da palavra o membro **Carlos Loureiro** para dizer o seguinte: “Os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia, à senhora Secretária, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, aos senhores deputados, aos senhores Presidentes de Junta, ao público, aos funcionários que nos assistem nesta Assembleia.

Desculpe-me o Presidente da Assembleia por estar sempre a querer levantar-me, mas a intervenção do Dr. Paulo Barradas deixou-me empolgado e não poderia deixar de dar uma resposta.

Este caso da Lamego Renova e da Lamego Convida já se arrasta há tanto tempo, todos nós já sabemos, e o Tribunal de Contas vai dando uns pareceres e quem recebe as cartas são alguns deputados, que estão aqui, que transitaram há uns anos e devemos preocupar, mas também estamos tranquilos, porque o senhor Presidente da Câmara tem-nos posto ao corrente e tem-nos dado esta tranquilidade. Estamos tranquilos com toda a certeza, até porque são poucos os visados que estão aqui presentes.

Como é possível, o senhor deputado do Partido Socialista vir sempre com estes casos e casinhos, e esquecer-se de um grande caso que se está a passar neste país. O Partido Socialista mergulhou-nos na maior crise da democracia, há uma maioria absoluta que caiu e que nos vai fazer sair do bolso mais umas eleições, com estes casos de, possível, corrupção.

Depois vem pegar num caso que realmente nos preocupa e irá ser resolvido, com toda a certeza. No entanto, não têm uma palavra para com os portugueses.

É inédito na democracia portuguesa, a queda de um Governo com maioria absoluta que caiu, mas não é de admirar, pois a história conta já três bancarrotas, ou quase bancarrotas, em que o Partido Socialista colocou o país e que o Partido Social Democrata resolveu.

Por isso, senhor deputado, uma palavra também para os portugueses, pois como bem adiantou, no excerto que leu do Tribunal de Contas, também para as gerações vindouras nos irá criar alguns problemas. Por isso, acho que o Partido Socialista também deveria ter uma palavra para com os lamecenses e portugueses.

Em relação aos quadros que se referiu à vinda do senhor Presidente, o PSD tem muitos quadros, basta olhar para a mesa, basta olhar para a composição da Assembleia Municipal, entendemos que o senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Francisco Lopes, seria o melhor quadro. No entanto, digo-lhe uma coisa, vocês com tantos quadros, conseguiram levar a terceira maioria absoluta.”

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir o seguinte: *“Eu não estou aqui a duvidar da existência de quadros do Partido Social Democrata, eu estou nesta Assembleia, vai para 30 anos, e tive o gosto, o grande e enorme gosto, de privar com algumas das maiores figuras do PSD, local e nacional. Eu aprendi muito com alguns dos tribunos do PSD aqui nesta Assembleia, não vou lembrar dos nomes deles, porque todos os que aqui estão, sabem de certeza absoluta a quem me refiro.*

Não é a isso que me estou a referir, senhor deputado, eu sei que o PSD tem quadros, aliás, quem não percebeu alguma ironia na minha intervenção, não percebeu quase nada. Eu sei que tem.

Agora aquilo que eu não percebo, é como é que o PSD alijou dos seus quadros o Engenheiro Francisco Lopes, tirando-o e expulsando-o do Partido e depois reintegrou-o novamente para ser candidato, e isto é que eu não entendo, senhor deputado. Isto é que eu não entendo, e para isto você não tem resposta. E eu não queria ter dito isto, mas teve de ouvir.

E digo-lhe mais, senhor deputado, Vossa Excelência veio aqui prestar um péssimo serviço à sua bancada, e ao senhor Presidente e aos senhores deputados. E eu vou ser cruel, sabe porquê? Porque Vossa Excelência disse bem, os casos e casinhos do Governo fizeram cair o Governo. Esteve bem o senhor Dr. António Costa ao demitir-se, não tinha outra possibilidade. De facto as coisas não correram nada bem. E a meu ver não foram só casos e casinhos, foram coisas importantes da República. E por isso, o Primeiro-ministro fez bem em demitir-se, porque há um processo que corre no tribunal na Procuradoria-Geral da República.

Aquilo que vossa excelência está a dizer é que o senhor Presidente da Câmara também deveria demitir-se? Por questões similares ou parecidas, ou pelo menos na opinião pública, correndo dessa forma? Por certo não é. Eu acho que não. Tenho dito.”
No uso da palavra, o senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte:

“Respondendo às questões colocadas, por lapso, não respondi a uma questão que o deputado Alexandre Hoffmann colocou em relação às comissões de acompanhamento das matérias transferidas da Administração Central para a Câmara Municipal de Lamego.

Relativamente às três comissões das três áreas transferidas, no que respeita à área da educação, sim a Comissão está constituída e reuniu, eu próprio estive na primeira reunião. Relativamente à área de ação social, sim, tem havido reuniões regulares entre o serviço do município e a Segurança Social.

Em relação à saúde ainda não, também porque a transferência foi apenas em junho, as ARS's estão em processo de extinção, temos tido um acompanhamento normal da situação e até colaboração estreita, como veremos adiante, a propósito da construção do novo centro de saúde, mas não concretamente em relação à transferência de competências. Fica por isso prestada a informação solicitada.

Relativamente às questões colocadas aqui pelo senhor deputado Paulo Barradas, em relação ao processo de construção do Pavilhão Multiusos Lamego, através de uma parceria público-privada a Lamego-Renova. Aquilo que eu disse e reitero, é que se fosse hoje, não teria construído o Pavilhão Multiusos através de uma parceria público-privada.

Seria uma perda muito grande para Lamego, se Lamego não tivesse um Pavilhão Multiusos que é um equipamento de grande utilidade e muito utilizado pelo município e pela comunidade local, seja pelas associações e coletividades, seja pelas empresas. Esteve sempre a ser utilizado, incluindo durante a pandemia da Covid-19 como centro

de vacinação, como bem se recordará, portanto, é um equipamento de grande utilidade.

Não faria uma parceria público-privada, como ninguém de bom senso hoje faria uma parceria público-privada. O problema é que nós estamos a pensar como pensamos hoje, e não como se pensava em 2005, 2006, 2007, 2008, por aí. Por exemplo, antes da parceria público-privada com a Lamego Renova, o Município de Lamego fez uma outra parceria público-privada, a Lameurbe, a qual também correu muito mal. A Câmara pagou, perdeu o seu capital social e a cidade perdeu o equipamento, porque a Lameurbe perdeu o equipamento para o Banco Santander, ao fim de 20 anos, porque deixou de pagar as prestações.

Ou seja, se soubesse, em 2006, que a parceria público-privada que o Partido Socialista tinha feito, a Lameurbe, ia ter o destino que teve, também já não teria feito a Lamego Renova.

Se o Governo não tivesse feito uma multiplicidade de parcerias público-privadas, desde as rodoviárias, a SCUT, desde as da saúde, outros equipamentos, nós também não teríamos feito uma parceria público-privada para construir um equipamento municipal. Essa é que é a questão.

Mas na altura, o modelo era apontado como um modelo de grandes virtudes. No entanto, já se viu que não é, ou que não é para todas as atividades, porque, por exemplo, as parcerias público-privadas na área da saúde, foram fortemente elogiadas pelo Tribunal de Contas.

Mas mesmo assim, o cenário político, mediático e a forma como este instrumento ficou inquinado na população, levou o Governo a não renovar os contratos dos hospitais que tinham sido construídos em parcerias público-privadas, apesar de terem uma boa gestão e de serem benéficas para o erário público e de prestarem um bom serviço aos cidadãos.

É evidente que, num equipamento municipal, a situação é diferente, porque não gera o mesmo nível de receita do que um equipamento de saúde. E, portanto, vistas as coisas hoje, não voltaria a fazer uma parceria público-privada, mas elas voltarão, elas continuam a ser feitas em várias áreas de atividade, nos dias de hoje, ainda, quotidianamente. Mas eu, pessoalmente, não a faria. Foi o que eu disse e reitero.

Quanto às questões, se foi mais benéfico, se foi mais prejudicial, afirmo que teve muitos benefícios. Este sistema em cadeia, entre a Lamego Renova, Lamego Convida e Município, facilitou muito a gestão e os investimentos. O senhor Constantino referiu aqui e bem.

Foi benéfico, num determinado ponto e depois de construído o equipamento é necessário pagá-lo. E aí as coisas ficam mais complicadas, como é evidente. Mas o grande problema foi, de facto, a obra não ter corrido bem. Porque, se a obra tivesse corrido bem, o processo seria levado a bom termo e, com mais discussão política ou menos discussão política nesta Assembleia, o assunto teria ficado sanado.

Como a obra correu mal, fez vir ao de acima, todos os problemas do modelo. E quando nós estávamos nessa discussão, o modelo das PPP ruiu em Portugal, deixou de ser um modelo benquisto, para passar a ser um modelo estigmatizado de financiamento e de execução de obras públicas ou de prestação de serviços públicos. E, portanto, quanto a isso, estamos plenamente de acordo.

A única questão que está aqui em discussão é a questão dos suprimentos feitos pela Lamego Convida à Lamego Renova. Se são, ou não, legais, se prejudicaram, ou não, o município. E a minha resposta, através da história que contei, foi muito clara. Não prejudicaram, mas isso é absolutamente claro. E, se foram feitos de boa-fé, como o senhor deputado Paulo Barradas fez o favor de dizer aqui, em relação a todo o procedimento e que eu lhe agradeço esse reconhecimento, tanto foram que foram feitos em vários anos, os relatórios foram aprovados nesta Assembleia Municipal e as Contas de Gerência foram aprovadas no Tribunal de Contas e, apenas a Conta de Gerência do ano de 2014, causou problemas. Porquê? Porque foi objeto de queixas. Foi objeto de queixas, na altura, e foi objeto de queixas no mandato anterior, pelo cavaleiro que se sentava neste lugar onde eu estou agora.

E, portanto, essa é que é a questão. O senhor Constantino falou aqui em perseguição, é uma palavra forte, mas é uma palavra realista. Não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. E, portanto, a única questão que se coloca é se houve dano para o município.

E a resposta é, não houve dano nenhum, para além do dano geral, que é ter feito uma parceria público-privada, como o Estado também fez milhares. Nada mais do que isso. Relativamente à questão da equidade intergeracional, eu também já respondi a isso. Nós temos um equipamento que estamos a pagar durante 25 ou 30 anos, mas estamos a pagar durante 15 anos, a água, que o Executivo anterior comprou às Águas do Norte e que não pagou e que depois fez um acordo de pagamento a 15 anos.

É mais útil para a geração vindoura, pagar a água que foi consumida há 6 anos atrás, ou pagar um equipamento que está a ser utilizado todos os dias, hoje, nomeadamente com a feirinha de Natal?

O que é a equidade intergeracional? É deixar para os outros, deixar para as gerações futuras aquilo que se construiu hoje e que vai ser utilizado no futuro?

Isso é uma discussão muito grande e muito pouco pertinente, sobretudo quando temos em confronto duas situações: de pagar um equipamento que está a ser utilizado e será utilizado pelas gerações futuras, ou de pagar uma dívida, que é água que foi consumida, num determinado momento, por um determinado conjunto de cidadãos e que vai ser paga, no futuro, por outras? E sendo que o dinheiro que não foi pago às Águas do Norte foi gasto noutras obras, noutros pagamentos, algum até foi desviado. Estou a dizer exatamente o que quero dizer.

Foi mal gasto em múltiplas situações que estão perfeitamente documentadas e está a ser pago, hoje, por todos os lamecenses e vai continuar a ser pago, dessa forma, ao longo dos próximos 10 ou 12 anos.

Isso é que é comprometer a equidade e o equilíbrio intergeracional, não fazer um equipamento que ficará cá durante décadas e décadas ao serviço de todos.

Em todo o caso, senhor deputado Paulo Barradas, o meu agradecimento pela justiça, acho eu, que me fez e por entender que aquilo que fizemos foi de boa-fé, foi para fazer o melhor por Lamego, foi para fazer, provavelmente, mais do que aquilo que poderíamos ter e pagar.

E, finalmente dizer-lhe que Lamego não é Nova Iorque, mas é muito mais interessante e estimulante de gerir e isso tem sido um orgulho imenso para mim, poder estar nestas funções de Presidente da Câmara e deixar uma marca grande, pequena, o que for, nesta cidade. Sinto muito orgulho nisso.

Em relação à questão, das pavimentações, afirmada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim, quero dizer que já temos preparada a nova fase de pavimentações que sairá no próximo ano, portanto, com Rua Central de Bigorne, Travessa das Fogueiras, Caminho Agrícola de Melções à Lanhosa, Avenida 2000 em Figueira, um conjunto grande de pavimentações na freguesia da cidade, especificamente em Alvelos, Fontainhas, São Sebastião, Rua Nova, temos aqui um conjunto grande de pavimentações, depois também em Lazarim, o acesso à Vingada, em Penude, a Rua da Cardoso, e este é o pacote de primeira prioridade, além de um conjunto de outros pequenos arranjos, ou melhoramentos, que estão detalhados no próprio Plano do Orçamento de atividades para o próximo ano.

Em relação à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, sobre os vouchers de Natal, trata-se de uma questão pertinente. Nós, e eu pessoalmente, tenho muita simpatia por esse modelo de apoio ao comércio tradicional e de estímulo à ligação entre a população local e os comerciantes.

O ano passado, já hesitámos em fazer, ou não, os vouchers, e este ano desistimos e decidimos fazer o investimento na iluminação, na Feira de Natal, no Concurso de Montras e noutras iniciativas.

Qual é a grande questão dos vouchers de Natal? É só uma. Dá-nos um trabalho administrativo tão grande, ou maior do que aquele que é o nosso apoio financeiro ao negócio.

Porquê? Porque os comerciantes, em vez de juntarem os vouchers e os entregarem, andam até junho ou julho, do ano seguinte a entregar os vouchers e isso obriga a um longo processo de tratamento interno, até ao pagamento, que é muito moroso e, do ponto de vista administrativo, é complicado para os serviços.

E foi apenas e só, essa situação, sendo que, obviamente, tínhamos de prever mais de 25 mil euros e o dinheiro não estica, nós estamos a gastar cerca de 75 mil euros neste programa de Natal, iríamos gastar 100 mil, era essa a diferença, mas admito que seja

uma situação a rever e manter os vouchers, eventualmente, com regras mais restritas de serem todos entregues, por exemplo, até 31 de março e ser feito o pagamento em simultâneo e resolver o assunto, mas fica esse alerta.

A deputada Marta Santos falou-nos aqui da COP28 e das questões da sustentabilidade, da transição energética, do ambiente, que é, de facto, uma preocupação muito legítima para uma jovem e também para todos nós, mas dizer-lhe que, relativamente, ao Município de Lamego temos um plano de descarbonização e transição energética que irá ser levado a cabo. Este vai depender muito de fundos comunitários e das indefinições que, neste momento, temos em relação ao novo quadro comunitário PT 2030.

Dizer-lhe que em relação a todos os projetos que são datados no PRR, estes já obedecem aos standards ambientais mais exigentes, todos terão certificação energética A+, ou seja, terão, em termos de eficiência energética, o nível N0 mais 20%, ou seja, incorporarão já medidas de auto produção de energia, além de todos os critérios de eficiência energética.

Em relação à rede de transportes, é, de facto, um grande emissor de CO2, consumidor de combustíveis fósseis, no entanto, já começamos a eletrificação da frota de viaturas de transportes municipais e deixe-me dizer-lhe que a rede não precisa ser mais ampla, a rede vai a todos os lugares do concelho, aos lugares onde não vai, através da rede de transportes escolares, vai pelo menos duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras, a pedido aos lugares, nomeadamente às Dornas, aos lugares que não são servidos, porque já deixaram de ter alunos.

Estamos também a iniciar o processo de eletrificação da frota municipal, vamos receber, nos próximos dias, quatro viaturas elétricas, que serão as primeiras e uma viatura híbrida, portanto, cinco viaturas elétricas para começar a eletrificação da frota.

Vamos também instalar painéis solares em todos os edifícios municipais, temos andado a fazer esse estudo, aguardamos para saber, se o podemos fazer com fundos comunitários, ou se teremos que o fazer, através de um modelo de investimento, por exemplo, tipo PPP, fazer a concessão das superfícies dos telhados e coberturas dos edifícios municipais a uma empresa, que faça a instalação, e que depois venda a energia à Câmara, a um preço mais favorável, do que fazem as empresas de eletrificação.

Temos também medidas de captura de CO2, nomeadamente através de projetos de plantação e reflorestação na Serra das Meadas, na Quinta de Magueija, estando o projeto praticamente concluído.

Temos também a intenção de avançar com uma Comunidade de Energia Renovável, que é uma medida já prevista no PT 2030 e no pacote de fundos financeiros, que foi contratualizado entre a CCDR e a Comunidade Intermunicipal do Douro.

Em relação ao regadio, este tem um plano nacional que depende do Governo, pois o município não tem competência nessa matéria, a menos que, o Governo nos diga que

as barragens ou os sistemas de regadio que estão previstos no plano, possam ser executados por nós.

Se assim for, iremos com os municípios vizinhos, pelo menos o de Tarouca, Armamar e Moimenta da Beira, fazer um estudo conjunto, com vista à otimização do aproveitamento da água que temos em abundância, mas que não é armazenada e adequadamente gerida.

Relativamente à última questão colocada pelo senhor deputado Pedro Torres, eu não lhe vou responder, ou vou responder parcialmente, dizer que temos uma preocupação muito grande com todos os imigrantes que estão a viver e a trabalhar no nosso concelho.

Estamos, por isso, a acompanhar estas famílias, quer nas escolas os cerca de 60 alunos estrangeiros que temos, quer nos grandes núcleos de população migrante que está a trabalhar para empresários agrícolas ou empresas de fornecimento de mão-de-obra e que, pela sua concentração, são mais visíveis e fáceis de acompanhar.

Estamos a acompanhar alguns aspetos essenciais, quer a nível social, quer a nível de integração, como por exemplo a língua, a Universidade Sénior vai agora começar a fazer também ensino de português para os imigrantes que o queiram fazer, e dizer-lhe, por fim, e lamentar que o comentário que fez em relação à brasileira que fugiu com o Manuel, não se coaduna com a preocupação que quis mostrar em relação às horas trabalhadas por outros imigrantes aqui. Era só.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para ler o teor da moção apresentada pelo membro da CDU, que se transcreve, na íntegra:

“PELO IMEDIATO CESSAR-FOGO NA PALESTINA

A campanha militar israelita contra o povo palestino, configura na sua acção, um genocídio, assente em vários crimes de guerra, uso de armas proibidas à luz das convenções internacionais, e numa ocupação ilegal do território da Palestina.

Quem permitiu que todos os acordos e resoluções ficassem por cumprir e fossem violados, quem inviabilizou toda e qualquer perspectiva de solução política para o conflito, quem foi conivente com a ocupação e opressão, a expansão dos colonatos, o bloqueio à Faixa de Gaza, a prisão de milhares de presos políticos palestinos nas prisões israelitas, quem tolerou os crimes de Israel e a sua escalada pelo atual governo de extrema-direita, fortemente contestado pelo povo israelita daquele território e o povo judaico de todo o mundo, e só encontrou palavras de condenação para a resistência palestina, tem hoje perante si as consequências da sua política.

A expressão de solidariedade internacional, onde milhões acorrem às ruas em todos os países do mundo, deve encontrar também respaldo nas instituições ditas democráticas. O genocídio levado a cabo por Israel é, naturalmente, executado à margem do direito internacional e das últimas resoluções sobre estes territórios, um genocídio que encontrou um forjado contexto nos ataques de 7 de outubro do Hamas, que não se deixam de condenar, mas que foi devolvido em massacre aos povos da

Faixa de Gaza e da Cisjordânia, aqui onde curiosamente, ou não, se encontra fora da esfera de influência do Hamas.

Os próprios termos que enquadram esta campanha são perversos, enganadores e inaceitáveis. A agressão israelita contra o povo palestino, com a criminosa ofensiva militar contra a faixa de Gaza e a sua população, é travestida de "escalada de violência entre Israel e Palestina".

A campanha militar israelita em curso é suportada no continuado apoio político, diplomático e militar dos EUA e alguns países europeus, onde na última resolução da ONU para um imediato cessar-fogo, apenas 10 países num total 186 votaram contra, Estados Unidos e Israel incluídos. Pretender ensaiar uma suposta postura de neutralidade perante a vítima e o agressor, perante o ocupado e o ocupante, não é senão um inaceitável e também criminoso ato de cumplicidade com o lento genocídio do povo palestino, que não pode ficar sem denúncia.

Sobretudo, num genocídio que ocorre perante os nossos olhos, onde os alvos de Israel se traduzem em ataques a hospitais, escolas, zonas residenciais e campos de refugiados. Morreram até agora vinte mil palestinos, catorze mil são crianças e mulheres.

Por estas razões,

A CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lamego, reunida em Sessão Ordinária, no dia 15 de Dezembro de 2023, delibere:

- 1. Repudiar e condenar o brutal ataque do exército israelita contra o povo palestino, que visa o castigo coletivo de um povo que luta pelo seu direito a um estado independente, e que tem por objetivo claro obstruir quaisquer negociações e soluções pacíficas, para uma ocupação que dura há décadas;*
- 2. Manifestar toda a solidariedade e apoiar o direito do povo palestino a resistir à ocupação do seu território e exigir o fim de todas as formas de ataque por parte das forças israelitas;*
- 3. Exigir às entidades israelitas um imediato cessar-fogo;*
- 4. Dar conhecimento desta moção ao Representante da Autoridade Nacional da Palestina em Portugal e à Embaixada de Israel."*

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

"Em relação a esta moção, apraz-me dizer o seguinte, de facto, o que se está a passar atualmente nos territórios do Medio Oriente, mais concretamente, na zona que corresponde ao Estado de Israel e onde, até à data, infelizmente, os palestinos ainda não viram reconhecido o seu direito à terra, o direito à pátria, é extremamente lamentável.

É bom fazermos a resenha histórica do que é que aconteceu, depois da Segunda Guerra Mundial e, de facto, muita gente tem culpa da situação em que colocou toda aquela zona, que até mesmo para nós, enquanto cristãos, nos diz muito, porque não

deixa de ser o berço do cristianismo, onde, aliás, uma enorme mescla de culturas teve o seu berço.

Os acontecimentos que foram despoletados, no dia 7 de outubro, não foram, de facto, nada mais, nada menos do que o estoirar de um barril de pólvora que fervilha há décadas.

Mas há uma realidade que é indesmentível, por mais voltas que se dê, que é, infelizmente, muitas perdas de vida que já aconteceram, quer de um lado, quer do outro. Cumpre-nos a nós e, neste caso, é isso que me apraz dizer, cumpre-nos a nós, tentar dar cumprimento a uma definição das Nações Unidas que é “Dois povos, dois Estados” que, por muita dificuldade, muito ódio, por muita opressão, parte a parte, vão ter de acabar por se entender de alguma forma.

É nestas alturas, logicamente, que as lideranças políticas podem, ou não, fervilhar numa situação que, por si só, é extremamente complicada.

Em relação à moção aqui presente, gostaria de ver também acrescentada uma linha que devia exigir a libertação dos reféns que foram detidos e que estão numa situação, que nenhum de nós sabe muito bem qual é, porque foram também raptadas mulheres, homens e que estão em cativeiro há mais dois meses.

Provavelmente, muitas vezes não votamos as moções que são apresentadas pela CDU, porque concordando com grande parte do espírito que está aqui colocado, por vezes a forma como é apresentada não é a melhor. E, portanto, neste caso concreto, a nossa posição e, certamente, será a posição esmagadora maioria dos portugueses, é que nós temos que ter dois povos, dois Estados e esse reconhecimento tem de ser, de facto, efetivo.

O Estado português já o disse, vem a dizê-lo ao longo dos vários anos, independentemente das forças políticas que democraticamente têm estado a governar o nosso país, é esse o nosso posicionamento e o respeito tem de ser mútuo.

Compreendo, de facto, já morreu muita gente. É um verdadeiro descalabro o que está a acontecer, mas não deixa de ser também um descalabro a situação hedionda que deu início a esta resposta que, de facto, é uma resposta absolutamente desproporcional.

Estamos todos de acordo. Acho que já chegamos a um ponto que chega de hipocrisia. Mas também é preciso respeitar os milhares de judeus que foram barbaramente assassinados, bem como aqueles que estão em cativeiro e estão privados daquilo que é a sua liberdade.

Portanto, isto deveria ser acrescentado no texto, caso contrário, levar-nos-á a termos de nos abster nesta moção.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nossos secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, caros colaboradores desta Assembleia que estão a ajudar à sua

realização, estimados ouvintes e todas as pessoas que nos estão a acompanhar pelas redes sociais, muito bom dia a todos e, para ser breve, votos também de boas festas e um bom Natal, porque estamos em tempo disso e é sempre bom para todos que as festas decorram com alegria e com satisfação.

Em relação a esta proposta e a esta moção apresentada pela CDU, regressamos a um formato que já conhecemos e que depois é difícil de entender e aqui subscrevo grande parte do que o meu colega Pedro Torres disse. Acabámos por ter alguma dificuldade em subscrever uma ideia, que é prejudicada pelas palavras e pela forma como está redigida. A ideia faz sentido, não da forma como está escrita, não com os argumentos perfeitamente parciais, tendenciosos e apenas valorizando ou olhando para um lado, o lado bom, contra o lado mau.

Alguém dizia que já não há meninos maus, isso não é caso para brincar, mas efetivamente ainda há situações muito difíceis de gerir, em que realmente as pessoas são levadas a ter atitudes extremas. Porquê? Porque estamos a falar de questões de sobrevivência. E quando falamos de questões de sobrevivência, eu percebo que às vezes as razões, como entendemos e como lemos, as nossas posições são difíceis de perceber pelos outros, porque estamos a falar da minha sobrevivência.

Como é evidente, esta é uma situação difícil, todos nós acompanhamos, é uma situação que causa muito sofrimento, muitas mortes, é uma situação que se passa relativamente perto de nós, com contextos que nós vamos acompanhando.

Mais uma vez, aqui se percebe uma posição perfeitamente discricionária em relação a outros contextos, estou-me a lembrar, por exemplo, do contexto da Ucrânia, sobre o qual a CDU nunca teve grande preocupação em acolher as posições da Ucrânia, pelo contrário, as posições da Rússia são as posições sempre mais importantes.

Há, realmente, uma falta de equilíbrio nesta proposta, estragada pelas palavras que usa e pela posição perfeitamente parcial que toma em defesa, não sei se é dos palestinianos, penso que às vezes até que é em defesa de uma certa revolução e revolta do Hamas contra tudo isto, e esquece-se dos palestinianos que também são vítimas do próprio Hamas.

Se há vítimas aqui e há, existem dos dois lados, mas também há um povo que está capturado por uma organização política e que tem um ramo guerrilheiro muito forte e que provavelmente a CDU até gosta dele. E isto não resolve.

Portanto, a forma como está escrita a moção não facilita. É preciso ter um discurso mais inclusivo, um discurso mais respeitador das duas partes.

Se estivermos atentos, percebemos que as duas partes convivem em determinadas zonas, existindo períodos em que eles convivem diariamente e dão-se bem uns com os outros.

Portanto, se estão bem uns com os outros, há qualquer coisa que está a estragar isto.

A pergunta que podemos fazer é se as organizações políticas dos próprios palestinianos também estão a ajudar ou estarão a prejudicar a relação entre uns e outros.

Como é evidente, Israel também tem aqui preocupações de sobrevivência e também está a usar estratégias radicais exageradas, provavelmente, para resolver um problema. Mas estamos perante duas partes que têm os seus argumentos.

O deputado Pedro Torres falou nisso e é verdade, o que é facto é que tem 138 reféns. Por exemplo, nós, portugueses, aceitávamos que Espanha tivesse 138 reféns e ficávamos impávidos e serenos? Provavelmente não.

Portanto, também temos de perceber estas razões e nelas perceber que é um conflito antigo. Tem de haver dois Estados e há experiências de que as pessoas podem viver em conjunto. Sabemos que os palestinianos, de uma forma geral, principalmente as organizações que são responsáveis pelos palestinianos, não aceitam o Estado de Israel, portanto, também não ajuda nada.

Não vejo a CDU preocupada com isso, em reconhecer o Estado de Israel e dar-lhe valor, e dar-lhe papel, e dar-lhe terreno. Portanto, temos de ter aqui uma posição claramente diferente e sair desta caixinha, onde a CDU só se preocupa com uma das partes, sabendo que a outra parte também está a exagerar, provavelmente, e a sua necessidade de sobreviver tem de ser mais comedida.

Mas, não me esqueço que quando tratamos de questões de vida ou de morte as regras às vezes são um bocadinho diferentes, mas por um lado e por outro.

Portanto, tenhamos um discurso mais inclusivo e para que não fiquem dúvidas que esta moção não pode ser aprovada. A posição que, provavelmente tomaremos, mas como é evidente que cada um terá a sua posição em consciência, é uma posição de rejeição, de não aprovação desta moção, pois da forma que está escrita, não pode ser aprovada.

É válida em alguns pressupostos, podemos aproveitar daqui alguma boa intenção, no sentido de que poderia, respeitando as duas partes, contribuir para a resolução do problema, mas da forma que está escrita não contribui em nada e para que ela não seja aprovada, a nossa posição pelo menos a minha, é de rejeição, só por esse facto.

Uma vez que o Partido Socialista se absteve, tomaremos esta posição.”

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“Em relação às intervenções anteriormente proferidas vou, propositadamente, abster-me de tecer comentários, porque as mesmas são absolutamente vagas.

O PSD justifica a sua posição pela forma como está escrita a moção, mas depois não consegue desmontar um único parágrafo que esteja aqui escrito e, portanto, se o PSD quiser explicações sobre algum ponto e esclarecimentos sobre algum parágrafo e conseguir provar que estes parágrafos não representam aquilo que é a realidade e que é a verdade, a conversa seria outra.

No entanto, venho aqui porque houve a proposta, pelo menos da bancada do Partido Socialista ou de parte, não sei, apesar do anúncio antecipado, sobre uma possível abstenção, para incluir a libertação dos reféns detidos pelo Hamas. E eu, num equilíbrio que me reconheço e reconheço aos movimentos comunistas de todo o mundo, exatamente pela preocupação com todos, propus que fosse incluído este ponto, naquilo que é deliberação, não no texto de apoio, porque seria difícil agora construir um parágrafo com isso, e juntar também a libertação de todos os presos políticos palestinianos, cerca de 7 mil pessoas, no entanto, não vou especificar o número, porque não é efetivado, nas prisões israelitas.

Portanto, a minha proposta é que a deliberação mantenha o ponto 1 e o ponto 2, tal como estão, juntar o ponto 3, que dirá o seguinte e passo a ler: “A libertação dos reféns detidos pelo Hamas e a libertação dos presos políticos palestinianos das prisões israelitas.”

E depois o ponto 3 passar a 4 e o ponto 4 passar a 5. Portanto, fica com 5 pontos de deliberação e para já, até que haja algum pedido de esclarecimento, não tenho, francamente, mais nada a dizer.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: “Isto seria quase um condicionante total, para não estar o texto completamente vertido apenas numa única perspetiva, teria de haver aqui alguma equidade.

Deixe-me só fazer aqui um reparo, porque de facto, não é um reparo, é uma constatação de facto. Por mais ou menos simpatia que nós possamos ter com os povos e conhecendo a sua história, e o povo judeu, de facto, teve uma história, ou foi tendo, ao longo dos vários séculos, histórias perfeitamente hediondas, culminando com um verdadeiro, não há outro nome, eu bem sei que ainda existem algumas pessoas que o negam, mas o que aconteceu, foi um holocausto, foram mortas mais de 6 milhões de pessoas, absolutamente inocentes, só pelo simples facto de carregarem em cima de si uma crença religiosa.

Mas também vamos ser honestos, o povo judeu, ao longo dos vários anos, e a cobro, logicamente e principalmente de algumas atitudes, que nos parecem no mínimo, dúbias principalmente pelos Estados Unidos que têm tomado muitas decisões ao arrepio daquilo que é a lei internacional.

E nós, felizmente, vivemos num país que se pauta pela lei internacional. E não podemos estar aqui constantemente a escamotear aquilo que é a realidade do que se passa em Israel.

Sim, é verdade, há milhares de presos políticos, que nem sequer foram julgados e estão em prisões israelitas e muitas delas em prisões que são território palestiniano, mas ainda controlado por israelitas.

Sim, a expansão dos colonatos é sempre ao arrepio daquilo que são as determinações das Nações Unidas. E sim, não são garantidos, e isso são relatórios internacionais, alguns deles até feitos por entidades ligadas aos próprios Estados Unidos, não, não

são cumpridos grande parte dos direitos humanos, não só das pessoas que estão detidas, como inclusive daquelas que trabalham.

O deputado José Manuel Correia disse aqui, e muito bem, é verdade que há alguns pontos entre o território israelita e o próprio território palestino em que existe interatividade, inclusive interatividade comercial, trabalho, onde israelitas trabalham de um lado, e palestinos do outro.

Este acrescento, porque era uma questão de falta de equidade, e porque concordamos, que de facto, Israel precisa de um “basta”, de uma vez por todas, até porque, nesta fase há uma grande desproporção de forças, nós sentimo-nos mais confortáveis para subscrever a moção, com esta alteração, que foi feita por parte do deputado do PCP.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte: “Mais uma vez, estas moções depois são registadas à última da hora, por jeito pragmático de um resultado final, mas a matriz está cá.

E a matriz é um texto que, claramente, se põe de um lado contra o outro, que claramente usa uma linguagem exagerada, de genocídio, crimes de guerra, armas, de um lado só, armas proibidas à luz das convenções internacionais, numa ocupação ilegal do território da Palestina, outra vez um genocídio levado a cabo por Israel, a campanha militar israelita em curso é suportada no contínuo apoio político, diplomático e militar dos Estados Unidos da América, como se o Hamas não tivesse também ninguém por trás a ajudá-lo, e alguns países europeus, enfim, repudiar e condenar o brutal ataque do exército israelita, apenas palavras para identificar, na perspetiva da CDU, uma das partes como o mau da fita.

E se quisermos entrar pela questão do mau da fita, há duas partes que podem ser os maus da fita. Mas este discurso não ajuda a resolver nada. Este discurso é um discurso muito parcial, é um discurso muito sectarista, e que também, neste texto, por exemplo, podia estar claro o reconhecimento do Estado de Israel, coisa que muitos palestinos não aceitam. Há muitos palestinos que não aceitam o Estado de Israel, como é que é possível negociar com alguém que não aceita um Estado ao lado deles? Se as pessoas não aceitam o Estado de Israel, também não ajudam nada.

É claro que o Hamas e outros grupos não aceitam o Estado de Israel. Esse é um pressuposto que a CDU não valoriza nada. Portanto, esta tentativa agora de colocar o texto um bocadinho mais a jeito, para ser aprovada a moção, não altera significativamente o fundamento do texto, na forma como está redigido e nas palavras que usa.

A CDU não teve a mínima preocupação, neste caso a responsabilidade também é de quem trouxe o texto aqui, porquanto a CDU não teve a mínima responsabilidade de fazer um texto inclusivo, que pudesse ser aprovado, porque constam preocupações que são legítimas, mas da forma que estão expressas, não fazem sentido, porque o texto é perfeitamente sectário de uma parte, em relação à outra.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir a seguinte declaração: *“Gostaria de fazer uma intervenção sobre esta questão. Estou a acompanhar a intervenção do senhor José Manuel Correia e vou tentar concretizar, porque foi aquilo que o senhor deputado da CDU disse que não foi feito e, portanto, vou tentar concretizar onde é que acho que este é um texto de timbre unilateral e onde é que acho que uma redação diferente poderia também ter uma posição diferente, pelo menos a minha, a nível pessoal.*

Em primeiro lugar, começo pela utilização da palavra genocídio. Acho que as palavras têm o seu significado e o genocídio é a exterminação de uma comunidade, a exterminação de um povo. Claro que é um ataque, claro que é um massacre, podemos arranjar outras palavras, mas genocídio tem a sua definição e eu sei que há, inclusivamente, deputados até no grupo parlamentar do Partido Socialista, que acompanham a minha posição, e que devemos dar às palavras aquele que é o seu real valor, não descurando o que está a acontecer, mas acho que a utilização abusiva da palavra genocídio não ajuda, logo na primeira frase.

O tom unilateral continua, na minha opinião, com a referência tímida ao ataque que é feito a 7 de outubro de 2023, uma referência na passagem, quase desvalorizando até o próprio ataque, existe apenas uma única referência ao Hamas, não havendo qualquer referência ao Hezbollah, existe o exigir do cessar-fogo, apenas a um lado, que é o lado israelita, quando uma guerra não se faz só com um lado.

Há uma ausência de referência, já comprovada no território, e nomeadamente para a Organização das Nações Unidas, de que há civis que também estão a ser utilizados como escudo humano do próprio Hamas, e não há qualquer referência aos reféns israelitas, que ainda não foram libertados.

Acho que se perdeu aqui uma oportunidade de, num tom mais neutro, que até poderia ir ao encontro com a intervenção mais recente do Secretário-Geral da ONU, de reconhecer, a frieza do ataque do Hamas e o contexto em que ele também ocorreu, que não foi um contexto vazio, que todos sabemos, acho que uma posição nossa, mais nesse sentido, teria a minha concordância.

Nestes termos, não posso concordar, e portanto, também fica aqui, desde já, justificado o meu voto contra.”

Tomou a palavra o membro Alexandre Hoffmann para proferir a seguinte declaração: “O Senhor Presidente foi bastante mais claro, do que o deputado do PSD, sobre aquilo que lhe faria confusão, sendo que, e só pela estima que lhe tenho, não lhe vou dizer que, não sei se cabe à mesa, fazer considerações sobre os textos que os deputados municipais apresentam.

Sobre a questão do valor das palavras, volto a repetir aquilo que disse na altura, em relação à Ucrânia. A questão da Ucrânia não começa em fevereiro de 2022 e a questão da Palestina não começa a 7 de outubro de 2023.

Dou-vos o tempo que entenderem, depois podemos falar de uma forma mais informal, pode ser na próxima Assembleia Municipal, mas desafio-vos a encontrarem posições políticas dos vossos partidos, referentes à Ucrânia, referentes à Palestina, referentes a outros conflitos anteriores e àqueles que estejam nos órgãos de comunicação social. Já o PCP, se quiserem consultar, tem posições definidas e claras sobre estes temas há muitos, muitos anos.

Ainda ontem estava a ler, porque, enfim, eu compreendo que possa não acreditar que fui eu que escrevi a moção, mas fui e assumo a inteira responsabilidade por ela, naturalmente assumo também a minha carga ideológica e a minha parcialidade, porque acho que a política se baseia no facto de sermos parciais com as nossas ideologias, a imparcialidade não existe, mas estava a ler, comunicados do PCP sobre a Palestina de 2008, 2014 e por aí adiante.

Sobre a questão do genocídio, é muito simples, quando um país, um Estado, que não sei onde é que viu na moção, que eu não reconheço direito à sua existência, usa, e tenham em atenção, durante estes meses, num território de 2 milhões de habitantes, a faixa de Gaza, a mesma quantidade de bombas que se usaram durante toda a segunda guerra mundial, no cenário europeu e asiático, com alvos militares de hospitais, escolas, campos de refugiados, é efetivamente, e desculpe-me o senhor Presidente de discordar, é um genocídio.

Quando se traduz numa caça aos líderes do Hamas e essa caça aos líderes se traduz em 15 mil crianças e mulheres mortas, é um genocídio.

Quando se corta e contaminam os poços de água para consumo desta população, é um genocídio.

Quando se corta o acesso à entrada da ajuda humanitária nestes países, por imposição e sem qualquer tipo de consideração, face à luz daquilo que é o direito internacional, é um genocídio.

Portanto, senhor Presidente, e com todo o respeito, independentemente do texto não ser do vosso agrado, enfim, faço-vos o convite para que, sempre que acharem que há temas que são da vossa preocupação, tragam as vossas próprias moções, façam os vossos próprios contributos, não venham é dizer, e com todo o respeito também, que os textos são parciais, claro que são parciais. Era o que mais faltava não serem parciais, não admitia, a mim próprio, que não fossem parciais.

Portanto, reforço, não encontro qualquer parágrafo que contenha uma mentira, que contenha uma coisa que não seja efetivamente um facto e, nesse sentido, mantenho o texto integralmente, mas se alguém quiser dar algum contributo e eu, como proponente da proposta, concordar também não tenho dificuldade em aceitar, como fiz agora mesmo. Mas sim, trata-se de um genocídio.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir o seguinte:

“Registo a sua intervenção, nomeadamente a parte inicial que me foi dirigida, e deixe-me que lhe diga duas coisas. Em primeiro lugar, entendo que a condição de Presidente da Assembleia não diminui qualquer direito e qualquer dever que tenho enquanto deputado municipal.

E portanto, uma vez que todos os documentos são votados também por mim, é natural que tenha uma opinião sobre eles, ainda que haja um dever de neutralidade, na gestão dos recursos dos trabalhos, que tento de obedecer e que acho que, quanto a isso, não há dedo a apontar, pelo menos que saiba. Mas isso não me diminui na minha capacidade ou na minha possibilidade de intervenção e de poder, também, justificar perante a Assembleia Municipal que o meu sentido de voto é contra e o porquê.

Longe de mim fazer reparos à escrita ou à forma como a moção está escrita, mas o facto de ser Presidente de Mesa da Assembleia e ter e votar esta moção, não me diminui na minha capacidade de intervenção e no juízo que faço sobre a mesma e na justificação que entendo que devo dar e do meu sentido de voto. E foi isso que fiz.

Não há aqui reparos à forma como a moção está escrita, há sim, uma justificação que, da forma como está escrita, não me permite acompanhar esta moção.

Segundo apontamento, a condição de Presidente da Assembleia não me diminui no exercício, nomeadamente, de direito à palavra e da capacidade de intervenção perante a Assembleia Municipal e é isso que continuarei a fazer, sempre que entendo que há questões de consciência, que não posso deixar de referir.”

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção a votação com o aditamento de um novo ponto, o ponto 3, nos termos já anteriormente aludidos, sendo que o número 3 passa a 4 e o número 4 passa a 5, informando que estavam trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A Moção foi rejeitada com 18 votos contra, 14 abstenções e 6 votos a favor.-----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Só vou fazer uma declaração de voto, porque a votação foi nominal para a melhor contagem dos votos. E é só por esse motivo. O meu voto não é contra o que está em causa, mas sim, contra o partido que traz esta moção e também devido a alguns aspetos que foram aqui discutidos e que mais justificam o meu voto contra.*

Esta mini geringonça que apareceu agora, assim de repente, foi mais um motivo para a minha decisão.

E dizer que fiquei muito triste mesmo porque acabei de receber esta notícia de última hora, ou seja, o Partido Comunista deu um carimbo a todos os palestinianos que acabam de nascer, pois a partir deste momento estão rotulados como assassinos.”

2.1.ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2023-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e três membros, existindo, cinco não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e três membros presentes na sala.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e três votos, havendo cinco não votos, por não terem participado na sessão anterior.-----

2.2. ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** leu o texto que lhe foi enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, Bruno Carneiro, o qual participou no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em representação dos presidentes da Junta de Freguesia deste município, no dia 30 de setembro de 2023, na cidade do Seixal, que não podendo estar presente na parte da manhã desta sessão de hoje, enviou o texto, que se transcreve:

“No dia 30 de setembro de 2023, estive presente no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses como representante das Juntas de Freguesia do Município de Lamego.-----

Nesse congresso, para além da habitual apresentação do relatório de atividades e da informação do Presidente do Conselho Fiscal, foram debatidos os seguintes temas:--

- Autonomia e descentralização-----

Sobre este assunto, foi dito pela maioria dos congressistas que a descentralização foi e é consensualmente aceite como virtuosa e imprescindível para aproximar os serviços dos cidadãos; que a descentralização é o reconhecimento de que uma maior proximidade entre os decisores e beneficiários, potencia uma melhor gestão pública. Um modelo que reconhece maior capacidade do poder local para gerir o bem público. Contudo, também salientaram que a descentralização continua lenta, porque ainda existem entidades que não transferiram as suas competências (Vias Rodoviárias) e falaciosa, porque o processo não contemplou com clareza os compromissos financeiros.-----

Salientaram ainda que, de entre os acordos setoriais celebrados com o Governo nas áreas da ação social, educação, saúde e outros domínios, apenas o primeiro está quase concluído e com nota positiva.-----

- Um país mais coeso-----

Sobre este tema, foi referido que Portugal está atualmente a receber o maior envelope financeiro de sempre por parte da União Europeia, considerando que esta é uma

oportunidade única de se poder utilizar estas verbas para o desenvolvimento local, regional e nacional.-----

Neste tema abordaram as principais preocupações para um país mais coeso e desenvolvido, nomeadamente:-----

- *O papel dos municípios na resposta à crise habitacional;*-----
- *Um novo modelo de financiamento dos transportes públicos;*-----
- *Municípios com energias mais verdes e sustentáveis;*-----
- *A (in)sustentabilidade dos serviços do ambiente;*-----
- *Proteção civil municipal e gestão da floresta no combate à desertificação;*-----
- *A criação de uma verdadeira Geração ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);*-----
- *Estimular a economia e descentralizar investimentos.*-----

Ainda sobre o tema, a maioria dos congressistas reclamou uma maior justiça na distribuição e na aplicação dos fundos por forma a minimizar os desequilíbrios e desigualdades existentes no território nacional.-----

- *Financiamento local*-----

Este tema é extremamente complexo e com muita matéria, mas de uma forma sucinta, retive que se impõe uma reforma estrutural da Lei das Finanças Locais que permita atingir os seguintes objetivos primordiais:-----

- 1 - *Reforço da capacidade financeira dos municípios através de:*-----

Reforço das transferências intergovernamentais com a retoma da participação média dos impostos do Estado no cálculo do FEF, com o reforço progressivo do montante do Fundo de Financiamento da Descentralização e com o reforço das receitas das entidades intermunicipais;-----

Alargamento das receitas próprias, por via do IRS, IVA, IMI, IUC, ISP e Fundo Ambiental;-----

Reforço dos poderes tributários dos municípios.-----

- 2 - *Promoção da coesão territorial e correção de assimetrias entre municípios com realidades socioeconómicas distintas que passa, por um lado, pelo reforço da capacidade de arrecadação de receitas próprias nos municípios com características que o permitam e, por outro lado, pela criação de critérios fortemente redistributivos nas transferências do Orçamento do Estado.*-----

- 3 - *Simplificação dos processos, conceitos e mecanismos de reporte, restituindo aos municípios a autonomia na gestão financeira que ficou condicionada desde os tempos da Troika.*-----

Foi também demonstrada a preocupação da pressão da execução dos fundos comunitários, porque falta muito pouco para o término do Portugal 2020 e ainda há muito por executar. Foi ainda referido que, foi aprovada uma reprogramação do PRR, onde a pequena fatia destinada aos municípios aumentou ligeiramente e que é necessário acelerar para lutar por essa execução, porque há um limite temporal, que é

o final de 2026 e temos de nos preparar para arrancar com o Portugal 2030 que está atrasado, que exige uma preparação mais cuidada para que, logo que arranque, os municípios portugueses possam avançar de forma intensa com a execução, na certeza, porém, de que Portugal não vai estar em condições de cumprir a 1ª etapa de execução no final de 2024 e isso constitui uma oportunidade grande de reafecção de recursos no quadro 2030.”-----

Informou, ainda, de que tomou posse e reuniu o Conselho Municipal de Segurança de Lamego e elaborou a proposta do Regulamento do Conselho, que será discutida no ponto 3.16 da Assembleia Municipal de hoje.

Assim e não havendo mais nada a tratar passou de seguida ao período da Ordem do Dia, com a informação escrita do senhor Presidente da Câmara.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a seguinte informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do município:

“Apresentarei de uma forma muito breve e sucinta a informação que tenho a prestar à Assembleia Municipal e que se refere a um conjunto de eventos e iniciativas organizadas pelo Município, nos quais estive representado por mim, pelos Vereadores e eventualmente por outros colaboradores ou chefias.

Iria referir apenas alguns eventos, pela sua importância, tais como: a abertura da primeira fase do Parque Urbano; a instalação do Conselho Municipal de Segurança, que para além de ser um instrumento importante de gestão das condições e das questões de segurança ao nível municipal, é um conselho especial, com uma forma de instalação específica, o que complicou, de alguma maneira, a sua instalação.

Queria referir-me também à reunião da RECEVIN e ao European Wine Day, que decorreu em Toulouse, França, onde participei num conjunto de eventos, nomeadamente numa conferência muito interessante e importante sobre o futuro do vinho e das regiões vitivinícolas na Europa sobretudo.

A abertura do Bairro da Ponte, temos efetivamente o novo Parque Fluvial do Bairro da Ponte concluído e iremos colocá-lo em funcionamento e ao serviço da população no início da próxima primavera. Estamos a discutir com a Junta de Freguesia de Lamego a melhor forma da sua gestão, num espírito de parceria e colaboração, que me parece absolutamente fundamental para que, um equipamento daquela importância e dirigido a um bairro tão típico e a uma comunidade tão específica da nossa cidade e concelho, possa ser bem-sucedido.

Referir também uma iniciativa da Assembleia Municipal, o projeto Jovem Autarca, que foi aqui apresentado, o aniversário do Instituto Politécnico de Viseu e uma referência sempre à nossa Escola Superior de Tecnologia e Gestão, ao trabalho que tem sido

feito, no sentido de aumentar a captação de alunos, de alargar os projetos de cooperação, sempre com um envolvimento muito grande do município, incluindo na perspetiva de melhoria das instalações e ampliação das instalações da escola para um novo polo.

E por fim, referir uma reunião do Conselho de Administração da Resinorte, que ocorreu ontem, e haverá na próxima segunda-feira uma nova reunião do Conselho Consultivo, onde estarão presentes todos os clientes da Resinorte.

Nesta reunião, aprovamos o PERSU 2030, ou seja, um conjunto de metas ambientais, que na área dos resíduos, são impostos pela União Europeia.

Para Portugal, o cenário que temos pela frente não é nada animador, primeiro porque as metas são muito ambiciosas, as quais exigem grandes investimentos, exigem um comprometimento global de toda a comunidade. E, provavelmente, nenhuma destas situações será facilmente conseguida.

Só para termos uma ideia, nos últimos dez anos, a Resinorte investiu 50 milhões de euros. Nos próximos seis anos, para cumprir essas metas, só para 2030, e para 2035 as metas são ainda mais ambiciosas, precisaremos de investir 240 milhões de euros. É óbvio que não teremos nem dinheiro, nem capacidade técnica para dar seguimento a todos estes investimentos.

O que decidimos ontem foi, no imediato, aprovar um investimento de 18,5 milhões de euros, que implica a aquisição imediata de cerca de 4 mil conjuntos de ecopontos para todo o território da Resinorte, a aquisição de 23 viaturas de recolha seletiva de resíduos e a contratação de 46 funcionários. Isso é, para o imediato, o conjunto de investimentos que teremos que fazer.

A Câmara Municipal de Lamego vai terminar e apresentar também o seu PAPERSU - Plano de Ação para a Aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 até ao final do ano. Está a ser corrigido, em função das metas, objetivos e do plano apresentado pela Resinorte.

Este objetivo que é imposto a Portugal, acarreta custos para os municípios, que terão de ser aprovados nesta Assembleia Municipal, o qual terá um risco muito grande para todo o sistema de gestão de resíduos, posto que, por cada mil toneladas de desvio em relação às metas, a Resinorte terá um prejuízo de 1 milhão de euros.

Portanto, se nós temos que, por exemplo, nos plásticos, triplicar o nosso objetivo, isso significa que temos uma margem de erro muito grande, em relação ao objetivo fixado. Isto só se poderá resolver com soluções como os países, por exemplo, do Norte da Europa, que estão bastante mais evoluídos e conseguem reciclar a maior parte dos seus lixos recicláveis e não colocá-lo em aterro, mas têm uma ajuda complementar, que em Portugal é muito limitada e que é a incineração. Ou seja, reaproveitar tudo, reciclar, mas aquilo que não puder ser objeto de valorização orgânica, nem de reutilização ou reaproveitamento terá de ser incinerado.

Só temos duas incineradoras em Portugal e os estudos apontam que seria necessário construir mais duas, uma no centro, uma no sul, e aumentar a capacidade da LIPOR, que é a incineradora que nos serve.

Se esta discussão política não for colocada sobre a mesa, de uma forma franca, trazendo para a discussão pública, incluindo, naturalmente, todas as instituições de defesa do ambiente e ponderar estas soluções, poderemos ter, pela frente, um futuro muito complicado e a necessidade de virmos a impor aos nossos municípios, custos absolutamente inoportáveis, naquilo que diz respeito à recolha e tratamento dos resíduos urbanos, incluindo os recicláveis.

Uma última nota, está também disponibilizada uma nova versão do site institucional do município, tenho feito apelos aos Chefes de Divisão e a toda a estrutura do município, para completarem a informação que está patente no site, para disponibilizarem todos os formulários online, para que haja, efetivamente, uma prestação de serviço ao cidadão, por via dos canais digitais.

Deixo também esse apelo aos senhores deputados municipais para que analisem o site do nosso município e, nas situações em que acharem que podemos melhorar, nos façam chegar essas propostas, sugestões e, eventualmente, até conteúdos que entendam que devem estar incluídos.

E era esta a informação, fico ao dispor dos senhores deputados municipais para qualquer esclarecimento.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Iria começar, antes de mais, por um assunto que tem a ver, de forma direta e indireta, com o decorrer de algumas obras que estão em curso e, neste caso concreto, com a questão da nova acessibilidade ao túnel desnivelado do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, porquanto temo-nos deparado com imensa dificuldade no fluxo do trânsito da cidade.

E, para que depois não digam que nós não trazemos aqui soluções, mesmo sabendo que não é fácil, porque, um dos acessos está extremamente condicionado e, portanto, todos sabemos que a entrada para a zona sul do Concelho, que dá acesso à A24, tem um tráfego bastante significativo, mas aquilo que começamos a perceber, é que o problema não é só, ou melhor, já não é só, a questão das entradas e saídas de veículos a determinadas horas na cidade de Lamego, é um problema que começa a ser recorrente.

Acho que houve informação que não foi muito clara, por parte do município, em relação à previsão do tempo que iriam demorar essas mesmas obras, pois pelo menos fiquei com a ideia que seriam apenas algumas semanas, mas penso que esse prazo já terá sido ultrapassado.

No entanto, não vou discutir isso, pois as obras, às vezes, demoram um pouco mais do que o previsto, mas entendo que seria muito importante que os lamecenses tivessem, neste preciso momento e agora nesta altura, que até haverá uma afluência

maior fruto da época festiva que estamos a atravessar, uma previsão de quando as obras estarão concluídas.

Mas a opinião que eu daria, porque ainda não vi isso a acontecer, é que houvesse alguma parceria, provavelmente com alguns custos, entre o Município de Lamego e a Polícia de Segurança Pública, na questão da gestão do trânsito, não só nos acessos à cidade, mas principalmente no interior da mesma.

Passo a explicar porquê, é que existem determinadas horas do dia em que as artérias, as chamadas artérias secundárias, que vertem principalmente para a Avenida 5 de Outubro, sendo artérias secundárias, perdem o direito de prioridade em relação às restantes, fazendo com que, por exemplo, existam filas contínuas entre a Rotunda Fernando Amaral até à Avenida 5 de Outubro, via Rua de Fafel. Já não falo na questão do acesso da A24, que ainda há dias me reparei, por volta das 18 horas, com uma fila de trânsito, ainda na própria plataforma da autoestrada para termos acesso a Lamego.

Entendo que o município, isto é, os técnicos do município, em colaboração com a PSP criarem, neste período, uma sinergia para ajudar a minimizar esta situação, porque, ao contrário do que as pessoas possam imaginar, não é só a questão escolar que cria um fluxo anormal de trânsito, pois neste período, em que a cidade irá receber certamente muitos visitantes. Por isso, acho que seria possível ser criado um plano para agilizar a questão do trânsito.

Tenho apenas mais uma questão para colocar em relação à questão do Pavilhão Multiusos, o qual já hoje foi aqui falado. Gostaria, então, de saber como está o ponto de situação em relação à exploração da dita cafetaria, ou bar, do espaço superior, bem como a questão da abertura do estacionamento ou a funcionalidade do estacionamento, dentro do Pavilhão Multiusos, que já foi prometida há bastante tempo. Gostaria de saber se já foi feita alguma coisa, se já foi adiantado algum procedimento, porque até à data não temos qualquer informação.

Permita-me dizer, ainda, o seguinte, e corrija-me se eu estiver errado, sobre o Protocolo com a Fundação Serralves, pois apenas houve duas exposições, nestes últimos dois anos. Eu tive o cuidado, na altura, de dizer que achava que, provavelmente era um investimento não prioritário, pois entendia que poderia haver outro tipo de prioridade em relação a algumas associações nossas.

Por isso gostaria de saber qual foi a taxa de participação e corrigir-me-ão se eu, de facto, estiver errado, porque o feedback que tive é que, infelizmente, a taxa de participação foi extremamente diminuta e é bom não esquecer, porque estamos praticamente em dois anos de mandato e já foram gastos 50 mil euros nesta iniciativa, que confesso, vi muito pouco retorno.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Câmara, isto parece mais uma conversa de família. Vejamos alguns pontos negativos que ainda não estão resolvidos. Para quando a colocação da barreira na Rua da Mazedra? Serão apoiantes da velocidade e da ilegalidade?

Para quando a eletrificação das janelas manuelinas? É pena, não dá votos.

Para que servem as lâmpadas enterradas no solo? O que tem feito a delegação da Proteção Civil em Britiande? Em que pé está o acordo com a Fundação de Serralves?

Para quando a requalificação do cruzamento da Ortigosa? O que se passa com os pelourinhos? Mais um que foi derrubado.

Onde está o nicho no lugar da Ponte de Pau, em Fafel? Onde estão os suportes das floreiras? O senhor continua a não responder. O senhor fica desorientado.

O que se passa com a Avenida Alfredo de Sousa e com Jardim Visconde Guedes Teixeira? São espaços de ócio, hoje parecem uma ciclovía. Estes são os pontos que eu tenho para alertar.”

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

Senhor Presidente, tenho uma questão quase de lana-caprina, mas também acho que faz algum sentido, o qual diz respeito ao Parque Urbano. Pessoalmente, não gosto do Parque Urbano, mas não gosto desde o seu início. Acho que começa a ter uma configuração de equipamentos ali colocados um bocadinho à toa. Não se percebe bem o que é aquela estrutura em betão armado. Pessoalmente, não gosto!

Um dia, disse a um cidadão, que partilhava comigo esta opinião, que tínhamos de ter um bocadinho de paciência para ver o resultado final, mas, entretanto, como resido paredes meias com o Parque Urbano reparei que estão lá plantados uns espigueiros. Fiquei, um bocadinho estupefacto, ao tentar perceber o enquadramento de espigueiros no Parque Urbano.

Eu até poderia perceber a ideia, se Lamego fosse uma terra de espigueiros.

É certo, há uma freguesia em Lamego que é uma freguesia de espigueiros, que é Lazarim, se não me engano, a qual tem mais de cem espigueiros, ou andarás por aí perto. Mas desses espigueiros, ninguém toma conta, nem ninguém quer saber de nada. A verdade é essa! Podiam ser realmente uma marca distintiva desta freguesia. Aliás, uma das mais, porque Lazarim tem realmente coisas com muita particularidade e com muito interesse cultural, com um bom património imaterial construído, mas não me parece, apesar de tudo, que os espigueiros sejam uma marca de Lamego.

Quer dizer, não sei.

É verdade que também já temos uma chaimite colocada no Parque da Cidade. Dá a impressão que no Parque da Cidade cabe tudo, a propósito e a despropósito. Às vezes fico a pensar que uma boa ideia se transforma num mau resultado.

Agora, também no sentido de querer colaborar, pois o Senhor Presidente pediu que déssemos uma vista de olhos no novo site da Câmara, dizer que, neste momento, os

escuteiros já não ocupam a Torre dos Figos. Já saíram há muito tempo e, no referido site, ainda está essa indicação.”

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Muito bom dia.

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e respetivo Secretariado, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, estimados colegas deputados, Presidentes de Junta, bem como o público, todo o staff da Câmara Municipal e a todos aqueles que assistem pelas redes sociais.

Quero aqui também dar o meu contributo, relativamente ao desafio lançado pelo senhor Presidente da Câmara, em relação ao novo sítio da internet que o município tem. É sempre bom louvar a atitude de podermos renovar, aquilo que são as nossas estratégias, em termos não só de marketing, mas também de prestar melhor serviço aos nossos cidadãos, e nós bem sabemos que hoje a internet é um meio muito importante para acesso aos recursos que o município pode prestar. Mas, deixem-me dar a minha opinião muito sincera neste sentido. Aquilo que eu noto, no novo site, é que apenas existiu uma atualização do design, ou seja, daquilo que é a imagem.

Sinceramente, e reforçando o desafio do senhor Presidente da Câmara, convido-vos a verificarem com os vossos próprios olhos e com o vosso próprio uso, este novo site, e aquilo que eu vou dando conta é que, de facto, não tem um sentido apelativo forte.

Ou seja, do ponto de vista da usabilidade, não é realmente muito bom. Aliás, quando se desenvolve uma plataforma deste género, deve haver uma estratégia e, sinceramente na minha opinião, a estratégia deste novo site de internet, deveria assentar em dois pilares.

Um, era a promoção do turismo, que nós bem precisamos. Reparem que não é só para dentro, mas utilizar esta ferramenta em sincronização com as várias redes sociais que o município tem, para promover fora de portas, porque cada vez mais, e há vários estudos que indicam isso, os turistas acabam por consultar a plataforma do município, no sentido de perceber quais são as atividades culturais, de lazer, socioeconómicas que nós temos no nosso município.

Um segundo pilar tem a ver com os serviços do município e, sinceramente, eu não vejo, naquele novo website, uma forma mais dinâmica, mais intuitiva de nós, enquanto munícipes, podermos utilizá-lo, no sentido de podermos usufruir dos vários serviços que o município tem como resposta para os seus cidadãos.

Por isso, lanço esse desafio e, além disso, tenho uma questão para o senhor Presidente da Câmara, pois apercebi-me que a empresa responsável pela elaboração e desenvolvimento deste website, não é do concelho. Ora, sabendo eu que há várias empresas desta área no nosso concelho, por que razão não foram elas, ou uma delas, a desenvolver este projeto?

Até vou mais longe. Todos sabemos, e aqui nós somos “cúmplices”, que a Assembleia Municipal também teve recentemente a criação de um novo sítio, neste caso, web, e

todos sabemos que este sítio foi construído com prata da casa, ou seja, foram os colaboradores do nosso município que o desenvolveram. E depois hão-de fazer uma comparação, entre o novo site da Câmara Municipal e o site da nossa Assembleia Municipal. Se analisarem, não vão encontrar grandes diferenças, pelo menos diferenças de relevo. E aqui reparem, a questão é que a Assembleia Municipal não tem serviços tão abrangentes e tão específicos, como os que o município deve apresentar para os seus munícipes.

Por isso, também gostaria de saber, e pergunto ao senhor Presidente da Câmara por que razão e, à semelhança do que aconteceu com a Assembleia Municipal, não foram os colaboradores do município a desenvolver este site? Até porque temos, e eu tenho conhecimento disso, aliás e o nosso site da Assembleia Municipal é uma prova disso mesmo, temos colaboradores no município que seriam capazes de desenvolver esta plataforma, exatamente como está.

Esta foi uma oportunidade que não foi aproveitada, porque deveríamos estar na vanguarda, não só da promoção turística, que tão importante se torna para o nosso município, mas também na tal resposta diferente, mais dinâmica, dos nossos serviços, porque bem sabemos, que a utilização da internet é cada vez mais intensiva e devemos apostar também nessa interação.

Nesse sentido, deixo aqui o meu contributo e gostaria também de obter estas respostas por parte do Senhor Presidente da Câmara.”

Tomou a palavra o membro **Bernardo Xavier** preferiu a seguinte intervenção:

“Bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, e os demais Vereadores, cumprimentar os colegas Presidentes de Junta, os senhores deputados municipais, todos funcionários do município, o público em geral e as pessoas que nos assistem lá em casa.

Quero aproveitar este momento, pois parece-me que faz todo o sentido fazê-lo e fazê-lo de uma forma até mais formal e registar nesta Assembleia Municipal, de que não pode existir, não deve existir, até porque as pessoas de Valdigem sabem isso mesmo, qualquer tipo de dúvida na colaboração que tenho, enquanto presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem e até por força da instituição que represento e das responsabilidades, para com o senhor Presidente de Câmara, e estou certo que o sentimento será recíproco.

Eu pretendo também que o senhor Presidente de Câmara registe, uma vez mais, aquilo que nós já falamos, para que o ano de 2024 seja um marco para a União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, a fim de ver resolvidos parte dos seus problemas e parte das suas ambições.

Bem sei que não é num estalar de dedos que as coisas se fazem, não me demito naturalmente das minhas responsabilidades, mas como sabe precisamos imenso da sua colaboração. E, portanto, quero com isto dizer e registar que esperamos

ambiciosamente que tal aconteça e espero também ouvir uma palavra do senhor Presidente de Câmara nesse sentido, dirigida, fundamentalmente, para os munícipes que eu represento.

Por fim, aproveito para desejar a todos umas festas felizes. Um bom ano de 2024.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração:

“As questões colocadas pelo deputado Pedro Torres, em relação à questão do trânsito são muito pertinentes. Efetivamente, Lamego não é uma cidade com vias de circulação automóvel francas, é uma cidade que precisa de muito trabalho para que o trânsito flua de forma aceitável e, de facto, as obras que estão a decorrer na passagem desnivelada do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios não têm facilitado isso.

Portanto, voltamos à situação de ter a Avenida 5 de Outubro e a Rua de Fafel, completamente entupidas, o que durante anos era uma situação diária, como também era o trânsito parado na A24.

Eu já o disse nesta Assembleia Municipal muitas vezes, foi assim que eu encontrei a situação de trânsito, quando cheguei a Lamego. Naquela altura era meu adjunto o senhor António Lourenço, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Almacave, e eu, quase todos os dias, lhe telefonava quando chegava à A24 e parava, na saída da A24, para entrar em Lamego e lhe perguntava o que se estava a passar. Ele respondia que não se passava nada, era simplesmente o trânsito que andava devagarinho.

E foi quando decidimos fazer também a entrada na cidade, a partir do Retiro dos Passarinhos, porque nessa altura só se saía, como bem se lembram, e decidimos colocar o trânsito a entrar por ali para que, pelo menos, os automóveis ligeiros tivessem duas alternativas de entrada na cidade.

Neste momento, estamos restringidos a uma saída, ou melhor, à entrada e saída pela Rua Cardoso Avelino e pela Rua Macário de Castro, e isso, de facto, não é suficiente. Estamos a tentar, hoje ou amanhã, abrir a passagem inferior do Escadório ainda em tout-venant, ou seja, sem pavimentação para se passar durante estes dias festivos do Natal e Ano Novo. Posteriormente, logo possível, irá ser feita a pavimentação e a abertura definitiva da via.

Penso que essa situação irá ajudar a resolver e normalizar a situação de trânsito, sendo que outros melhoramentos serão necessários, nomeadamente na Rua de Fafel, que, de facto, com a condução da maior parte do trânsito à rotunda Fernando Amaral, ganha uma importância acrescida.

Também a beneficiação de toda a ligação desde o Centro Escolar Lamego, no troço, junto ao Centro Escolar, à rotunda do Continente, à rotunda do Barronco e depois à Calçada da Guerra, terá de ser revista, mas falarei disso também daqui a pouco. Depois, teremos ainda outro problema no trânsito da cidade, quando fizermos a intervenção, que é imperativa na Rua Cardoso Avelino e na Rua Macário de Castro, e

aí será o contrário, ou seja, todo o trânsito terá de passar pelo túnel dos Remédios, ser conduzido à rotunda Fernando Amaral e, dali, distribuído.

Teremos um problema acrescido, mas também ainda falarei disso hoje, quando apresentarmos todas as alterações que queremos fazer na Praça do Comércio, Jardim do Campo e neste troço da Calçada da Guerra até ao cruzamento para a Serra da Meadas. Será também muito difícil circular na cidade nessa altura.

Proporemos a criação do novo arruamento, entre o cemitério da Cruz Alta e a antiga Estrada Nacional 226, para facilitar aquela ligação à parte baixa da cidade, via Adega Cooperativa e Avenida Afonso Henriques, sabemos que é um percurso longo, mas sempre seria melhor fazer esta ligação, quando houver restrições, por causa das obras aqui na parte alta da cidade.

Estamos a trabalhar ao ritmo que é possível, com algumas limitações. Estamos a trabalhar com a PSP, não apenas na gestão quotidiana do tráfego, mas também em todas as alterações que temos feito, ainda que pontuais da sinalização, dos sentidos de trânsito, do estacionamento, etc.

Vamos tentar fazer uma alteração, quando fizermos a obra da Escola Secundária da Sé, no troço entre a fonte, a entrada da EDP e da Frucer, para ganhar mais uma faixa de paragem temporária, para transporte escolares e para entrada e saída de alunos, e permitir, com mais facilidade, o retorno que é feito hoje, ou na bomba de gasolina, ou no parque de estacionamento da Sé junto à subestação da EDP.

Portanto, temos um conjunto de obras previstas que, potencialmente, irão melhorar bastante a circulação de trânsito na cidade, mas que precisam de tempo para serem feitas e, enquanto estiverem a decorrer irão, naturalmente, causar ainda mais constrangimentos.

Em relação à cafetaria do Pavilhão Multiusos, a cafetaria foi concessionada por concurso público, a empresa que fez adjudicação está a preparar um projeto de requalificação e alteração para apresentar a licenciamento municipal e, nessa altura, isso será tratado.

Em relação ao estacionamento, não fizemos ainda nenhuma diligência, no sentido de abrir o estacionamento ao público. Temos o largo da feira aberto a estacionamento e, portanto, temos estacionamento livre gratuito e abundante.

O parque de estacionamento do Pavilhão Multiusos, infelizmente, está cheio de material, que os serviços vão depositando, o qual terá de ser removido. Tem, inclusive, materiais da ESTGL, do Rancho de Fafel e de várias entidades que vão pedindo à Câmara Municipal.

Em relação ao protocolo com a Fundação de Serralves, efetivamente, o protocolo está a ser cumprido. Temos uma exposição anual de Serralves, presenças do município nas atividades de Serralves e ações de formação e sensibilização realizadas pela Fundação de Serralves aqui no município para técnicos e funcionários.

Em relação aos espigueiros do Parque Urbano, efetivamente, a Câmara Municipal recuperou um espigueiro que está no Centro Interpretativo da Máscara Ibérica e que se mantém lá. A ideia dos espigueiros foi dar às hortas urbanas um espaço de arrumação, que não fosse um barraco e que não fosse uma estrutura precária e com mau aspeto e acho que, nesse sentido, eles cumprem a sua função.

Em relação ao programa geral do Parque Urbano e à forma como a obra está a decorrer, apesar de todos os percalços e de todos os imprevistos que foi necessário fazer, relativamente à construção dos muros e à colmatação de áreas, que não tinham sido integradas no projeto que foi lançado a concurso, acho que o Parque Urbano vai ficar muito bem.

Aliás, temos de reconhecer que, após a sua abertura, o Parque Urbano passou a ter frequência de pessoas de todas as idades, não apenas de famílias com crianças, mas de pessoas de todas as idades e, portanto, vai ser um equipamento muito interessante.

A parte superior do Parque vai ficar polivalente, capaz de receber múltiplos eventos. Na primavera, quando tivermos a oportunidade de o inaugurar, iremos ver que o resultado final, apesar de tudo, vai ser muito bem-sucedido.

Em relação à questão do site do Município de Lamego, considero que o site responde cabalmente às questões que o deputado Romeu Sequeira referiu, quer em relação à promoção turística do concelho, quer em relação a um adicional de serviços, que são prestados online.

Em relação à sua execução, a versão anterior do site, que agora foi substituída ao fim de praticamente 15 anos, foi feita internamente, mas agora não havia capacidade, nem tempo, porque as questões da informática estão cada vez mais presentes na atividade quotidiana do município e, apesar de termos know-how e capacidade para o fazer internamente, não tínhamos a dimensão desta alteração que foi feita. E esta é a razão pela qual foi contratada uma empresa externa para fazer a programação do novo site.

Quanto à questão da União de Freguesia de Valdigem e Parada do Bispo, discutiremos, seguramente, com algum pormenor os projetos e iniciativas que estão previstas para o próximo ano, no plano plurianual de atividades.

Nesse momento, direi em relação às freguesias qual é a estratégia, quais são as prioridades, qual é o nosso programa de intenções, sempre dependente, como é evidente, dos recursos financeiros e da forma como o novo quadro comunitário Portugal 2030 vier a ser implementado no terreno.

Portanto, senhor Presidente da União de Freguesia de Valdigem e Parada do Bispo, tenho completa disponibilidade para trabalhar com Valdigem, com todas as outras freguesias, dentro das limitações financeiras e da ambição que nos vier a ser imposta ou limitada pelos fundos comunitários disponíveis no PT 2030.”

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Quando coloquei a questão em relação ao estacionamento do Pavilhão Multiusos, teve a ver com o seguinte, e que já aqui foi dito, mais do que uma vez, e verdade seja dita, até falado no anterior mandato, principalmente por parte do senhor Vereador, que realmente era uma vergonha aquele parque de estacionamento não estar aberto e que só não abria, porque não se queria, mas estou convicto que não se abre, porque não se pode.

Não é porque estão lá guardados os materiais das várias associações, é porque aquilo ainda não está em condições.

Somente para terminar e já hoje foi assumido nesta Assembleia, que o Pavilhão Multiusos não se deveria ter feito nos moldes em que se fez, e que é verdade que aquilo correu muito mal. Correu mal, mas podia ter corrido bem, e se corresse bem, eu próprio utilizaria a expressão Multiusos, provavelmente, um quinto das vezes em relação às vezes que utilizo, mas correu muito mal.

E como correu mal, significa que as contas ainda não acabaram. As contas do Pavilhão Multiusos, ainda não acabaram. Não só aquilo que nós estamos a pagar com palmo de língua, como, para colocar aquele equipamento na sua devida funcionalidade, vamos ter de deitar mais dois ou três palmos de língua. E é isso que tem que ficar registado.

Senhor Presidente, só mesmo para terminar, ainda em relação ao Parque Urbano, li na ata da última reunião de Câmara, mais uma prorrogação de prazo, e corrija-me se estiver errado, que acho que não estou, a data da sua conclusão será até ao dia 30. Portanto, houve uma prorrogação que já previa a conclusão no dia 30.

Eu bem sei que houve vários constrangimentos, não vou estar a discutir os seus doutos conhecimentos, em estrutura e em sustentação de terrenos, que também ficou bastante habilitado nestes últimos tempos, principalmente no que diz respeito a muros, a estruturas de betão e a qualquer outro tipo de estrutura ciclópica.

Aproveito desde já para o louvar dessa sua grande capacidade de absorção, principalmente no que diz respeito à parte estrutural de edificado, mas não vou discutir essa situação.

O certo é que as obras já se atrasam por demais. E acho que, temos de concordar, que uma coisa é atrasar-se meio ano, outra coisa é já ir no dobro do prazo previsto para a execução da obra. E, se é verdade que o equipamento, na parte inferior, digamos assim, já está praticamente entregue ao público, todos nós temos olhos na cara e reparamos o seguinte, as obras andam aos soluços.

Confesso que numa fase inicial até pensei, e vou ser mesmo honesto naquilo que vou dizer, que os trabalhadores que estavam na parte do ajardinamento, eram os mesmos que estavam na conclusão da parte superior do Parque Urbano, e daí o porquê da pergunta que fiz há pouco tempo.

Portanto, gostaríamos de saber, já nos disse provavelmente será para a Primavera, se terá um prazo previsto para a conclusão desta obra, acho que também já vai em tempo para ser concluída.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte:

“O Pavilhão Multiusos é sempre um assunto estimulante, o parque de estacionamento se está ocupado com diversos materiais de equipamentos, poderia estar ocupado com viaturas a entrar e a sair, sem qualquer tipo de problema.

Em relação ao Parque Urbano, efetivamente a empreitada tem sido problemática, diz o povo que o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita, mas nós tarde vamos endireitá-lo e concluí-lo com três empreitadas. A empreitada inicial, a empreitada complementar das áreas não previstas, que aqui referi, e a empreitada dos muros, também não prevista.

Portanto, temos aqui um somatório de três empreitadas que decorrem em paralelo, que se prejudicam umas às outras na sua execução e, portanto, estamos a dar o tempo necessário para que o empreiteiro faça a conclusão desses trabalhos e entregue a obra, em boas condições de ser utilizada.

Esse é o nosso grande objetivo, não temos a grande expectativa de ter o Parque Urbano em plena utilização durante o inverno, por isso eu falei na primavera, mas obviamente, que os trabalhos deverão ser concluídos logo possível.

Estamos, entretanto, a tratar das questões complementares, nomeadamente da ligação de eletricidade, dos equipamentos auxiliares, como sanitários, bar de apoio, enfim, de tudo aquilo que é necessário para o Parque funcionar em pleno.

As obras ficarão concluídas muito brevemente e o Parque Urbano entrará em pleno funcionamento durante a primavera, esse é o nosso plano.”

Deliberação A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para sugerir, à semelhança do que tem vindo a acontecer em Assembleias anteriores, que o ponto 3.2 e 3.3 sejam apresentados em conjunto e votados separadamente.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir os pontos, tecendo os seguintes esclarecimentos:

“Em relação à apresentação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, há duas alterações que merecem uma explicação e uma justificação aos membros da Assembleia Municipal.

A primeira prende-se com uma alteração da localização, em termos funcionais dos percursos pedestres e similares, uma vez que temos um conjunto muito diversificado de percursos pedestres, alguns com maior vocação turística, como é o caso do Caminho Pedestre do Vinho do Porto, do Caminho dos Monges, da Rota da Estrada Nacional 2, dos Caminhos de Santiago e outros com uma vocação um pouco menos turística, mais desportiva ou mista.

Ainda assim, entendemos que a componente de valorização turística destes caminhos é muito relevante, pelo que estes serão, em termos de promoção, transferidos para o Gabinete de Apoio às Atividades Económicas, libertando, de alguma forma, a área do desporto.

Sendo que, em termos de desporto e, nomeadamente, na componente Marcha e Corrida, em que o Município de Lamego tem já há muitos anos, um programa estável e bem-sucedido, os Caminhos Pedestres continuarão a ser um elemento fundamental a ser aproveitado e valorizado também na componente mais desportiva.

A segunda alteração relevante, prende-se com a criação de uma, vou-lhe chamar Unidade, mas é essencialmente uma caixa funcional dentro da Divisão de Educação Juventude e Desporto, que se prende com a gestão de um conjunto de atividades de alojamento e fornecimento de refeições, que o Município já tem a seu cargo.

Refiro-me, nomeadamente, às oito cantinas, à unidade de alojamento do Complexo Desportivo de Lamego, à Residência Artística do Castelo, à Residência do CIMI e de um conjunto de bares, entre os quais, ao bar da Câmara Municipal e ao bar do Parque Urbano de Lamego que, de acordo com a candidatura que foi apresentada, não poderá ser concessionado, terá de ser de gestão direta e, ainda, ao bar do Parque de Lazer do Bairro da Ponte, caso não venhamos a encontrar outra solução de gestão, seja por concessão, seja por delegação de competências na Junta de Freguesia de Lamego, nos termos que já começámos a abordar.

Estas duas alterações, sendo relevantes e significativas, entendo que, no conjunto das atividades organizadas neste regulamento e geridas pelos serviços municipais, são relativamente pacíficas.

Como é sabido, o Mapa de Pessoal do Município de Lamego cresceu imenso, por força da integração de três áreas funcionais vindas da Administração Central.

Primeira, na área da Educação que tem claramente, a maior componente. Segundo, na Ação Social, com uma grande relevância, nomeadamente pelo número de técnicos superiores que envolve e terceira, na área da saúde, ainda que apenas na componente mais funcional a de assistentes operacionais e serviços complementares de limpeza, vigilância das instalações e manutenção de viaturas, também tem aqui alguma implicação.

Paralelamente, temos um conjunto de situações prementes na gestão quotidiana dos serviços e que se prende com situações de reformas, pois teremos dez reformas de funcionários no próximo ano, e baixas constantes ou permanentes, cerca de vinte e cinco, fruto do envelhecimento do quadro, essencialmente nas funções de assistente operacional e muito especialmente do quadro de pessoal que transitou do Ministério da Educação. Se bem que, em relação aos funcionários externos, da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, também há muitos com mais de trinta anos de serviço.

Temos também um conjunto de pessoas que estão a exercer funções em regime de mobilidade, incluindo Chefes de Divisão e de Unidade e também técnicos superiores. Temos, ainda, um conjunto de tarefas que estão, transitoriamente, a ser exercidas por prestação de serviços ou avença e que se impõe numa situação de manutenção, em regime de permanência dessas funções, a necessidade de prever os devidos lugares em quadro e abrir os respetivos procedimentos concursais.

Resultam do total deste somatório, 118 vagas que serão abertas, sendo que, a maioria delas são mantidas para lugares providos em chefia de Divisão, mobilidade intercarreiras e situações de avença ou de outra prestação de serviços e, apenas, estimamos cerca de 25 lugares de criação líquida de emprego a prover durante o próximo ano, ou não sendo possível durante o próximo ano, porque parte desta vagas já transitam do Mapa de Pessoal de 2023, em que não foi possível abrir todas as vagas que estavam previstas, serão certamente em 2025.

Entendemos que, apesar de haver, como veremos, no Plano de Atividades e Orçamento, um incremento muito elevado de custo com pessoal, é imperativo que o Município de Lamego faça este reforço de pessoal, porque se vai manter a tendência de envelhecimento do pessoal, o aumento das baixas médicas, a aproximação das reformas, lacunas graves nalgumas funções e tarefas específicas que exigem um processo de recrutamento e de formação contínua e é este o nosso objetivo.

Nesse sentido, entendo que estes documentos estão em condições de serem aprovados por esta Assembleia Municipal.”

Usou da palavra do membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Como estamos a tratar este ponto em conjunto, depois de ler a documentação e ouvir com muita atenção o senhor Presidente da Câmara, permitam-me fazer o seguinte comentário.

Este é o modelo escolhido pelo Executivo em funções, ao nível da organização do pessoal, mas vou fazer um reparo, até porque não é a primeira vez que as coisas são ditas dessa forma e para que não restem dúvidas, é verdade que existe realmente um conjunto de pessoas, algumas delas em prestação de serviços, algumas delas até em situação precária, mas não me parece muito correto que se transmita a ideia de que se irá abrir concurso, especificamente, para essas pessoas. Isso não pode ser, de todo. Nós estamos a abrir um concurso, logicamente, para ocupar um lugar, que se começa a verificar, que é recorrente.

Na minha opinião, e acredito que seja a opinião de grande parte da minha bancada, defendo o emprego público e a Câmara Municipal, fruto das suas competências, e da transferência de competências da Administração Central para os municípios e defendo que deva haver esse reforço do trabalho público e é até uma questão ideológica, porque o trabalho público deve ser acima de tudo muito valorizado e, nesse sentido, fazemos questão de o afirmar.

Esse princípio é claro, a forma e aquilo que são necessidades de contratualização, é que nos podem colocar em divergência.

Nós temos cada vez mais dificuldade em conseguir garantir um conjunto de serviços, que são cada vez mais necessários, que se prendem exatamente por aquilo que é a manutenção urbana. Eu bem sei que cada vez é mais difícil trazer jovens para esse tipo de funções, mas compete a instituições públicas, como é o caso do município, aumentar esse número de vagas.

Começamos a verificar, cada vez mais, que há necessidade de trazer pessoas mais novas para desempenhar funções que são tão nobres, ou mais, do que algumas funções que correspondem a serviços prestados dentro de uma sala climatizada.

Permita-me, Senhor Presidente, que lhe diga, devíamos ir um pouco mais longe naquilo que é a possibilidade de contratação de pessoas para serviço externo, porque as necessidades são cada vez maiores, os índices de exigência e de cidadania também são cada vez maiores e obrigam a ter um serviço melhor e mais qualificado. E é precisamente por causa deste ponto divergente que nos vamos abster.

Embora concordemos com grande parte desta proposta, achamos que este Executivo devia ser mais generoso na contratação de pessoas para serviço externo e divergimos, também, ao nível do pensamento daquilo que é a gestão de recursos humanos dentro do município.

Mas como é lógico, compreenderá, este voto, mesmo desta forma, é um voto de possibilidade, de afirmação e de continuidade.”

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte declaração:

“Em relação à matéria relacionada com o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, entendemos que é uma matéria da competência exclusiva, e bem, do Executivo Municipal, pelo que, em respeito pelo entendimento democrático da questão, e do resultado obtido no último ato eleitoral, não nos opomos a que o Executivo Municipal execute da melhor forma de organização dos serviços e suas competências.

Sobre o ponto seguinte, é verdade que a CDU tem vindo sempre a considerar que a consolidação de quadros é, no âmbito da Câmara Municipal de Lamego, não só necessária como justa.

Num quadro de apreciação geral, é notória a escassez de recursos humanos, não raras vezes qualificados, que se traduzam num serviço eficaz e de qualidade. No campo da justeza da medida, reconheça-se, ou não, a efetivação nos postos de trabalho, através de contratos de trabalho não é questão menor para os trabalhadores do Município, que infelizmente e desde a fomentação da precariedade laboral como método e sistema normal, na vida da função pública, através do governo PSD/CDS e nunca revogado pelos posteriores governos PS, se viu este e outros municípios, e ainda outras entidades públicas, usarem e abusarem desta ferramenta de vínculo precário para satisfazer as suas necessidades recorrentemente.

Recursos humanos suficientes e capazes não configuram despesismo, e quem vende a sua força de trabalho não faz um favor à entidade patronal e disso sabemos. Não só afirmamos que, desde que assente na transparência, estes processos de reforços de recursos humanos são positivos, como podem até pecar pela sua escassez em determinadas áreas, Divisões e, ou, equipamentos do município, que mantêm, não raras vezes, o seu trabalho muito graças ao empenho e disponibilidade dos trabalhadores, para lá do seu salário, para lá do seu horário. Aliás, o reforço dos quadros da Câmara Municipal de Lamego pode e deve diminuir a fatura com a aquisição externa de obras e outros serviços, sabendo que a gestão direta, ou seja, a gestão pública dessas mesmas obras e serviços, é mais económica e financeiramente mais favorável à Câmara, sendo, aliás, uma preocupação de matéria orçamental, como poderemos verificar no ponto seguinte, referente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Daquilo que afirmam as novas ondas liberais e outras que tais, que o peso do estado e da função pública têm contornos de gorduras financeiras, e, portanto, dispensáveis, mas ao mesmo tempo presumem querer ser uma réplica de Estado do exemplo sueco ou dinamarquês, esquecendo-se, convenientemente, que o tal peso da função pública e do estado nos orçamentos nórdicos, sejam do âmbito municipal, regional ou nacional, representam cerca de 30%, enquanto em Portugal não chega aos 20%.

É, e isso sim, necessário que se olhe para os recursos humanos com o devido respeito laboral, efetivando os seus vínculos, tanto para os Municípios como outras entidades empregadoras, públicas ou não, que prestam serviços particulares e indispensáveis às comunidades, e por fim, que o trabalho não seja uma arma de arremesso político, mas a base de uma plataforma de entendimento que defina que a cada posto de trabalho é devido um contrato de trabalho efetivo, acompanhado por condições dignas de salário e condições nos seus postos de trabalho.”

Usou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Gostaria de abordar, em primeiro lugar, a alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Lamego.

Reconheço que o município tem toda a legitimidade para alterar a orgânica dos serviços e já foram apresentados esclarecimentos pelo senhor Presidente da Câmara, embora também já tenha defendido noutras sessões que o município se deve pautar por uma boa política de gestão dos recursos humanos.

Temos assistido a múltiplas alterações nesta organização, em termos de regulamento, mas o que é certo é que, por vezes, nada acontece. Um exemplo disso é a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Empresário, que foi, inclusivamente, uma das bandeiras apresentadas pelo senhor Presidente no início deste mandato.

Considero a importância que abrange este gabinete, mas de facto, passados dois anos, ainda não vi nada a acontecer relativamente a isto. Aliás, o município deveria incentivar a que este gabinete pudesse chegar às pessoas que pretendem investir,

que pretendem ser empreendedoras, até porque tem um papel fundamental em atrair investimento para o nosso município.

Nesse sentido, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que, de facto, já foi feito com este gabinete, pois não tenho visto nada, aliás, nem há qualquer informação no site do município.

Gostaria, ainda, de saber o que pretende fazer nos próximos dois anos de mandato.

Não tenho dúvidas de que estamos a perder uma oportunidade de cativar investimento e bem sabemos o quão importante é.

Trazer a juventude para o nosso município significa capitalizar investimento para o nosso município e para isso não é suficiente ter um gabinete aberto ou ter a informação de que existe esse gabinete, são necessárias estratégias. Eu vejo isso acontecer noutros municípios e com resultados. Cada caso é um caso, mas julgo que temos todas as condições para fazer essa atração.

Relativamente à questão do mapa de pessoal para o próximo ano, gostaria de abordar as condições dos nossos funcionários. Depois de alguns alertas que o Partido Socialista fez noutras sessões da Assembleia e até, posteriormente, aquando da visita que fizemos a alguns espaços do município, fico satisfeito por saber que algumas chamadas de atenção tiveram resultado.

Dou como exemplo as obras no espaço Ponto Já e realço que é muito importante criar condições para os nossos funcionários, mas também para os munícipes. Acredito que se houver boas condições haverá certamente mais eficiência no trabalho.

Gostaria também de falar sobre uma outra questão, que se prende com a avaliação dos funcionários, o SIADAP 3. Sei que houve funcionários que reclamaram a nota que lhes foi atribuída, referente ao biénio 2021-2022, e que recorreram, naturalmente, à Comissão Paritária. Sei, ainda, que muitas delas tiveram de esperar cerca de seis meses por uma resposta, o que considero demasiado tempo, e tendo já um parecer, ainda falta decisão por parte do senhor Presidente da Câmara.

Por isso, gostaria de saber em que fase se encontra esta questão, até porque ela tem um impacto direto nos funcionários, uma vez que, em alguns casos, pode implicar a subida de escalão.

Gostaria, ainda, que me esclarecesse sobre a questão da posição remuneratória de alguns desses, pois muitos deles têm 30 anos de casa, ou mais e também sobre a questão do subsídio de insalubridade. Por aquilo que percebi, e corrija-me se estiver errado, existem funcionários que estão a receber e outros que não estão.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: “Respondendo, muito rapidamente, às questões colocadas e, nomeadamente em relação às questões referidas em torno da precariedade.

A precariedade laboral não é boa, nem para os funcionários, nem para a instituição e todas essas situações devem ser corrigidas.

Houve uma excelente oportunidade para o fazer, através do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, que permitia regularizar a situação dos precários da administração pública, mas infelizmente o PREVPAP do Município de Lamego resultou numa litigância judicial e não na resolução do problema de ninguém. Assim sendo, mantemos essas situações que são necessárias.

Importa, no entanto, distinguir o que são concessões, ou prestações de serviço, daquilo que é a gestão direta. Há prestações de serviço que, por opção, vamos manter por considerarmos mais adequado, mais barato e mais flexível do ponto de vista da obtenção de um parecer ou de um apoio jurídico, de um parecer técnico, e até da realização de projetos por equipas multidisciplinares, que não podiam ser contratadas diretamente pela Câmara Municipal.

Há outras situações onde se impõe para desempenhar determinadas funções, sejam funcionários com um contrato de trabalho, com perspetiva de carreira e com todos os direitos.

Não temos, quanto a isso, nenhuma dificuldade em fazer a separação e em recrutar para os quadros da Câmara, sendo que o recrutamento é completamente independente em relação à Organização dos Serviços Municipais ou ao Mapa de Pessoal. O recrutamento é feito por concurso público, com os critérios definidos e conduzido por um júri e por um conjunto de entidades que nos prestam serviço, seja nas provas de conhecimento, seja na avaliação psicológica. São, portanto, processos completamente autónomos que não cabe aqui discutir.

Relativamente às condições de trabalho, que foram aqui referenciadas pelo deputado Nuno Romeu Cardoso Sequeira, tenho a dizer que, efetivamente, temos estado a efetuar algumas obras e vamos criar condições e melhorar a área da Ação Social, a área do Atendimento ao Público bem como as instalações da Divisão de Obras e Urbanismo e da Divisão de Investimentos Municipais.

Temos sempre pressão para melhorar as condições dos serviços externos, seja nas condições das viaturas, das ferramentas, dos equipamentos individuais de segurança, da saúde e segurança no trabalho. Há, de facto, um conjunto de preocupações que não vamos conseguir resolver e ultrapassar de um momento para o outro, mas que estão a ser interiorizadas como prementes pela organização para serem resolvidas ao longo do tempo.

Em relação à avaliação de desempenho, temos algumas divergências sobre aquilo que é a tradição da avaliação de desempenho na administração pública.

Considero que a administração pública é má a avaliar, porque o sistema não é o mais adequado, porque as chefias não estão sensibilizadas para a avaliação e porque, durante muitas décadas, o sistema de avaliação era um “faz de conta”, não havia sequer a adequada definição de objetivos, o que resulta em prejuízo dos funcionários. Muitas vezes resulta em que os maus funcionários progridam, como os bons

funcionários, e estes últimos nunca são avaliados de acordo com o seu contributo para o desempenho da organização e acabam por ser prejudicados de forma relativa. Isto significa que temos que olhar para o sistema de avaliação, não em relação ao momento da avaliação, a uma eventual reclamação e a uma decisão final, mas para todo o percurso da avaliação desde a definição de objetivos até à homologação da última avaliação, depois de percorrido todo o percurso da reclamação. E é isso que estamos a fazer, com todo o cuidado, com toda a ponderação, sabendo que partimos duma base errada, que é essa falta de tradição da administração pública, em geral, fazer uma boa avaliação dos funcionários.

Em relação à posição remuneratória, será tratada oportunamente. Em relação ao subsídio de insalubridade, esclareço que o subsídio é dado à tarefa específica desempenhada naquele dia e não a um funcionário. Há, portanto, uma dúvida de interpretação em relação a este modelo que está firmada na opinião pública, em geral. Quem ler a lei objetivamente vai perceber que se um coveiro não desempenhar a função de coveiro, se não fizer inumações, não tem direito a receber o subsídio de insalubridade. Quando efetivamente desempenha essa função, já terá direito ao referido subsídio.

Esta situação tem que ficar clarificada para se perceber que, nem todos os assistentes operacionais têm direito a este subsídio e os que têm, podem não ter em todos os dias em que prestam serviço, dependendo, assim, do trabalho que estiverem a desempenhar.

No entanto, ultrapassadas todas estas dúvidas, que são pontuais e transitórias, a nossa vontade é de resolver, o mais rápido possível, todos os problemas, é de dar formação aos nossos funcionários para que possam progredir na carreira e se sintam valorizados profissionalmente, é de criar boas condições de trabalho e cumprir com todas as disposições legais, incluindo a de avaliação de desempenho, disponibilizando a todos os que tiverem condições, uma aceleração de carreira que, efetivamente, num país onde genericamente todos ganhamos mal, há ainda algumas funções mais penalizadas. Nesse sentido, é um incentivo importante ao desempenho, que é bom, que é dedicado e generoso, de uma grande parte dos funcionários público, em geral, e também dos funcionários da Câmara Municipal de Lamego, em particular.

3.2. ASSUNTO: 3ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LAMEGO (ROSM) -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor, que a seguir se transcreve:-----

“Considerando que a organização dos serviços municipais tem por princípios, entre outros, a aproximação dos serviços aos cidadãos, a desburocratização, a racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, a melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e a garantia da participação dos cidadãos. -----

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com os artigos 130.º e 131.º do Código do Procedimento Administrativo e artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas reuniões extraordinárias da Câmara Municipal de 14 de dezembro de 2021 e da Assembleia Municipal de Lamego, na sessão realizada no dia 28 de dezembro de 2021, foi aprovado, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e do artigo 25.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Lamego (Anexo I), o Organograma (Anexo II) e Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Lamego (Anexo III). -----

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Lamego (ROSM) foi publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 15, de 21 de janeiro de 2022, sob o Despacho n.º 910/2022. -----

O ROSM sofreu uma 1.ª alteração aprovada pela Assembleia Municipal de Lamego em 19 de dezembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal em reunião extraordinária, realizada a 30 de novembro de 2022. -----

Foi ainda objeto de uma 2.ª alteração aprovada pela Assembleia Municipal de Lamego, em 19 de abril de 2023, sob proposta da Câmara Municipal em reunião ordinária realizada a 11 de abril de 2023. -----

Nesta medida, considerando a avaliação dos resultados obtidos até à presente data e a respetiva ponderação dos mesmos, ficou demonstrada a necessidade de proceder a algumas alterações ao ROSM, designadamente, o ajustamento em matéria de competências e atribuições em algumas unidades orgânicas, que carecem por isso de uma definição mais objetiva para que a atividade dos respetivos serviços se possa desenvolver de forma mais adequada e operacional, de forma a adequar os serviços às necessidades de respostas no que concerne a simplificação, eficácia e eficiência na prossecução dos objetivos preconizados nos termos do estatuído no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

Assim, com vista a dar satisfação ao anteriormente exposto e ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, das competências previstas na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º, e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se que a Câmara Municipal de Lamego delibere aprovar:-----

- 1.º O aditamento do ponto 4.8 do artigo 6.º, do “Anexo I – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”: -----

“4.6 — (...); -----

4.7 — (...);-----

4.8 — Alojamento, cantinas e catering;” -----

- 2.º Introdução da alínea k, do n.º 2 do artigo com o n.º 21.º-A, no “Anexo I – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”, com a seguinte redação:-----

“Artigo 21.º-A-----
Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo [GDET] -----

1 – (...);-----

2 – Ao serviço de Promoção do Território compete: -----

...-----

k) Criar e gerir uma base de dados sobre a oferta turística existente, nomeadamente em termos de hotelaria, restauração e similares.” -----

- 3.º Introdução do n.º 4 do artigo com o n.º 21.º-A, no “Anexo I – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”, com a seguinte redação:-----

“Artigo 21.º-A-----
Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo [GDET] -----

1 – (...);-----

2 – (...);-----

3 – (...);-----

4 — Promoção e valorização dos Caminhos e Percursos Pedestres: -----

a) Identificar e sinalizar os percursos pedestres e caminhos do município, em colaboração com a DJED; -----

b) Promover as intervenções e melhorias contínuas nos percursos e caminhos;-----

c) Promover e valorizar os Caminhos de Santiago que atravessam o concelho, nomeadamente o Caminho de Torres e o Caminho Português de Santiago Interior;---

d) Divulgar e promover os Albergues de apoio aos Caminhos de Santiago;-----

e) Assegurar os contactos com as entidades responsáveis nestas áreas, tendo em vista a criação de circuitos permanentes de informação e a procura de oportunidades de financiamento nacional e internacional.”-----

- 4.º Alteração do n.º 2 e introdução do n.º 8 do artigo 31.º, do “Anexo I – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”:-----

Artigo 31.º-----
Divisão de Juventude, Educação e Desporto [DJED] -----

1 — (...).-----

2 — A Divisão de Juventude, Desporto e Educação compreende: -----

a) Conselho Municipal de Educação; -----

b) Conselho Municipal da Juventude; -----

c) Secção Administrativa; -----

d) Educação e Formação Profissional; -----

e) Desporto; -----

f) Percursos Pedestres e Desporto Aventura; -----

g) Juventude; -----

h) Alojamento, cantinas e catering. -----

8 – Ao alojamento, cantinas e catering compete gerir estas atividades, sendo responsável pelo alojamento do Complexo Desportivo de Lamego, as residências do castelo e do CIMI, a residência de estudantes do Ensino Superior, albergues de peregrinos, cantinas escolares, bares da CML/TRC/Parque Urbano e Piscinas e catering em eventos municipais.” -----

- 5.º Retificar o Organograma aprovado e constante do “Anexo II – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”, em razão do previsto nos números anteriores e conforme documento em anexo, que faz parte integrante da presente Proposta.-----

- 6.º O Anexo I do ROSM, em anexo à presente proposta, e do qual faz parte integrante, encontrando-se devidamente compilada, de acordo com as alterações referidas nos pontos anteriores. -----

- 7.º O envio à Assembleia Municipal para deliberação e aprovação da presente Proposta e respetivos Anexos.” -----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor e com oito abstenções.

3.3-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2024-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, pelo que proponho a aprovação do presente Mapa de Pessoal para 2024, contemplando um total de 418 postos de trabalho ocupados e 118 postos de trabalho por ocupar e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação.” -----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor e oito abstenções.

3.4-ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO 2024-2028-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024-2028;-----

2. O valor total do orçamento proposto é de 56,5 milhões de euros, repartido pela receita corrente no montante de 29.715.000,00€ e de capital 26.785.000,00€;-----
3. O orçamento municipal da despesa, compreende a inscrição de despesas resultantes das GOP'S (Plano de atividades: 18.058.425,00€ e Plano plurianual de Investimento: 29.100.000,00€) e os encargos com pessoal e despesas com Assembleia Municipal sem inscrição em plano (9.341.575,00€), totalizando uma despesa corrente no montante de 27.400.000,00€ e de capital 29.100.000,00€;-----
4. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.-----
- Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara delibere:-----
- 1) Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei aprove o Orçamento para 2024- 2028, enquadrado nas Opções do Plano para o quinquénio 2024-2028;-----
- 2) Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----
- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano;-----
- c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.”-----
- Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir este ponto, proferindo o seguinte:
- “Este ponto é sobejamente importante, atendendo até ao momento particular que vivemos, um momento difícil do ponto de vista económico, social e político, mas, apesar de tudo com imensas oportunidades.
- Temos de encarar o momento com positividade, pois o PRR está, praticamente, em início de execução, existe apenas uma obra já em curso, mas temos uma grande perspetiva de financiamento no PRR, inclusivamente em projetos que vão ser ainda hoje discutidos.
- Temos também um novo quadro comunitário, Portugal 2030, para executar na sua integridade. Sabemos que será com valores inferiores aos do quadro anterior, mas há também dinheiro, que estava em programas sectoriais e que agora passa para a gestão direta do município.

Há, de facto, um potencial enorme de novos investimentos, quer em programas imateriais, que vêm dinamizar as nossas escolas, a cultura, a ação social, quer em programas infraestruturais, nomeadamente na realização de um conjunto de obras que são muito necessárias e ansiadas pelos lamecenses.

Temos também as questões quotidianas, um dia a dia que é progressivamente mais pesado, por força da pressão inflacionista e por força de um conjunto de dinâmicas, que levaram a que a estrutura interna da Câmara Municipal crescesse, como discutimos no ponto anterior.

Este Orçamento tem, por isso, o maior volume previsto de despesa de sempre, 56 milhões e meio de euros. Tem, também, um aumento muito expressivo da massa salarial, pois os custos com pessoal irão atingir 9 milhões e 300 mil euros, valor que é pressionado, essencialmente, pelas transferências da administração central. Este aspeto implica um aumento significativo das despesas correntes e implica também um aumento de receita na ordem dos 4,4 milhões de euros.

Temos também um conjunto de investimentos que nos propomos realizar. Elencamos cerca de 90 milhões de euros de projetos. Esse valor foi distribuído ao longo do Plano Plurianual de Investimentos que apresentámos a esta Assembleia Municipal e temos a expectativa de lançar, no próximo ano, um conjunto significativo de projetos que serão financiados, ainda, no âmbito do PRR e alguns no âmbito do Portugal 2030.

Alguns projetos estão já contratualizados e temos uma expectativa segura, no âmbito do que é a contratualização da CCDDR com a CIMDOURO e a sua distribuição nos projetos municipais e temos uma incerteza, eu diria em 50%, relativamente aos investimentos que vamos propor para o Portugal 2030.

Estamos à espera de outras medidas de financiamento, nomeadamente o PROVERE, para acomodar o financiamento de alguns desses projetos.

Estamos ainda a contar que as políticas do Governo se mantenham, relativamente a uma promessa que foi feita aos municípios para a requalificação das escolas, transferidas pelo Estado, em abril do ano passado, que no nosso caso concreto, será a Escola EB 2,3 de Lamego e a Escola Básica e Secundária da Sé.

Neste momento, estes projetos de requalificação são a minha maior incerteza, posto que o que estava definido pelo Governo, ainda em funções, é que haveria um empréstimo BEI - Banco Europeu de Investimento e Portugal, para pagar esses investimentos e, assim sendo, é necessário que o próximo Governo mantenha essa disposição.

Em suma, estamos perante um orçamento expansivo, em termos de despesa corrente, por via da inflação e do aumento das transferências do Estado, e no plano de investimentos por via dos novos projetos que vamos lançar, com fundos comunitários, nomeadamente, ao nível do PRR, o novo Centro de Saúde, a Habitação Social, as obras no Museu de Lamego, mas também a requalificação das escolas. Um conjunto de intervenções de reabilitação urbana na cidade, e intervenções nas freguesias, pela

primeira vez de uma forma estruturada e, esperamos que financiadas por fundos comunitários, nomeadamente na Freguesia de Britiande e de Cambres.

Temos também um conjunto de investimentos em rodovias, ou seja, tudo o que é relacionado com estradas, em princípio, não será financiado por fundos comunitários e, por isso, o pacote de pavimentações que ronda os 750 mil euros, será lançado este ano de 2024 a expensas do município.

Ao nível de água e saneamento, temos previsto concluir o projeto de redes de água e saneamento da Freguesia da Penajoia e estamos a discutir a melhor solução, ou seja, fazer uma ETAR de membranas moderna, ou completar as estações de bombagem para a ETAR da Freguesia de Cambres, sendo certo que toda a rede de águas terá de ser renovada, incluindo a adução dos depósitos existentes.

Queremos também concluir um conjunto de obras de água e saneamento que ainda são problemáticas nas freguesias, das quais destaco Vila Lobos ou a Vingada, em Lazarim, que não têm água.

É nossa intenção corrigir as estações de tratamento que não cumprem os critérios ambientais atuais e que falham nas análises regulares que fazemos. Terão de ser renovadas e, havendo fundos comunitários, iremos apresentar uma candidatura em bloco para todos esses equipamentos, mas não havendo financiamento, iremos fazê-lo a expensas nossas.

Em relação ao ensino superior temos previsto também um conjunto de intervenções ao nível da ESTLG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, quer no Pólo 2, quer nas instalações para acomodar as instituições parceiras, nomeadamente a Deloitte e o curso que mantém em Lamego.

Ao nível da Ação Social temos previsto um conjunto de intervenções, principalmente no que concerne à ampliação das creches. A Câmara Municipal nunca atuou nesta área, pois era uma responsabilidade quase exclusiva das IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social, mas entendemos que agora faz sentido aumentar as creches, face ao aumento generalizado da procura, promovido pela gratuidade e pelo modo de vida que hoje os pais têm. Estamos, nesse sentido, a analisar a melhor forma de o fazer e a preparar a candidatura a apresentar a este aviso.

Estaremos também atentos a outros avisos que irão ser abertos e aos quais já temos projetos, ou iremos fazer projetos para candidatar.

Temos, ainda, inscrito o projeto de ampliação das instalações da PSP de Lamego – Polícia de Segurança Pública, mas é necessário rever o Orçamento, pois entre a elaboração do projeto até ao momento de lançar o mesmo, os preços ficarão ultrapassados, pois não vamos, nesta altura, pedir ao Governo que faça nada que não possa fazer, nomeadamente rever o valor que foi protocolado. A única coisa que pedimos é que validem o preço base para lançar a empreitada, assumindo a Câmara Municipal transitoriamente o diferencial entre o protocolo interadministrativo assinado e

o valor da empreitada e depois o Governo, sendo justo, e com certeza que o será, irá reembolsar a Câmara Municipal da diferença e suportar o custo da obra, tal como foi definido.

Estas são as principais linhas de orientação deste Orçamento, muito focado como é evidente, na execução de fundos comunitários, mas também assumindo alguns custos e riscos que são da responsabilidade do município, dividindo o esforço de investimento entre a cidade e as freguesias, apostando em áreas inovadoras, nomeadamente, na eficiência energética, na transição energética, nas comunidades de energia, havendo, para esse efeito, na contratualização da CCDDR com a Comunidade Intermunicipal do Douro, uma verba que é destinada apenas aos dois maiores municípios, Vila Real e Lamego.

Na minha opinião, estamos a apresentar a esta Assembleia Municipal um Orçamento que é ambicioso e realista, um Plano Plurianual de Investimentos que é vasto, que é para ser executado ao longo de todo o período de programação dos fundos comunitários e, por isso, se os projetos que foram inscritos em 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 são uma realidade, teremos seguramente como certos os projetos que estamos agora a inscrever, ou que já inscrevemos no ano anterior, para começar a fazer os projetos técnicos, a fim de serem executados, no âmbito de uma política e de uma estratégia que deve ser patente e deve contribuir para que esses investimentos sejam rapidamente colocados ao serviço de todos os lamecenses.

Senhores deputados municipais, espero que estes documentos mereçam a vossa aprovação e estou ao vosso dispor para responder a qualquer questão que queiram colocar.”

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Orçamento, gostaria, em primeiro lugar, de me referir ao valor total, 56 milhões e meio de euros, verificando que há um acréscimo de cerca de 31,9%, em relação ao ano anterior que resulta, em concreto, num aumento de 18 milhões de euros.

Sabemos que este aumento se deve essencialmente à transferência de capitais, tal como o senhor Presidente da Câmara foi indicando, mas à parte deste Orçamento e do seu aumento, em termos do que é palpável, em termos de obras é praticamente o mesmo do que foi discutido no ano passado.

Se analisarmos bem aquilo que são as Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano económico de 2023-2027, verificamos que apresentam, praticamente, as conclusões das obras do PEDU.

O senhor Presidente falou em obras importantes, como a Residência de Estudantes a requalificação das escolas, entre outras, mas aos olhos do Partido Socialista, falta algo mais estruturante, como por exemplo, o acesso à A24.

O meu colega e camarada, Pedro Torres, já referiu que, nos últimos tempos, o trânsito na cidade de Lamego tem estado muito complicado, fruto também das obras que estão a decorrer e que são importantes.

O Senhor Presidente referiu, e bem, que “estamos atentos aos avisos”, que são contínuos e que podem sair a qualquer momento, mas sabemos que muitas vezes esses avisos têm uma periodicidade de candidatura muito curta.

O repto que lanço é que devia começar a preparar um estudo para que esse acesso à A24 seja uma realidade. A meu ver e do Partido Socialista estará, provavelmente, na altura de iniciar um estudo de viabilidade que possa traduzir-se numa realidade, ou seja, para que possamos estar bem preparados para um possível aviso, que possa ser enquadrado nessa dita estrutura.

Neste contexto, aproveito para dizer ao senhor deputado Constantino Vaz, que está equivocado, quando diz que não houve investimento na cidade, por parte do Executivo do Partido Socialista, pois, quer o Parque Urbano, quer a Passagem Desnívelada foram obras lançadas e iniciadas pelo Executivo anterior.

Mas, continuando a ideia anterior, não seria melhor iniciar uma obra, terminá-la e depois então iniciar outra? E dou um exemplo, pois quando todos os dias assistimos a um trânsito tão congestionado, principalmente junto ao Centro Escolar de Lamego, porque temos obras a decorrer simultaneamente no Bairro de Nazes e na Passagem Desnívelada. Verificamos que é muito complicado até para os pais conseguirem transitar e parar em segurança para irem buscar os filhos às escolas.

Deixo aqui este alerta ao Executivo e a todos, se de facto, não seria melhor fazer uma gestão de planeamento relativamente às obras, para que não aconteçam estes constrangimentos.

Eu próprio, muitas vezes demoro o mesmo tempo a chegar de Vila Real à saída para Lamego, na rotunda da A24, do que da rotunda da A24 à Câmara Municipal. Entendam esta crítica como construtiva, para que no futuro possam analisar melhor estas situações.

Relativamente às obras, gostaria de perceber quais são as previsões para as terminar. Relativamente ao Orçamento, o senhor Presidente falou sobre as obras nas freguesias rurais que são muito importantes e todos nós concordamos, mas também sabemos que nem todas as freguesias têm sido contempladas. Quero acreditar que, no próximo ano, as coisas mudem.

Também gostaria de saber, relativamente ao plano de intenções que o Senhor Presidente tinha pensado, qual é, efetivamente o teor desse plano, pois acho que temos o direito de perceber se podemos ficar descansados e se todas as freguesias vão ser contempladas com investimento, até porque devia haver alguma equidade.

Bem sabemos que cada freguesia tem as suas particularidades, as suas necessidades, mas temos de olhar para o concelho como um todo e estou certo que os senhores Presidentes de Junta são solidários uns com os outros. Aliás, este

assunto vai ao encontro de um outro, que falaremos mais à frente, que é a Estratégia Local de Habitação, e sobre isso já tive oportunidade de dizer nesta Assembleia, que será uma estratégia para o futuro, trazer novamente pessoas para as aldeias, mas para isso elas têm de ter algumas condições. Seria também uma forma de libertar a nossa cidade em termos de habitação. É, de facto, imperioso que nós possamos reforçar essa estratégia para o futuro.”

Tomou a palavra o senhor **Constantino Vaz** para proferir o seguinte:

“Boa tarde a todos.

Falou-se aqui em muitos estudos e muitas estratégias, mas não deixa de ser curioso, que no anterior mandato do Executivo do Partido Socialista, não houve estudos, nem estratégias, nem levantamentos, nem pavimentações e nem arranjos.

Dizer aqui que no mandato anterior do Partido Socialista houve investimentos, nomeadamente a Passagem Desnívelada e o Parque Urbano, é muito pouco para quatro anos de mandato. E quais são os projetos que deixaram para o futuro?

Existem obras muito importantes e necessárias e uma em particular, que é a rede de saneamento na Penajoia, que eu aplaudia se vocês a tivessem feito, mas nem o projeto fizeram sequer.

Em relação à Passagem Desnívelada e ao Parque Urbano, se não fossem feitas as alterações necessárias aos projetos, feitas pelo atual Executivo, evitavam-se estes constrangimentos. Perguntem ao mentor do projeto do túnel, que foi o Professor José António de Almeida Santos, ex-Presidente da Câmara pelo Partido Socialista, se não é verdade o que acabei de dizer.

Quanto à questão do Orçamento, o senhor Presidente da Câmara afirmou que é um Orçamento muito ambicioso e é muito mais que isso, considero até que é um desafio para este Executivo Municipal.

Permitam-me refletir sobre a base política que está neste Orçamento, nomeadamente o desenvolvimento, a ação social, que é muito importante, a habitação, ou seja, existem aqui fatores que são a base das pessoas mais necessitadas.

O senhor Presidente da Junta d Freguesia de Lamego, falou há pouco da questão dos vouchers, mas, a meu ver, o mais importante são as pessoas.

Quando o Partido Socialista lançou esta medida, na pandemia, aderiram muito poucos comerciantes. Mais tarde, sim, houve uma grande adesão e considero esta medida importante para ajudar as pessoas. No entanto, o atual Executivo este ano decidiu não fazer, opção que respeito, mas espero que no próximo ano o Executivo tenha este assunto em atenção.

Os vouchers ajudavam os comerciantes, mas sobretudo as pessoas mais carenciadas. Voltando ao Orçamento, para a área da Saúde estão previstos 3 milhões e 500 mil euros, para a Habitação Social, 2 milhões e 600 mil euros, para o Urbanismo e Reabilitação Urbana, 4 milhões e 200 mil euros, para Vias de Comunicação e

Intervenção da Zonas Urbanas, 4 milhões e 700 mil euros, o que significa que, em termos de despesa de capital, estão mais ou menos 50% do Orçamento total.

Sobre a despesa corrente, que o deputado Romeu Sequeira destacou, apenas queria dizer que basta ver a despesa que o Município de Lamego tem com o pessoal.

Para terminar, apenas dizer que provavelmente este Orçamento incomoda um bocadinho ao PS, porque é realmente ambicioso e desafiante, pois espero que as expectativas que temos venham ao nosso encontro, para que ele seja executado, senão na totalidade, numa percentagem elevadíssima.

Será bom para os lamecenses, para a economia e é bom para o município, porque vai trazer mais-valias, vai trazer melhores acessos, vai trazer melhor comodidade em relação à saúde e é isto que nos diferencia do Partido Socialista, pois somos mais de agir, procuramos sempre novos horizontes.”

Tomou a palavra o senhor **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, isto não é nenhuma diatribe democrática, mas é um ato indecoroso entregarem, em cima da hora, os documentos que vão ser discutidos e votados nesta Assembleia Municipal.

Senhor Presidente, não há políticas de incentivo à reabilitação urbana, não foi deduzido o IVA a áreas de reabilitação urbana, não há o agravamento do IMI para casas devolutas, não contempla a junção das taxas de saneamento e dos resíduos sólidos numa taxa fixa, igual para todos, o critério de proporcionalidade é desonesto, porque o saneamento e os resíduos sólidos, não dependem do consumo da água. Não contempla também o estudo da qualidade da água das fontes públicas, a água é um bem a preservar.

Julgamos talvez que este tema deveria ter uma maior e mais ampla discussão, não é junto a mais vinte assuntos que se vai abordar algo que será, ou seria, de capital importância para o concelho.

Grandes ou pequenas opções, ou mesmo nenhuma, em termos de plano, pois parece-me que Lamego vai marinar nos próximos anos.

Quanto ao Orçamento, é mais do mesmo, grandes números e pequena obra e pouca capacidade de alavancar o concelho para um patamar de qualidade e de crescimento. Talvez se assim fosse, no ponto seguinte não se estaria a fazer a quarta alteração orçamental. Por estas razões, nós vamos votar contra.”

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer o seguinte:

“Em relação à disponibilização dos documentos, quero informar que os mesmos foram disponibilizados no estrito cumprimento do prazo legal do Regimento desta Assembleia que, como sabem, é até mais ambicioso do que a própria lei.

A lei fala em três dias úteis e no Regimento da Assembleia Municipal colocamos cinco dias úteis e no dia em que saiu a convocatória, que foi no dia 7 de dezembro de 2023,

os documentos foram disponibilizados na plataforma da Assembleia Municipal e em papel, para quem os quisesse levantar.”

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“Este texto orçamental em questão é, em larga medida, uma réplica com algumas nuances não pouco importantes, como as que resultam da transferência de competências e, portanto é um legítimo entendimento do que é esta ferramenta orçamental, mas com a qual não partilhávamos e não partilhamos a mesma visão.

Uma das preocupações, já então, então por nós referida, são as baixas taxas de execução referente aos textos anteriores, que transforma, não raras vezes, em meras proclamações as opções e os investimentos de anos transatos e, por sua vez, as recicla para as novidades deste ano.

Parece, assim, em nossa opinião, que este orçamento e estas opções são efetivamente curtas, face àquilo que é, também, o nosso próprio projeto, financeiramente dependentes e fragilizadas na sua dimensão que se pretende transformadora. Aliás acentua-se, segundo o próprio texto, a tendência para o aumento da dependência das receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado e de fundos comunitários, ao mesmo tempo que decresce o valor das receitas diretas, que são aquelas provenientes da riqueza gerada na área geográfica do próprio município, quer pela atividade direta da própria da Câmara Municipal, quer, sobretudo, dos agentes económicos aqui instalados. Aliás, mais acrescento, que as receitas correntes para 2024, nomeadamente, as que advêm dos impostos diretos, são desmesuradamente baixas, assim como a sua própria previsão para os anos subsequentes de 2025 até 2028, dando más cores ao retrato e diagnóstico de uma espécie de morte anunciada do tecido empresarial e económico do próprio concelho.

Não obstante, haver, naturalmente, considerações e opções positivas, e até necessárias, do nosso ponto de vista, com as quais partilhamos vontade e anseio, com este executivo municipal, de as ver realizadas e executadas. Porém é muito mais o que falta do que aquilo que nos vai, serenamente, animando. A falta de investimento em transporte público, gratuito e de qualidade, reais alternativas à mobilidade individual, a concretização de um regulamento de apoio ao financiamento ao associativismo, que incrementasse a valorização da atividade associativa, o apoio à produção e ao tecido agrícola, num vazio político para estas matérias, que são identidade própria da região e do seu povo, a criação de um grande interposto comercial para escoamento de produtos alimentares endógenos, o reforço substancial para os serviços da acção social, ou mecanismos para a reabertura de valências e serviços públicos, compulsivamente encerrados, sobretudo nos territórios rurais.

Entenda-se, a preocupação com o descontrolo da despesa e a fragilidade circunstancial, do lado da receita, é uma também uma preocupação nossa, mas reconheçamos, que não se pode, nem será de, esperar, que a valorização da vida das

nossas comunidades e a atratividade do nosso território possa acontecer por intercedência divina, e disso afirmamos, sempre, e sem qualquer tipo de problema, que PS e PSD estão comprometidos com projetos políticos, os seus, de cada um e no complementar de ambos, que promovem o abandono populacional destes territórios.

Não é possível esperar que local, regional ou nacionalmente estas políticas de encerramento de escolas, jardins-de-infância, correios, postos de saúde, valências hospitalares, de mão dada com textos orçamentais que não promovem a soberania produtiva do território, alimentar e industrial, de desinvestimento contínuo e a falta de políticas transformadoras, possam promover a fixação de pessoas ou melhorar a qualidade de vida dos que ainda aqui vivem.

O orçamento é curto e não é reflexo do que entendemos ser melhor para o concelho, pelo que votaremos contra.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte:

“Já muito aqui foi dito e não me quero alongar, mas depois de ouvir as palavras do senhor Constantino Vaz, tinha de vir tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao senhor Constantino Vaz pela conclusão da Pós-Graduação em segurança rodoviária, do mesmo modo como já felicitei o senhor Presidente da Câmara pela sua especialização em estruturas, porque acabei por levar uma lição, em relação àquilo que é a parte da execução da Passagem Desnivelada do Escadório. No entanto, na parte final, fiquei um pouco baralhado, pois acabei por não perceber se era uma mais-valia, ou não.

A propósito do final da intervenção do senhor Constantino Vaz, feita, logicamente, com alguma avidez para atacar o posicionamento do Partido Socialista, gostaria de lembrar que as apreciações políticas são feitas aqui, em sede própria, e nós já conhecemos muito bem quais são as suas convicções e os seus paradigmas. Aliás ficamos muito esclarecidos sobre a sua posição, em relação à questão dos vouchers, apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Lamego, e deduzo que seja apenas a sua opinião e não a de todos os comerciantes de Lamego.

O senhor Constantino Vaz é sempre a favor de todas as medidas que têm sido tomadas, e eu não discuto isso, mas em relação aos comerciantes, desculpe que lhe diga, respeito, mas discordo do que disse, pois o senhor Constantino Vaz deve estar numa posição muito mais vantajosa, do que a maioria dos comerciantes de Lamego e não só.

Em relação ao que disse sobre a realidade deste novo Orçamento, não percebi algumas afirmações, principalmente quando começou por apresentar aquilo que eram as virtualidades do que aí vem. Eu também gostaria de ter, um dia, uma excelente situação financeira, uma grande mansão com uma piscina, ter um carro topo de gama, mas tenho de lidar com a realidade.

E deixe-me dizer-lhe o seguinte, é que até ver, e também ainda só passou metade do mandato, tudo aquilo que ouvi aqui hoje, é um copy paste do que tenho ouvido nos últimos dois anos e o resultado final, vamos ver, vai ser, há-de acontecer.

A questão é que as pessoas vivem com a realidade do dia-a-dia e, para já, a única coisa que tem vindo a ser concluída, são os projetos que vinham do anterior mandato, por muito que lhe custe.

Hoje já ouvi aqui dizer, ao senhor Presidente da Câmara que querem muitos e bons projetos e que sejam viáveis, mas não façam outro Pavilhão Multiusos, pelo menos nos mesmos moldes, não vá o Tribunal de Contas voltar a chatear-se consigo.

Nós também queremos investimento, mas para já, ainda não vimos nada, estamos apenas a ver a conclusão do que está a decorrer.

Esta é a realidade de hoje e tentar adivinhar o futuro é a mesma coisa que chegar aqui e lançar os búzios. E se este discurso fosse novo, até relevava, mas não, é o mesmo discurso de há dois anos, pelo menos do ano passado e estou certo que iremos falar exatamente das mesmas coisas, nos mesmos moldes, no próximo ano.

Mas uma coisa é certa, tudo o que sejam projetos que tragam mais-valia à qualidade de vida das pessoas, que tragam investimento, o Partido Socialista irá apoiar sempre.

Iremos discutir, a seguir, um projeto que ainda não viu a luz do dia e vamos ver se verá e sobre o qual estaremos em desacordo, por uma questão de princípio muito básico, que não tem a ver só com a localização, mas com os custos que o mesmo implicará.

Por fim, pedia que acabássemos com as promessas, pois andam a prometer obras, ano após ano e andar a projetar ad aeternum, também já cansa.

Deixei um repto sobre o que é a necessidade atual, que é, por exemplo, resolver o problema do trânsito e ainda não vi ser apresentada uma solução para resolver o caos do trânsito dentro da cidade, já para nem falar das acessibilidades. O que queremos são soluções, não para o que venha a ser feito, mas para o que necessita de ser resolvido agora.”

Usou da palavra o senhor **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção:

“Ouvi dizer por parte da bancada do Partido Socialista, que este Orçamento é um em copy paste, e que os projetos são sempre os mesmos e que só se fazem promessas. Agora pergunto, o que fez o Partido Socialista pelas freguesias, no mandato anterior?

E este Executivo? Eu respondo, já fez muito. Na minha freguesia, a obra do Cemitério está praticamente concluída, assim como a obra de Cemitério da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e muitas outras foram alvo de várias pavimentações.

No anterior mandato não se fez nada pelas freguesias, só pela cidade, mas o concelho não é só a cidade, são também as dezoito freguesias, sendo que uma é a da cidade.

Problemas com o trânsito é normal quando se fazem obras, é um mal necessário, temos de ser pacientes. Estão a ser feitas em simultâneo, porque provavelmente são

urgentes e se tivessem sido começadas há mais tempo, não havia tantos constrangimentos.

O Partido Socialista só fala em obras na cidade e o atual Presidente da Câmara está a investir nas restantes freguesias do concelho, refiro-me concretamente à minha freguesia, mas acredito que muitos colegas partilham da minha opinião, incluindo o Presidente da junta de Freguesia de Lamego.

No mandato anterior, o anterior Presidente de Junta de Lamego terá, certamente, muitas razões de queixa, porque nunca lhe deram nada e atualmente a situação é diferente já se fizeram pavimentações, nomeadamente no lugar de Souto Côvo.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para proferir o seguinte:

“Eu peço mais uma vez, o que tenho pedido regularmente, ou seja, muita calma. O debate democrático não se faz com apartes que possam ser insinuosos do bom nome, da honorabilidade de cada um de nós. Vamos discutir as coisas com respeito e urbanidade, cada um na sua vez e evitar o diálogo. Há espaço e tempo para todos falarem.”

Tomou a palavra o senhor **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados é preciso ter calma. Eu creio que o aparte faz parte do debate parlamentar, mas não pode ser o chiste, não pode ser um comentário ofensivo.

Vamos baixar os níveis de adrenalina, porque é possível dizer tudo de forma cordata. Se olharem para o lado e vêem amigos. Eu, pelo menos, posso dizê-lo, pois aqui só vejo amigos. Amigos com os quais concordo, em muitas coisas, e amigos com os quais discordo, em muitas coisas, mas isso não afeta a minha relação de amizade com as pessoas.

Quero é dirigir-me, especialmente, ao senhor Presidente da Câmara, pois vejo nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano uma intervenção muito grande no Bairro do Castelo, inclusivamente na qualidade dos conteúdos dos equipamentos que estão ali. E sobre esta matéria, queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que houvesse outro cuidado, que embora tenha havido em tempos, mas que, de facto, não deram o melhor resultado.

Este é um assunto sobre o qual temos falado ao longo dos anos, como sabe, e portanto, sinto-me perfeitamente à vontade para o trazer aqui. Eu nunca falei muito publicamente sobre este tema, até por uma questão de discrição, pois também fui responsável por esses espaços, mas acho que se pode dizer de forma cordata aquilo que se pensa. Continuo a entender que a forma encontrada para a musealização da Cisterna, foi uma má solução. Há época, até desafiei o senhor Presidente da Câmara para fazer um inquérito de satisfação, sobre aquilo que as pessoas pensavam desse equipamento.

Como se veio a provar, a solução que para ali se encontrou veio a transformar-se quase numa monstruosidade e, enquanto estive naquele espaço, não foi necessário fazer qualquer tipo de inquérito, porque o Livro de Visitante registava, frequentemente, o desencanto dos visitantes, relativamente àquilo que encontravam, mas sei que, por vezes, somos muito levados pelo mau hábito da empregada da casa, que teima em fazer a decoração ao seu gosto.

Na minha opinião, a musealização deve ter sempre em conta o ponto de vista de quem nos visita e quem nos visita traz uma expectativa, que é a de visitar um espaço que respira um determinado momento da história. Mesmo quando o equipamento esteve, por pouco tempo funcional, não era fácil explicar toda aquela nova dialética a quem nos visitava, não era fácil, mas quando o equipamento se degradou, foi ainda mais difícil.

Eu já disse e repito, a Cisterna de Lamego é um monumento de excelência, não precisa de mais nada, a não ser a água. Já fui, inclusivamente, a Marvão para ver a Cisterna, pois é muito similar à de Lamego, aliás são as únicas Cisternas medievais funcionais, neste momento, ou seja, recebem água durante o inverno e mantêm a água limpa durante o verão.

Em Marvão verifiquei que a Cisterna enche durante o inverno e permanece assim até meio do verão. Em julho, limpam a Cisterna e em agosto têm uma sala de espetáculos, de exposições ou de concertos, e é isso que cativa os turistas.

A má solução que se encontrou para a Cisterna, à época, contrasta com a excelente solução do Núcleo Arqueológico, que foi muito bem musealizado e muito bem contextualizado.

Aquilo que peço é que, se realmente vão intervir nesta questão dos conteúdos do Bairro do Castelo, não se caia no mesmo erro, que não se faça duas vezes da mesma maneira, porque foi a maneira errada.

Já agora, permitam-me dizer que é uma pena não se aproveitar a Casa da Câmara, a Torre dos Figos, que foi um edifício onde funcionou a Câmara Municipal até 1834/1835, para também ali se fazer uma musealização, onde conte a história do município. E também porque é impressionante a quantidade de pessoas que sobe as escadas daquela Torre e é frustrante, depois dessa subida, bater com a cara na porta. A Torre tem todas as condições para se tornar num pólo de atração turístico.”

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“Relativamente à questão do acesso à A24, trazida pelo deputado Romeu Sequeira, quero dizer que um novo acesso à A24 só pode ser enquadrado no âmbito do projeto do IC26, não há nenhuma outra forma de enquadrar uma obra que terá uma dimensão técnica e financeira, que está completamente fora da capacidade financeira do Município de Lamego e que não terá seguimento, se for a um novo nó da A24, sem ser no âmbito do IC26.

Estamos a tentar relançar o projeto do IC26, como um dos eixos fundamentais da acessibilidade intra-regional, bem como a navegabilidade do Douro e a Linha do Douro e temos estado a articular algum trabalho, entre autarcas, para retomar o estudo de Avaliação Ambiental Estratégico do IC26 e posteriormente o estudo prévio, o projeto e um dia executar, ainda que seja por troços, este importante trajeto, em toda a margem esquerda do Rio Douro.

Preocupa-nos que, no âmbito dos trabalhos do PROT Norte – Programa Regional de Ordenamento do Território, e fiz questão de ir esta semana a Vila Real a uma reunião da Comissão de Acompanhamento, apenas para ouvir as apresentações sobre o ponto da situação do processo, posto que o município é representado na Comissão de Acompanhamento, pelo Engenheiro Manuel Marques, Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo. No entanto, ouvi e confesso que não gostei de saber que o IC26 foi classificado na quarta categoria, das estradas regionais. Não é bom para as expectativas que temos, não é realista para a importância e a necessidade deste eixo, no contexto da mobilidade regional entre Lamego e Trancoso, entre todo o noroeste peninsular e o sul de Espanha, o IC26 tem um papel que não lhe é reconhecido no Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte.

No que concerne ao PRR, podia ter sido uma alternativa, no entanto, é um programa fechado, sobre o qual só o Governo decide o que faz e onde faz, e digo-lhe onde fez. Fez uma variante em Olhão, fez uma variante em Arruda dos Vinhos, fez uma variante em Atalaia, fez uma variante em Aljustrel e fez uma variante na EN14, suponho que seja entre a Maia e a Trofa.

São escolhas políticas, no caso de Arruda dos Vinhos, é um concelho muito mais pequeno que o nosso, que não tem seguramente o nosso tráfego, mas não vou comparar, pois todos os investimentos que se fazem num determinado lugar, têm certamente uma justificação e uma necessidade, não é prejudicando essas expectativas que melhoramos a nossa argumentação e resolvemos o nosso problema. Lamentamos, apenas, que não tenhamos sido enquadrados nas prioridades do Governo.

Relativamente à Habitação Social, falaremos, mais à frente sobre a Estratégia Local de Habitação e aí explicarei quais são as nossas preocupações, em termos de componentes que não estavam na Estratégia, nomeadamente a Reabilitação e também o investimento nas freguesias.

Neste último ponto, concordamos inteiramente, porque é importante, necessário e indispensável colocar pessoas nas freguesias, e elas estão a ir para lá. Muitos emigrantes que estão a procurar o nosso concelho para residir estão a fixar-se nas freguesias, principalmente por uma questão económica, pois as rendas são mais baratas.

O deputado Alexandre Hoffmann, muito à maneira do Partido Comunista Português, traz um confronto, pois afirma que o Orçamento é curto porque a Câmara Municipal

não tem receita própria, não cobra o suficiente aos cidadãos e às empresas. É óbvio que o Orçamento pode ser grande, mas quem o alimenta são os impostos e as taxas cobradas aos cidadãos, exceto, obviamente os fundo comunitários, que são impostos e taxas do resto da União Europeia.

Mas, ultrapassando essa divergência, que é profunda entre o Executivo e o deputado Alexandre Hoffmann, em praticamente tudo o resto, estamos de acordo. É necessário fazer mais, investir mais, precisamos de reforçar o nosso Orçamento, do ponto de vista da receita, mas para isso é necessário que os cidadãos e as empresas possam pagar e que haja atividade económica e isso não se faz apenas com investimento público, mas também com a confiança dos cidadãos e dos empresários, e essa política está nos antípodas da ideologia comunista.

Relativamente à afirmação sobre a falta de transportes públicos, não é verdade, pois temos uma boa rede de transportes públicos e temos a disponibilidade para que, sempre que não houver transporte público diário, a qualquer lugar de alguma freguesia, haver transporte a pedido.

A falta de apoio ao associativismo, também não é verdade, pois temos um programa de apoio aos clubes e coletividades do nosso concelho, que responde, não às suas expectativas totais, pois não haveria dinheiro para tudo, mas damos o dinheiro suficiente para que essas instituições cumpram cabalmente o seu trabalho associativo, junto da comunidade.

Relativamente às afirmações do deputado Pedro Torres, o qual referiu que este Executivo usa muito a expressão “há-de acontecer”, e eu volto a dizer, claro que há-de acontecer e acontece. Tudo o que se fez em Lamego, nos últimos dezoito anos, tem a marca dos meus Executivos. O Executivo Socialista, no último mandato, não fez um único projeto.

Em relação às referências que o deputado Patrício Esteves fez sobre os investimentos, tenho a dizer que os investimentos traduzem-se em números, não basta dizer que se fizeram pavimentações nas freguesias ou que se fizeram protocolos com as freguesias.

Em 2023, a receita total arrecadada pelo Município de Lamego foi até hoje, 34 milhões e 824 mil euros. Em 2021, até 31 de dezembro, foi 25 milhões e 560 mil euros, foram 10 milhões de euros de diferença. Até hoje, foram feitos pagamentos no valor de 31 milhões 101 mil euros e ainda vamos pagar mais 2 milhões até ao final do ano, para passarmos a zero, em termos de dívidas a fornecedores.

Em 2021 foram pagos 21 milhões e 601 mil euros, ou seja, vamos ficar 12 milhões acima de 2021, sendo que a despesa de investimento, neste valor de 2021, é praticamente nula. Hoje, nós temos neste diferencial, apesar da subida dos custos e da despesa corrente, muitas despesas de investimento que estão visíveis nas obras que estamos agora a ultimar. Isto são os números!

Sobre a intervenção do deputado Paulo Barradas, ao fazer um apelo à calma e à serenidade e com propostas muito sensatas e razoáveis de colaboração em relação a uma área, que sei que lhe diz muito, e a mim também, apraz-me dizer que a intervenção que fizemos no Castelo, no âmbito do projeto de reabilitação urbana de 1.ª geração, Viver Lamego, acho que foi notável.

Não fizemos tudo bem, obviamente, nem fizemos, sequer, tudo o que queríamos fazer, mas fizemos a recuperação da Cisterna, que estava incorporada numa propriedade privada e, abrimo-la ao público, já foi um ato que exigiu muita persistência e medidas duras de expropriação. Exigiu uma negociação, com os privados, até com algumas nuances de discordância pessoal que ainda hoje me marcam, mas conseguimos restituir a Cisterna àquilo que é o interesse público e colocá-la visitável e ao serviço de todos os visitantes.

Em relação ao programa, admito que não foi o melhor, até por questões tecnológicas, de colocar tecnologia naquele espaço tão húmido, independentemente da qualidade do projeto. Teremos de repensar esse aspeto, bem como a musealização da Casa da Torre.

Em relação ao Castelo, além da questão funcional e da visita, temos um problema estrutural, relativamente à sustentação da muralha, que pensamos resolver com a reposição de um caminho exterior à muralha, a partir das instalações dos escuteiros e a terminar na Porta do Sol, passando numa propriedade que, por acaso, pertence à família do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Penso que teremos a melhor colaboração, para encontrar uma solução que permita essa dupla função, de consolidar a base da muralha e de permitir uma circulação que será muito interessante, pois incluirá um novo miradouro sobre a cidade.

Tendo-nos desviado um pouco do objetivo deste ponto, que é a discussão do Plano de Atividades e Orçamento, penso que toda esta discussão é útil e profícua, pois estamos com muitos projetos, estamos com muita vontade de os realizar e contamos com a colaboração de todos para esse efeito.

Quero ainda dizer que, em relação à disponibilização destes documentos, eu reuni, no âmbito do Estatuto da Oposição com todos os Partidos incluindo os que não têm representação nesta Assembleia e que o quiseram fazer e disponibilizei, atempadamente, não só os documentos, mas também as explicações verbais que entendi dar e as que me foram solicitadas, num aspeto, que me parece de sã convivência democrática e que pratico há muitos anos, sempre que estive nas funções de Presidente de Câmara, e que tem dado bons resultados.

Estamos, por isso, sempre disponíveis para o diálogo.”

Usou da palavra o senhor **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção:

“Apenas quero dizer que compreendo a vigorosa intervenção do senhor Presidente da Junta de Ferreiros de Avões, porque traduz a revolta dos Presidentes de Junta.

Muitas vezes as freguesias são esquecidas, a culpa é nossa, falamos sempre e quase sempre da cidade e das obras da cidade e esquecemos os meios rurais. Portanto, no meu ponto de vista, a revolta do Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões é legítima.

Relativamente à intervenção do deputado Pedro Torres no que concerne aos vouchers. A esse respeito quero dizer-lhe que eu e alguns comerciantes aplaudimos a ideia dos vouchers, como apoio ao comércio, implementada pelo Executivo do Partido Socialista. O que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego falou sobre os vouchers, não vou repetir, vou apenas salientar a outra parte, a parte social, pois, por exemplo, um casal que gastasse 200 euros, num cabaz de Natal, iria reembolsar 40 euros, com o voucher.

Agora também lhe digo, porque sei, no primeiro ano de implementação desta medida, as pessoas iam fazer compras e o voucher não lhes era divulgado, metade dos comerciantes, seguramente, não divulgou a hipótese dos vouchers aos clientes. Nos anos seguintes, sim, já correu muito melhor.

No entanto, no ano passado também não concordei com o prémio, digamos assim, de 50 euros para os comerciantes que se inscrevessem no Concurso Montras de Natal, pois ainda ultrapassou as 100 inscrições, o que se traduziu num gasto superior a 5 mil euros, e pergunto, não seria melhor utilizar esse valor em vouchers? Ajudava muitas pessoas.

Para terminar, quero esclarecer que não estou contra os comerciantes, antes pelo contrário.”

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor e dez votos contra.

3.5-ASSUNTO: IV ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL-----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

a) *Constam da informação da Gestão Financeira n.º 7733/22, os fundamentos para a alteração modificação ao orçamento & GOP`S 2023;*-----

b) *Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa.*-----

PLANOS PLURIANUAIS DE INVESTIMENTO		
	REFORÇO	DIMINUIÇÃO
2022 I 6 RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE LAMEGO		450.000,00
2023 I 3 MUSEU DE LAMEGO		850.000,00
TOTAL	1 300 000,00 €	
RECEITA		
	REFORÇO	DIMINUIÇÃO
10030793 RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE LAMEGO		450.000,00
10030797 MUSEU DE LAMEGO		850.000,00
TOTAL	1 300 000,00 €	

Nesta conformidade, submeto à consideração superior:-----

1. *Apreciação e votação pela Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da IV alteração modificativa orçamental, no montante total de 1 300 000,00€;*-----

2. *Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.”*-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir os seguintes esclarecimentos:

“Esta alteração orçamental pretende, apenas, ajustar o Orçamento do município àquilo que foi a realidade física de execução dos dois projetos importantes que, infelizmente, estão um pouco atrasados.

As obras no Museu de Lamego, financiadas pelo PRR, pois o projeto, que foi preparado pela DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte, não está ainda concluído e estamos, por isso, impossibilitados de lançar o concurso de empreitada. E a Residência de Estudantes que, por questões relacionadas com o estudo arqueológico, está mais atrasada do que seria desejável.

São trabalhos imperativos de estudo, de análise, de eventual preservação de achados arqueológicos que se encontram naqueles antigos edifícios. Estamos a concluir esses estudos e esperamos poder retomar os trabalhos de construção de empreitada nos próximos meses.

Com esta alteração orçamental, que reduz num milhão e trezentos mil euros, o orçamento para 2023, iremos concluir o ano com uma execução orçamental, como já referi, de 35 milhões 500 mil euros, na receita, e mais de 85% de execução, como manda regra de equilíbrio orçamental.”

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para afirmar o seguinte:

“Quero, muito rapidamente, dizer adiantando já o nosso sentido de voto, que, uma vez que se trata de uma questão meramente técnica, que tem a ver com a passagem de valores de um ano para o ano seguinte, e como se trata,

também, de investimentos para Lamego, e investimentos que vêm também pela mão dos Governos do Partido Socialista, votaremos a favor.”

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir o seguinte:

“Quero só dizer que, como tivemos uma oposição prévia ao Orçamento, votado no ponto anterior, e, por uma questão de coerência não nos cabe, agora, votar contra ou a favor, pelo que nos vamos abster.”

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, um voto contra e uma abstenção.

3.6-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA REFORÇO DE EMPRÉSTIMOS DA LINHA BEI PT/2020 – AUTARQUIAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor que se transcreve:-----

“No seguimento da informação n.º 3210/23 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, foi aprovado, pelo Executivo, a Proposta de Deliberação n.º 366/23, a autorizar a contração de 3 empréstimos de médio e longo prazo com montante global até 500.138,21€ (quinhentos mil cento e trinta e oito euros e vinte e um cêntimos), através de adendas, a candidaturas na plataforma Balcão 2020 já aprovadas.-----

Tendo sido rececionada a minuta relativa à 1.ª Adenda ao contrato NORTE-05-2316-FEDER- 000106 - Parque Urbano de Lamego celebrado em 06/01/2021. -----

Tenho a honra de propor que a câmara delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo Regime Jurídico e do n.º 2 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:-----

1- Autorizar a 1.ª Adenda ao empréstimo de médio e longo prazo, de 442 726,11€ (quatrocentos e quarenta e dois mil setecentos e vinte e seis euros e onze cêntimos) para financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação NORTE-05-2316-FEDER-000106 – Parque urbano de Lamego, resultando num valor contratual de 1.175.726,11€ (um milhão cento e setenta e cinco mil setecentos e vinte e seis euros e onze cêntimos);-----

2- Aprovar a respetiva minuta de Adenda (ANEXO I) bem como, os encargos Plurianuais para o ano 2024 e seguintes, de acordo com a simulação do Plano de Utilização e Reembolso;-----

3- Autorizar a aceitação de garantias suportadas por transferências do Orçamento de Estado e remeter para prévia validação, à Direção Geral das Autarquias Locais – DGAL para dar cumprimento ao disposto no artigo 5º, n.º 4 - e) do Despacho 6323-A/2018 de 27/06 (ANEXO IV);-----

4- Autorizar o Presidente da Câmara a outorgar a respetiva Adenda com o Estado, através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. para financiamento parcial da contrapartida nacional;-----

5- Remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** proferiu os seguintes esclarecimentos:

“Este assunto refere-se a autorizar um reforço do empréstimo contraído junto do BEI, no valor de 500 mil euros, para 1 milhão e 100 mil euros, para financiamento das obras do Parque Urbano.

O Parque Urbano teve uma empreitada adicional, parcialmente financiada com fundos comunitários, teve uma obra de construção de muros que não foram previstos no orçamento inicial e teve, ainda, uma revisão de preços muito substancial, na ordem dos 30% pelo decurso, desde o início dos trabalhos até à sua conclusão. Isso justifica um subfinanciamento que terá de ser suprido com recursos próprios do município, nomeadamente o recurso a empréstimo da Linha BEI, que estamos a propor que seja aprovado nesta Assembleia.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Não vou estar aqui a discutir um assunto que já foi discutido noutras Assembleias, que tem a ver com a nossa total discordância daquilo que foi a metodologia, o acrescentar. Não vale a pena.

Portanto, quero só dizer que, em consonância com a nossa tomada de posição, na altura, de ser contra este conjunto de investimentos, que no nosso ponto de vista, não faziam qualquer sentido, iremos votar contra.

No entanto, quero reforçar que há, de facto, um conjunto de investimentos que estão a ser feitos, através de uma linha de acesso ao crédito e, por conseguinte, existem investimentos que vão ser feitos exclusivamente com acesso a este crédito, que teremos, logicamente, de pagar um dia.

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, embora se pudesse investir em algo mais produtivo, temos sérias dúvidas nos projetos atuais e muitas dúvidas nos projetos futuros, que certamente serão piores do que estes.”

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte declaração:

“As linhas de crédito desta tipologia configuram sempre e em todos os casos, em ferramentas essenciais nos financiamentos das autarquias e creio que é isso que está em discussão.

Por esse motivo, não achamos que seja o papel da CDU em dar um contributo negativo e impossibilitar este Executivo de recorrer as estes apoios financeiros e de financiamento, para a concretização do seu próprio projeto.

Por estas razões, a abstenção é o nosso voto.”

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sete votos contra e duas abstenções.

3.7-ASSUNTO: PROCESSO DE DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NO LUGAR DA QUINTA DE SANTA CLARA, FREGUESIA DA PENAJÓIA -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor que se transcreve:-----

“Presente a informação n.º 7458/DFP, de 2023/11/17, dando conta do início do processo de desafetação de uma parcela de terreno com 383,70 m2, sita no lugar da Quinta da Santa Clara, freguesia da Penajoia, autorizada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada 2023/03/14, bem como todos os comprovativos da discussão pública realizada, e todas as publicitações efetuadas.-----

Decorrido o prazo da apreciação pública e não tendo havido reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

Após o processo de desafetação concluído, a parcela de terreno será inscrita a favor do Município de Lamego, no domínio privado municipal.-----

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, referente ao processo de desafetação da parcela de terreno com 383,70 m2, ao domínio público municipal, sita no da Quinta da Santa Clara, freguesia da Penajoia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“Trata-se de uma proposta muito simples, em que vai ser desafetado, do domínio público, um caminho que atravessa uma propriedade e esse caminho vai passar para o limite da propriedade, com obras a expensas do proprietário, devolvendo, ao domínio público, uma área equivalente e com melhor funcionalidade do caminho.

Foram feitas as consultas obrigatórias, nomeadamente à Junta de Freguesia e consulta pública e, mereceu unanimidade na Câmara Municipal, pelo que proponho, por isso, que este assunto seja aprovado.

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“Em várias situações, algumas recentemente deliberadas, o município opta pela cedência de parcelas de terrenos de domínio público, sem contrapartidas, a investidores privados, que regra geral, até possuem capacidade económica para a sua aquisição, em função do seu próprio interesse privado e necessidade.

Esta situação em particular, reveste-se de contornos diversos dos que enunciei, com a vontade, não de suprimir um caminho público em seu favor, mas antes o de promover

a sua mudança, criando uma possível e válida alternativa, sem prejuízo ao município e aos munícipes.

Votaremos a favor desta proposta, porém desde que assumido, como já escrito, pese embora o valor meramente proclamatório do requerente, o que está definido para a passagem de toda e qualquer pessoa. Isto é, votaremos a favor, tanto quanto o município possa garantir, e o senhor Presidente da Câmara, em particular, que a transferência do troço se manterá acessível às populações, por prazo indeterminado. E que não haja, daqui a dois ou três anos, qualquer problema de âmbito jurídico.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer o seguinte:

“A resposta ao deputado Alexandre Hoffmann é muito clara. Obviamente que sim, não haverá permuta da parcela, sem que a parcela que vai ser cedida seja, de facto, transformada em caminho público, entregue ao domínio e uso público e de forma definitiva. Isso é garantido pela autarquia.

Já agora, aproveito para esclarecer que todas as situações de desafetações de domínio público e de alienação de parcelas se eram caminhos públicos foi porque caíram em desuso e não têm, comprovadamente, qualquer uso e interesse para a população. De outra forma, não há qualquer desafetação do domínio público e isso é uma garantia.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

O membro **Pedro Torres** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votámos a favor, porque partimos do pressuposto e foi garantido pelo senhor Presidente da Câmara, que todos os trâmites legais estão em estrito cumprimento com a legislação.*

Nesse sentido, não nos obstaculizamos e incorporamos essa decisão, também já tomada em sede de Executivo.”

3.8-ASSUNTO: RESOLUÇÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE DA EXPROPRIAÇÃO E INVESTIDURA DE POSSE ADMINISTRATIVA, DA PARCELA DE TERRENO N.º1, A DESANEXAR AO TERRENO DO ANTIGO HOSPITAL, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO - PARQUE DA SAÚDE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, requerer à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, e posse administrativa, da parcela n.º 1 com uma área de 9.986,00 m2 a desanexar ao prédio rústico da freguesia de Lamego,

inscrito na matriz sob o artigo 8º, secção 1C, descrito na CRP sob o n.º 3082/20130108, em nome da Santa Casa da Misericórdia e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto Parque da Saúde de Lamego.-----
Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Vamos apresentar o projeto, a propósito da expropriação do terreno para a construção do novo Centro de Saúde de Lamego, o qual já foi aprovado pela ARS – Administração Regional da Saúde e pela Direção Regional da Cultura do Norte, para o novo Centro de Saúde de Lamego.

Incluímos, também nesta apresentação, um conjunto de melhoramentos, que são fundamentais para que o Centro de Saúde seja, efetivamente, um equipamento funcional, um equipamento que preste, não apenas cuidados de saúde, mas que seja um equipamento integrado na vida da comunidade e que as infraestruturas envolventes sejam capazes de dar resposta a toda a afluência de trânsito, que chegará a esse e a outros equipamentos, sem prejudicar o funcionamento da cidade, como, de resto, temos estado a discutir com as entradas e saídas da cidade, com os constrangimentos do trânsito.

O terreno escolhido para a localização do novo Centro de Saúde é o do antigo Hospital de Lamego. É um terreno que não implica com o essencial do antigo hospital, mantendo-se todas as edificações, com exceção das que vão suportar o alargamento da Calçada da Guerra.

Quanto ao Programa Funcional, este novo Centro de Saúde engobará/terá a Unidade de Saúde Familiar Almedina, a Unidade de Saúde Familiar Douro Vita e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, serão áreas gémeas e ficará uma em cada piso. Terá também um Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP), uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), uma Equipa de Tratamento, uma Unidade de Cuidados na Comunidade, uma Unidade de Saúde Pública, uma Unidade de Apoios Gerais e um Agrupamento de Centros de Saúde.”

Usou da palavra o membro **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção:

“Na qualidade de profissional de saúde, quero felicitar o senhor Presidente da Câmara pela escolha do local para implantação do novo Centro de Saúde, pois trabalhei nesse local durante muitos anos e sempre fui de opinião que seria esse o local mais indicado, porque faz parte da cultura sanitária da nossa cidade. Durante décadas, aquele lugar foi o ponto de referência da saúde da nossa cidade.

Além de concordar com o local escolhido, também gostei muito do projeto e acho que assim há um sentido de igualdade, pois os cuidados indiferenciados estão na zona do sudeste e agora este investimento fica na parte norte, ficando assim a saúde repartida na cidade.”

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Tivemos todos a oportunidade de visualizar este projeto e para já quero dizer que fiquei muito contente, pois a nível do edificado, este é o mesmo projeto que estava previsto pelo Executivo do Partido Socialista, mas para outra localização.

Há, no entanto, uma pequena variação no concerne aos estacionamento, mas tudo o resto é igual, portanto não quero que fique a ideia de que este projeto apareceu, de repente, como um cogumelo em dia de humidade.

Eu até já nem vou falar da localização, até aceito a nova localização desta nova unidade, mas há uma coisa que nos distancia, que é o facto de irmos pagar qualquer coisa como 350 mil euros por um terreno. Mas, às vezes, as coisas não são bem assim, às vezes as coisas correm menos bem.

E relembro uma situação muito semelhante a esta que aconteceu no mandato anterior, quando ainda estávamos a discutir a aquisição de alguns terrenos para a construção do Parque Urbano. Houve um conjunto de reuniões entre os proprietários do terreno e os representantes do município e as decisões quanto aos valores para aquisição dos terrenos, tiveram que passar pelo filtro da Câmara Municipal, e uma dessas decisões, não foi aceite pela Câmara, porque o valor da avaliação era um pouco inferior e na disputa judicial, a Câmara Municipal pagou quase do dobro daquilo que estava acordado com os proprietários. Portanto foi um risco que se correu.

Na prática, essa tomada de decisão que, no meu ponto de vista, foi irresponsável, custou mais de cem mil euros, do que aquilo que estava previsto, por uma pequena parcela do terreno.

Não discordo do que disse o senhor Presidente de Junta, Patrício Esteves, pois o antigo Hospital de Lamego diz muito a todos os lamecenses, sem exceção, e também a muitas pessoas que não sendo de Lamego passaram por aquele hospital. Mas a minha questão é, será que o valor sentimental corresponde ao esforço financeiro que terá que ser feito em prol desse mesmo projeto?

Esta questão é o único aspeto que nos divide, pois nós entendemos que devíamos procurar uma solução dentro do centro da cidade, com boa acessibilidade e que não fosse necessário despendir muito dinheiro, neste momento fala-se em 350 mil euros, mas sabe-se lá qual será o valor final, pois poderá ser muito superior.

Quanto ao valor da utilidade do projeto, já tínhamos dito há uns anos, e repetimos, é de extrema utilidade, e arrisco-me até a dizer que já vem tarde, mas vais dignificar, não só os profissionais de saúde que vão operar nestas instalações, como vai ter um retorno para aquilo que são os cuidados primários, não só da população se Lamego, como das zonas envolventes. É um investimento de extrema importância, no qual todos nós nos reconhecemos.

O senhor Presidente da Câmara aproveitou esta apresentação para lançar também um conjunto de ideias, que têm ainda que ser maturadas e discutidas, mas não tenho nenhum problema em dizer que o novo nó de acessibilidade, que vai desde a zona do

Liceu Latino Coelho, que passa pela Calçada da Guerra e faz a ligação à Rua Defensores do Douro.

Parece-me um projeto extremamente interessante, que vai melhorar muito a mobilidade na zona norte da cidade e vai trazer também novas e dignificantes possibilidades de acessibilidade para as freguesias que fazem fronteira física com esta nova zona de circulação.

Parece-me, ainda, à primeira vista que o projeto é interessante e que vai ao encontro do nosso plano de urbanização, ou seja, podemos estar perante um consenso.

Já em relação ao projeto apresentado relativamente à Praça do Comércio e ao Jardim do Campo, não temos, para já, a mesma opinião, no entanto, também foi dito, que é apenas uma visão, que ainda é necessário maturar estas ideias e da nossa parte, tudo o que seja feito para dignificar e melhorar a vida das pessoas, terá o nosso apoio, não será a trica política que irá opor-nos à concretização desses projetos, como, aliás, já temos demonstrado ao longo dos anos.”

O senhor membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção:

“Boa tarde a todos.

Normalmente o que é importante de início repete-se ao fim.

Olhando para o que já passou, se nos lembrarmos da história deste novo Centro de Saúde, há um aspeto que me parece muito óbvio, é que me parece que foi uma decisão arrojada do senhor Presidente da Câmara, contra ventos e marés e que nem sempre foi bem percebida.

Há dois valores que são incontornáveis, é o valor do próprio Parque da Saúde e a oportunidade de melhorar a envolvente.

É verdade o que diz o deputado Pedro Torres, pois o modelo funcional é basicamente o que existia do lado de lá, mas há muito mais do que as quatro paredes do novo Centro de Saúde, e aí é que estava a dificuldade do projeto anterior, pois iria ser implantado num terreno sem condições.

A oportunidade de melhorar a envolvente só foi possível trazendo o Centro de Saúde para este lado. Estamos perante uma grande visão estratégica e isso não é para qualquer um. Só quem sabe é que consegue perceber o que é estratégia para o futuro, tem capacidade de decisão e implementa uma mudança transformadora.

Esta é a grande diferença, pois este projeto impôs-se pelas suas mais-valias, enquanto o projeto anterior começou sem pernas para andar.

No projeto anterior, o terreno para implantação do novo Centro de Saúde rondava os 2.700m², este ronda os 10.000m². É claro que uma parte deste terreno é para alargamento da rede viária, mas grande parte é para construção do Centro de Saúde, parque de estacionamento e acessibilidades.

O que é facto é que temos agora um modelo completamente diferente, um modelo que reverte a favor da reabilitação da cidade e disponibiliza a mesma qualidade, no que respeita ao programa funcional.

Estamos todos de parabéns, quando o resultado final é bom para todas as partes e o próprio deputado Pedro Torres reconhece isso. Até a questão dos 350 mil euros, no limite, reverte a favor da cidade.

Confesso que nunca percebi muito bem a dificuldade que o Partido Socialista teve em patrocinar uma ideia que promoveu desde o início, que era este acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, pois o primeiro plano era implementar o novo Centro de Saúde precisamente onde vai ser agora.

Resumindo e concluindo, quero dar os parabéns a quem tomou esta decisão e liderou o projeto, que é o senhor Engenheiro Francisco Lopes. Parabéns pelo arrojo, pela visão estratégica e lanço um desafio ao Partido Socialista, que é pôr-se do lado da solução e não do problema, como já fez muitas vezes.

Vamos todos remar no mesmo sentido, porque já reconhecemos a mais-valia do projeto.”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Gostaria de deixar alguns contributos que considero importantes. Vamos aos factos. Primeiro, o projeto do Parque da Saúde de Lamego já existe há mais de dois anos e meio. Segundo, não consegui compreender quais foram as justificações sólidas que estiveram na base da escolha deste novo lugar. Além disso, devido a essa alteração, já passou todo este tempo e nada aconteceu.

Em relação ao modelo funcional apresentado, é exatamente o mesmo, portanto, não compreendo quando dizem que o anterior projeto não tinha condições.

E depois há outra questão com a qual não posso mesmo concordar, pois se estivéssemos a transitar de um lugar para o outro, sem implicar mais gastos por parte do erário público, era uma coisa, outra completamente diferente é essa mudança implicar mais de 350 mil euros de despesa só porque, enfim, não se gostava do outro local. Não foram dadas bases justificativas para essa mudança.

Não posso concordar com o senhor deputado José Manuel Correia, quando afirma que esses 350 mil euros irão favorecer a cidade. Mas em que sentido? Vão favorecer a instituição? Também gostava que me explicassem isso.

Uma coisa é reverter esse investimento em artérias da cidade, por exemplo, mas não é o caso. Nós vamos pagar agora um terreno, quando no projeto anterior, não era necessário. Por isso, a meu ver, seria importante elucidarem os lamecenses relativamente a isso. Há uma alteração de investimento, só porque não se gostava do lugar anterior e agora, com pompa e circunstância, é apresentado um projeto como se fosse uma coisa nova, mas isto é apenas uma alteração a um projeto que já foi apresentado há mais de dois anos e meio.”

Tomou a palavra o membro **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção:

“Quero felicitar o deputado Pedro Torres, porque estamos em acordo, só não estou em acordo consigo relativamente aos valores, pois estamos a falar da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, que é uma instituição extremamente importante para a

cidade de Lamego. Estamos a falar de um valor de 350 mil euros para a essa instituição e, por isso considero um valor residual.

Em relação à intervenção do deputado Romeu Sequeira, tenho a dizer que não concordo em nada consigo. Até me admiro que os senhores deputados tenham visões diferentes sobre o mesmo assunto e também me admiro que o deputado Romeu Sequeira, sendo da Penajóia, defenda um projeto que ficaria ainda mais afastado da sua freguesia, mas nem vou por aí.

O meu objetivo é mesmo felicitar o deputado Pedro Torres, pois fiquei muito contente com as suas palavras.

Quanto ao valor, não valorizo muito, pois se for para a Santa Casa da Misericórdia é muito bem empregue, uma vez que há muitas pessoas do nosso concelho que dependem dessa instituição. Haja respeito por esta instituição.”

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“A CDU reconhece a necessidade de investimento e dotação de recursos às estruturas locais de saúde, e, neste caso concreto, validando até a configuração e a localização do projeto, pois parece-nos muito melhor que a anterior.

A expropriação é uma ferramenta que pode e deve servir o interesse comum e das comunidades, sobretudo, quando a parte contrária, e que neste contexto concreto se torna verdade, possui bem mais capacidades que o proprietário comum e individual num âmbito negocial, sendo que consideramos, que sim, que a indemnização, por falta de acordo, seja feita com recurso a uma avaliação justa e imparcial da sua parcela, e não por um valor pedido que não encontra sustento prático na realidade.

Por estes motivos, votaremos a favor desta proposta.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente temos de ter em conta que a Santa Casa da Misericórdia é uma instituição secular e de valor indubitável.

Talvez fosse necessário um pouco mais de tempo e de negociação para uma proposta que não deixasse a esta instituição, a mínima dúvida de que o município sabe, tem em conta e conhece a sua ação no concelho de Lamego. Votaremos a favor.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Penso que o senhor deputado Patrício Esteves, não disse com intenção, mas não posso aceitar que me seja dirigida a expressão “mais respeito pela Santa Casa da Misericórdia de Lamego”. A mim, não!

Porque se há pessoa que tem respeito por essa instituição, sou eu, onde deixei a minha filha desde bebé, até aos seis anos de idade a fazer a sua formação inicial. E tenho todo o respeito por cada um dos profissionais que trabalham naquela casa, que merecem, não só o meu respeito pessoal, como também o respeito de todos os lamecenses.

Não posso deixar aqui dúvidas, pois o facto de discordar de um local e de achar que se poderia poupar uma verba significativa, nada tem a ver com falta de respeito para com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

E digo mais, a Santa Casa da Misericórdia de Lamego tem um papel importantíssimo a nível social, reconhecido por tudo e por todos e deve ser apoiada. Mas deve ser apoiada pelo Estado Central, naquilo que é a sua ação, pela autarquia naquilo que é a sua capacidade de ação e pelos lamecenses, mas não me parece, neste caso concreto, que seja a melhor solução.

Acredito que não fosse sua intenção, mas em momento algum poderia deixar no ar, que o cidadão Pedro Torres tivesse qualquer tipo de falta de respeito por uma instituição que sempre acarinhou e à qual entregou a única filha, para lhe prestarem os cuidados primários, nos seus primeiros seis anos de vida.”

Tomou a palavra o membro **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor deputado Pedro Torres, em momento algum lhe disse, diretamente, para ter respeito pela referida instituição. Eu só mandei um recado, não sei se o chapéu lhe serviu.

Alguém referiu que havia um conflito de interesses, mas, na minha opinião não há.

Há apenas o município e uma instituição muito importante. Estamos a falar de uma verba de 350 mil euros para uma instituição que não pode andar na praça pública a ser falada por uns e por outros. É preciso ter cuidado, nesse sentido, porque todos poderemos vir, um dia, a precisar dela.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte:

“De facto este assunto já foi mais do que debatido, mas por mais que expliquemos, o Partido Socialista nunca vai perceber as razões fundamentais, por isso é que, depois tem dificuldade em resolver questões fundamentais e em ter alguns resultados eleitorais.

Neste caso, há claramente uma questão de espaço e uma questão de PDM. O modelo funcional e o projeto é o mesmo e pelo que sei a ARS Norte não permitia que fosse alterado. Portanto, foi pegar no modelo e encaixar num terreno decente, capaz de o poder receber com dignidade e funcionalidade.

Quanto à afirmação de que o Parque da Saúde já existe há dois anos e meio, diria que existe há dois anos e meio no outdoor que por lá andou. Quanto a valores, também sabemos que não era possível fazer aquele projeto por 4 milhões de euros.

Disse também o deputado Romeu Sequeira que ainda não aconteceu nada, teria acontecido se começássemos como deve ser. Se tivéssemos começado no terreno do atual projeto, já estaríamos com a obra adiantada. Se o Partido Socialista tivesse ajudado mais, já estaríamos mais adiantados, mas não é tarde.

Por isso, eu desafio a que todos se associem a esta decisão, que considero, como já referi, de grande visão estratégica, pegando num problema e transformá-lo numa oportunidade.

Já agora só uma nota em relação à Santa Casa da Misericórdia de Lamego, não vem a propósito, mas já deve ser coisa antiga, porque também nunca percebi a postura do Partido Socialista em relação à hemodiálise. Parece-me que há um problema entre as duas partes, ou, então não, e estou enganado.”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir o seguinte:

“Gostaria de dizer que o Partido Socialista estará sempre disponível para ser construtivo e dar a sua opinião consolidada, naquilo que sejam projetos estruturantes para Lamego. Neste caso, o Partido Socialista, a nível concelhio, que lidero há cerca de um ano, nunca foi consultado para esta questão do novo enquadramento do Parque da Saúde.

Mas há um aspeto que gostaria de vincar, até porque foi indiciado por alguns colegas, aqui nesta Assembleia Municipal, de que isto estaria a favorecer uma instituição. Mas quem é que sabe que este projeto está a favorecer a Santa Casa da Misericórdia de Lamego? Até penso que é exatamente o contrário, porque por aquilo que tenho conhecimento, a Santa Casa da Misericórdia de Lamego está a ser prejudicada com a nossa intenção. Aliás, por aquilo que me consta, a Santa Casa da Misericórdia de Lamego quer ir para tribunal, porque não aceita a proposta da Câmara Municipal de Lamego.

Expliquem-me como é que estamos a favorecer esta instituição. Precisamos de ser esclarecidos em relação a isso. Eu também tenho bastante consideração pela Santa Casa da Misericórdia de Lamego, bem como por todas as instituições, mas, de facto, preciso de ser esclarecido sobre esse assunto e peço ao senhor Presidente da Câmara que nos esclareça.”

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para proferir o seguinte:

“Estava a evitar intervir sobre este assunto, uma vez que sou Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, mas tenho que esclarecer uma situação, relativamente à intervenção do deputado Romeu Sequeira.

A Assembleia dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lamego autorizou a cedência do terreno, em causa, para a construção do novo Centro de Saúde. Discordaram nos valores e foi mandatada a apresentar uma contraproposta ao valor apresentado pelo município, porque o valor apresentado foi considerado baixo. Foi esta a decisão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Quero só perguntar ao deputado Romeu Sequeira o que se passou com a Clínica da Hemodiálise que está instalada no edifício do antigo Hospital de Lamego, pois está ali há dois ou três anos preparada para abrir e os cidadãos estão privados de a utilizar. Não abriu porquê?”

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Deixem-me extrair deste conjunto de intervenções uma expressão muito importante proferida pelo deputado Pedro Torres, que foi “o maior consenso que for possível,

sobre aquilo que é importante”, e, procurando cingir-me a isso, diria apenas que o projeto que foi aprovado em abril de 2021, condicionado à titularidade do terreno e à conformidade do projeto com os instrumentos de planeamento municipal, está morto, ficou para trás.

Se o terreno era pequeno e o edifício grande, se o PDM só permitia 20% da área de implantação, não vale a pena agora discutirmos isso, até porque o financiamento era através do programa Portugal 2020 e a obra tinha que estar paga até dia 30 de novembro e nunca estaria. Por isso, este é um assunto arrumado.

Neste momento está aberto o aviso do PRR, especificamente para o conjunto de trinta Centros de Saúde que vão ser intervencionados na terceira fase, e onde está previsto o nosso projeto, tal como me tinha sido prometido pelo Senhor Ministro da Saúde.

O aviso está publicado, vamos poder fazer a nossa candidatura, vamos, após a revisão do projeto, lançar o concurso de empreitada e dar seguimento a este processo.

Portanto, apelo ao maior consenso que for possível, sobre a obra do Centro de Saúde e, se possível, sobre todas as intervenções da envolvente, que nos parecem muito relevantes para funcionamento da cidade, para a sua articulação com as freguesias desta zona do concelho e também com os concelhos vizinhos de Resende e do Peso da Régua.

Sobre a aquisição dos terrenos, quero dizer uma coisa muito simples, ao adquirir o terreno à Santa Casa da Misericórdia de Lamego, não estamos a fazer um favor à instituição, nem a prejudicá-la, se, obviamente fizermos o negócio por um valor que seja justo, isto é, que seja conforme a vontade de ambas as partes.

A este respeito, quero fazer uma pequena correção à intervenção do deputado Pedro Torres e dizer que na parcela do Parque Urbano o município é que não aceitou pagar o valor pedido pela entidade expropriada e avançou para a expropriação. Depositou 41 mil euros, que era o valor da avaliação do município, e os peritos do Tribunal deliberaram 125 mil euros, razão pela qual, aceitei a avaliação do Tribunal e fizemos o acordo antes da sentença de julgamento, apenas para fazer a realização da escritura e o pagamento, antes do dia 30 de novembro, e receber os 85% dos fundos comunitários.

É natural que haja uma diferença maior de avaliações, se o momento da avaliação e o momento da peritagem inicial for muito afastado no tempo e ainda mais, devido ao contexto inflacionista que vivemos.

Relativamente à aquisição desta parcela de terreno à Santa Casa da Misericórdia de Lamego para a instalação do novo Centro de Saúde e a beneficiação das vias envolventes, a diferença está entre 315 mil euros que foi a avaliação do perito do município, e 390 mil euros que foi a avaliação do perito da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Admito que a nossa avaliação esteja desatualizada nos índices, porque é bastante mais antiga do que a da Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Aliás, fizemos duas avaliações.

Uma, para o terreno global, para o caso da Santa Casa da Misericórdia de Lamego decidir alienar todo o terreno e não querer vender apenas uma parte e outra, para a parcela de terreno que queremos adquirir.

A nossa avaliação tem cerca de um ano e meio e a da Santa Casa da Misericórdia de Lamego é uma avaliação atualizada, portanto admito que possa haver um ajustamento a fazer. Se o ajustamento for apenas esse e se acordamos um valor, até a deliberação que estamos a tomar, não será necessária, mas preventivamente e porque temos de apresentar na candidatura um documento de posse administrativa, proponho que se delibere, hoje, esta aquisição.

Relativamente a este assunto, entendo que o facto de fazermos o equipamento do novo Centro de Saúde naquele local, beneficiando toda a estrutura envolvente, vai libertar a Rotunda Fernando Amaral para a sua função principal, que é ser o principal distribuidor de tráfego na cidade e os equipamentos que já ali estão, nomeadamente a escola EB2, 3, o Centro Escolar Lamego n.º 1, o Parque Urbano e os vários equipamentos privados, já terão mais estacionamento.

Portanto, esta localização parece-me a mais adequada, este projeto é consentâneo com o programa funcional e com as necessidades dos utentes, dos médicos e funcionários do Centro de Saúde.

Temos boas condições para desenvolver este projeto, no âmbito do PRR, ainda assim sobre pressão, porque o ano de 2026 está próximo e teremos algum tempo, dependendo da execução do Portugal 2030 e do lançamento de avisos para a regeneração urbana, de discutir os projetos complementares que estão associados a este projeto base, que é o Parque de Saúde de Lamego.”

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Antes de fazer a declaração final e dizer como iremos votar, gostaria de colocar uma questão do foro jurídico, sobre a qual não sei mesmo a resposta.

Sei que se encontram aqui, na Assembleia, alguns Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e para que, futuramente não se venha a pôr em causa qualquer tipo de decisão, gostaria de saber se estão impedidos, ou não, de votar neste ponto. Eu tenho um entendimento daquilo que é o princípio, noutras situações, mas nesta concretamente, confesso que não tenho.

Dito isto, quero ainda dizer que embora desde o seu princípio, como sempre dissemos, não concordamos com o processo, com o método e com os gastos, quero que fique claro que todos nós defendemos a construção de uma nova unidade de saúde que vai servir e melhorar, e de que maneira, os serviços que serão prestados.

Dito isto, mesmo discordando do princípio de aquisição dos terrenos e porque há uma vontade que se sobrepõe, em relação a termos uma nova unidade hospitalar, iremos

abster-nos nesta votação. Estamos separados numa discórdia, mas juntos naquilo que são propósitos comuns para a sociedade.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para proferir o seguinte:

“Em relação à questão colocada pelo deputado Pedro Torres, os membros da Assembleia Municipal, segundo os termos do Regimento devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo, quando ocorra uma circunstância pela qual se possa suspeitar da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Chegou, até ao momento, à Mesa da Assembleia Municipal a informação de que a deputada municipal Rosa Moutinho se irá ausentar da sala durante a votação neste ponto, por integrar a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Creio que este juízo cabe fazer a cada um dos membros da Assembleia Municipal, mediante a sua responsabilidade pessoal. Portanto, quem não quiser fazer parte deste procedimento, peço que se ausente da sala e, posteriormente, reintegrará a sessão no ponto seguinte.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“Eu também sou Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e não me sinto inibido de trazer aqui propostas relacionadas com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, nem irei à Santa Casa da Misericórdia de Lamego discutir as mesmas propostas que faço aqui.

Faço apenas um alerta, pois a Câmara Municipal apoia várias dezenas de coletividades, algumas não têm sequer um registo rigoroso de associados, e abrir um precedente desta natureza apenas por ser Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, não me parece de todo adequado.

Integrar os órgãos sociais, sim, já me parece que há aí uma incompatibilidade evidente, mas esta é simplesmente uma interpretação que apenas serve preventivamente, para não alastrarmos um procedimento, que poderá futuramente vir a prejudicar clubes, coletividades e associações diversas, sobre as quais deliberamos, ao longo do ano, vários apoios e cedências de espaços.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para proferir a seguinte declaração:

“Acompanho esse entendimento, aliás foi a conduta que adotei, aquando da discussão de um ponto que veio a esta Assembleia Municipal, relacionado com a Federação Académica de Desporto Universitário, no qual me abstive de intervir nessa votação, se bem se recordam.”

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte declaração:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados, tenho a dizer que me vou ausentar desta votação, aliás, não participei na votação deste assunto por entender que há um conflito entre aquilo que foi a minha posição, enquanto Irmão, na Assembleia que discutiu este

assunto, e na qual tive um papel interventivo, e a minha posição enquanto deputado desta Assembleia.

Nesse sentido, ao abrigo do artigo 69º, do Código do Procedimento Administrativo, vou ausentar-me no momento da votação.”

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para proferir a seguinte declaração:

“Sendo Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e depois da deliberação que a Assembleia da Santa Casa da Misericórdia de Lamego tomou e da recomendação feita à Mesa, sinto-me habilitado a votar.

A Assembleia da Santa Casa da Misericórdia de Lamego autorizou a cedência do terreno, apenas discordou dos valores monetários. A própria Mesa ficou mandatada para apresentar uma nova proposta à Câmara Municipal. Como tal, com este pressuposto, estou habilitado a tomar a posição que entender.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte declaração:

“Sou também Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, com muito orgulho, mas até agora não participei diretamente em nenhuma Assembleia da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, não tenho qualquer intervenção no processo e sinto-me perfeitamente livre para ter feito a intervenção que fiz. No entanto, vou-me ausentar na votação para não criar, eventualmente, nenhum constrangimento.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam vinte e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor e sete abstenções. Declaram-se impedidos de votar este ponto, os senhores José Manuel Lourenço Correia, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, António Patrício Ribeiro Esteves e Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, por impedimento legal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para afirmar que a discussão dos pontos 3.9, 3.10 e 3.11, será feita em conjunto e a votação será feita de forma autónoma.

De seguida, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Relativamente a estes três pontos, os mesmos dizem respeito a três protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, que estão incluídos no conjunto dos protocolos que já fizemos com a generalidade das Juntas, faltam apenas quatro, e que gostávamos de concluir e retomar com novos protocolos, no início do próximo ano.

Temos 300 mil euros orçamentados, no próximo ano, para novos protocolos, e estamos a contar poder concluir com as Juntas de Freguesia, esta primeira ronda e preparar uma segunda para obras que são muito importantes para as freguesias e que estamos na disposição de financiar.

Os trabalhos a realizar são decididos pela Juntas de Freguesia, o montante financiado depende da dimensão do projeto e da capacidade financeira da Junta de lhe aportar uma contrapartida própria, ou não.

São, portanto, protocolos que mereceram o acordo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e que entendo estarem em condições de serem aprovados por esta Assembleia Municipal.”

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir o seguinte:

“Quero só explicar o sentido de voto, que será igual para os três pontos.

Consideramos que a Câmara Municipal não perde nunca a sua responsabilidade de olhar para o território concelhio como um todo, cooperando com as juntas de freguesia sempre que solicitada a fazê-lo, mais ainda reconhecendo os poucos recursos económicos das Juntas de Freguesia, que compõem este concelho.

Não vemos qualquer contradição, ou problema de outra ordem, no facto da Câmara Municipal, quando necessário, suportar em si, parte dos investimentos e respetivos recursos financeiros, para a resolução dos problemas concretos das populações do concelho, e que a sua ação vá, não poucas vezes, para lá do definido nos momentos de decisões orçamentais e grandes planos.

Votaremos a favor deste, e dos próximos dois pontos, por motivos idênticos, e em resumo, por reconhecermos à Câmara Municipal essa necessidade e competência, de responder à dinâmica das questões e problemas que podem e irão surgir em todas as freguesias.”

3.9-ASSUNTO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Freguesia de Lamego, para a construção de um muro de sustentação no Caminho dos Caseirinhos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução, devendo ser remetido este assunto à Assembleia Municipal para deliberação.”-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.10-ASSUNTO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, para a execução das obras de alargamento da Rua do Povo da Estrada, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.”-----

Mais proponho que este assunto seja remetido à Assembleia Municipal para deliberação.”-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.11-ASSUNTO MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, para a execução das obras de requalificação dos passeios no lugar do Monte e das instalações sanitárias no edifício sede, com vista a melhorar as condições de segurança da circulação de pessoas, e dos equipamentos públicos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução, e o submeta para deliberação da Assembleia Municipal.”-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e sete membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.12-ASSUNTO TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA DA ASSOCIAÇÃO IBÉRICA DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO DOURO NUM AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL – ADESÃO À NOVA ENTIDADE -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho à Câmara Municipal que aprove a transformação jurídica da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro num Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, nos termos deliberados na Assembleia Geral, bem como determine a adesão do Município de Lamego à nova entidade.”-----

Mais propõe, que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:

“A Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro é uma associação que o Município de Lamego integra desde a sua fundação, há cerca de trinta anos.

A associação já foi presidida pelo Município de Lamego, várias vezes, eu próprio já fui Presidente e Vice-Presidente em Vários mandatos, tem trabalho realizado juntos dos municípios ribeirinhos, com grande destaque para a cooperação entre Aranda del Duero e a cidade do Porto, mas com iniciativas ao longo de todo o Rio Douro.

A associação quer passar de Associação de Municípios, a Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – AECT, e cumpre a cada um dos municípios associados deliberar, nos seus Órgãos Executivos e Deliberativos, a autorização para se proceder a essa transformação e para que o Município de Lamego possa continuar a ser associado da mesma.

Nesse sentido, proponho que possamos aprovar esta alteração estatutária da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor e duas abstenções.

3.13-ASSUNTO: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – 2023/2024 – CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Conscientes das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho de Lamego, que constituem sérios obstáculos ao prosseguimento de estudos dos seus descendentes, pretende-se que a atribuição de bolsas de estudo contribua para proporcionar o acesso ao ensino superior aos jovens lamecenses que, não obstante a sua situação económica, pretendem continuar a sua formação académica.

Considerando que as ações desta natureza enquadram-se nas competências atribuídas aos Municípios, nos termos das alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

Considerando que para a concretização destas atribuições foram cometidas às câmaras municipais competências em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, conforme se alcança do preceituado na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

Considerando que se encontra em vigor o Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado em reunião da Assembleia Municipal, realizada a 16 de abril de 2007 e publicado no Jornal do Douro n.º 367, de 25 de abril de 2007.-----

Catarina Gonçalves Ribeiro, Vice-Presidente e Vereadora em regime de tempo inteiro, com competências delegadas pelo Despacho n.º 3/2021, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 18 de outubro de 2021, nas áreas da ação social, saúde, educação, cultura, desporto e juventude, vem propor que a digníssima Câmara Municipal de Lamego delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 4º e n.º 1 do artigo 7º do referido regulamento, no sentido de:-----

1. Aprovar a atribuição de bolsas de estudo para o ano letivo 2023/2024, de acordo com o n.º 1 do artigo 5º, com o valor máximo anual de 1.000,00€ (mil euros), a todos os candidatos elegíveis, nos termos dos critérios a definir pelo Júri nomeado para o efeito;-----

2. Dar conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 5º;-----

3. Autorizar a publicitação da data de apresentação de candidaturas, até 30 de novembro de 2023, mediante a afixação de editais nos lugares habituais, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7º;-----

4. Aprovar a seguinte constituição do Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 9º:-----

Presidente: Tânia Isabel da Cruz Pereira Jerónimo – Chefe da DJED;-----

Vogais efetivos: Elisabete Maria Pereira da Silva – Técnica Superior da DJED e Susana Cristina Santos Monteiro Coruche – Técnica Superior da UAS;-----

Vogais suplentes: Rosa Maria Henriques do Carmo – Coordenadora Técnica da DJED e José Pedro da Rocha Oliveira – Técnico Superior do Gabinete de Apoio Pessoal.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos:

“A concessão de bolsas de estudo é um aspeto fundamental da relação do Município de Lamego com os lamecenses, que estudam no ensino superior.

Apoiar as famílias, estimular os jovens lamecenses que fazem formação superior, é manter uma relação com o seu concelho, com a sua terra natal, com o município.

Segundo o Regulamento, o número de bolsas a atribuir, está limitado a doze, número esse que decorre de uma natural limitação financeira ao montante que o município quer despende anualmente em bolsas de estudo para estudantes do ensino superior.

Temos tido muito mais candidaturas, do que as doze regulamentadas. Este ano tivemos sessenta e uma candidaturas e foram todas aprovadas. Ou seja, são jovens lamecenses que tiveram aproveitamento, que estudam no ensino superior e pertencem a agregados familiares com alguma limitação económica.

Nesse sentido, o que apresentamos à Assembleia Municipal e que foi deliberado em reunião de Câmara, é que não haja limitação para o número de bolsas de estudo a atribuir, o que significa que teremos que nos acomodar do ponto de vista orçamental ao número de bolsas que vierem a ser requeridas e que reúnam as condições para serem atribuídas. E apresentar também a constituição do júri, que é um júri técnico,

constituído por pessoas da ação social e da área da educação, para que todos os critérios que estão previstos no Regulamento, sejam cumpridos.”

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para proferir a seguinte intervenção:

“Queria só deixar aqui um apontamento sobre este assunto. Ontem assisti a um programa televisivo, Linha da Frente, no qual se falava que há em Portugal muitos estudantes com grandes capacidades que podem dar muito ao país, mas estão a abandonar o ensino superior, porque os pais, apesar de terem emprego, não conseguem pagar todas as despesas.

Por isso, Senhor Presidente, esta medida é muito importante e deixo-lhe um desafio, que era começar a aplicar uma taxa turística no município e canalizar essa receita para ajudar os alunos lamecenses que frequentam o ensino superior, pois cem euros já é uma ajuda, mas perante o custo de vida atual, nomeadamente, ao nível do setor imobiliário, é um valor pequeno. Eu sei que não é muito de acordo, mas fique a pensar nisso.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir o seguinte:

“O turismo e a formação não têm ligação. A formação tem de se fazer, tem de se investir nos nossos jovens, independentemente de termos receitas, ou não. Temos que acomodar esta despesa, ou outra que venha a ser decidida, no nosso orçamento independentemente da fonte de receita.

Quero só dizer que há outras soluções alternativas, que gostava que pudéssemos avaliar e, eventualmente, testar, por exemplo, nós poderemos apoiar mais as famílias, se os jovens, durante o curso, ou após o curso, poderem retribuir ao município e à comunidade, que os apoiou, com algum trabalho, seja trabalho voluntário, durante o período de férias, seja através de um estágio curto. Ou seja, poderem, de alguma forma, compensar o investimento que fazemos neles, permitindo-nos, assim, fazer esse investimento, não através da atribuição de uma bolsa, mas através de um investimento que será recuperado com uma retribuição, em termos de trabalho.

É apenas uma hipótese que merecia ser estudada, porque, tal como disse o deputado Carlos Loureiro, temos jovens extremamente qualificados, super interessados e muitas vezes falta-lhes a oportunidade de se mostrarem e podíamos ponderar, por essa via, sob essa condição, alterar substancialmente o valor da bolsa.”

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

3.14-ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DA HABITAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho que a Câmara Municipal aprove a primeira alteração da Estratégia Local de Habitação, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 2º da Portaria 230/2018 de 17 de agosto, na redação conferida pela Portaria n.º 268/2023 de 23 de agosto, de modo a

incluir na Estratégia Local de Habitação, a reabilitação de património edificado municipal.-----

Mais propõe que o assunto seja submetido à Assembleia Municipal para aprovação.---

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir o seguinte:

“Vamos fazer apenas duas alterações à Estratégia Local de Habitação, que não são alterações de monta, mas que são muito relevantes.

A primeira é que além da construção nova, vamos incluir reabilitação e a segunda é que, além da cidade, vamos incluir construção de habitação, a custos controlados, numa das freguesias.

O nosso desejo era que pudesse ser em duas, mas o espaço escolhido na Freguesia de Britiande, não tinha condições, nos termos dos instrumentos do Ordenamento de Território, pois era uma reserva agrícola e não podia ser edificado.”

Passo a apresentar a 1ª alteração da Estratégia Local de Habitação, que será executada conforme candidatura já apresentada parcialmente, durante o mês de dezembro de 2023. Tentaremos fazer nova candidatura para empréstimo, se houver condições técnicas para o fazer até ao final do ano.

Este projeto para a 1ª alteração da Estratégia Local de Habitação prevê a construção de habitação a custos controlados, seja em habitação nova, seja em habitação a reabilitar, bem como o apoio a 30 beneficiários diretos, isto é a proprietários privados de habitações, que tenham más condições de habitabilidade e que mediante candidatura apresentada com apoio dos serviços municipais podem ver as suas casas reabilitadas neste programa. Vamos passar de 106 habitações novas, para 119 novas habitações, sendo 106 novas e 13 reabilitações. Vamos construir em Nazes, em duas fases, uma sobre o Bairro existente em Nazes que irá desaparecer e outra na encosta a sul que é uma encosta inclinada e onde terá uma construção só ao nível de rés do chão. Vamos construir em Cambres, sob um terreno no lugar das Lamas, que foi adquirido pelo Município de Lamego há mais de 20 anos, precisamente para este fim e que nunca foi utilizado. Estudámos a hipótese de construir no lugar do Campo do Calvário, em Britiande, mas este terreno é reserva agrícola.

Quanto às reabilitações, vamos fazer a reabilitação de 3 habitações no lugar de Ponte de Pau, crendo que vamos conseguir fazer 5.

Vamos recuperar uma casa no lugar de S. Gens, propriedade do município, para 2 habitações.

Vamos reabilitar no lugar de Nazes uma cave que o município já possui. Vamos reabilitar 2 casas na Quinta de Santo António, propriedade do Ministério da Agricultura, onde já estive a funcionar a Beira Douro. A propósito, temos grande dificuldade em registar casas devolutas propriedade da administração central, devido ao relacionamento com esta, em que não conseguimos transferir as 2 casas do Ministério da Agricultura, nem a casa do cantoneiro da florestal da Serra das Meadas, nem a balança e o quiosque que estão junto ao Restaurante Torrão, para podermos

reabilitar aquele espaço onde passam milhares de turistas diariamente. Trata-se de uma burocracia absolutamente inacreditável. Vamos fazer 3 apartamentos no antigo quartel dos bombeiros, através de um protocolo celebrados com esta entidade.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:

“Daquilo que aqui foi apresentado, o que nos apraz dizer é que estamos em total concordância. Bem sei, que propositadamente, o Senhor Presidente da Câmara não o disse, mas temos que afirmar a realidade, pois este conjunto de projetos que se irá espalhar pelo país fora, é a marca de um Governo que está a cessar funções.

No entanto, há aqui uma questão de timing, pois quem conhece o mercado atual da construção e as dificuldades em arranjar mão-de-obra qualificada para execução de determinadas tarefas, principalmente no interior do país, de facto, os timings parecem-me muito curtos para fazer um conjunto muito grande de obras.

A experiência diz-me, que nas condições em que estamos, será quase bater um recorde, concluir esta estratégia até 2026. Mas estou certo que este será um dos pontos em que estaremos de acordo.

Portanto, foi uma excelente medida tomada pelo Partido Socialista, é exatamente com este tipo de ferramentas e com este tipo de medidas que será possível mitigar, um pouco, aquilo que é o problema da habitação, que é transversal, e permitir que possa haver fixação de famílias nas nossas regiões.

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, fico satisfeito por, finalmente, trazer uma apresentação sobre a Estratégia Local de Habitação e dou-lhe os parabéns por isso.

Tenho aqui algumas questões, mas até mais sobre o ponto de vista técnico, para ficarmos esclarecidos.

Concordo totalmente com a estratégia, como sabem, eu sou um defensor da mesma, mas gostaria de saber se em relação a Britiande, não haveria a possibilidade de se analisar outro espaço, além daquele que referiu e, apostando na fixação de pessoas nas freguesias rurais, se não havia possibilidade de existirem outros locais a contemplar, em outras freguesias.

Gostaria também de saber se critérios, relativamente aos beneficiários, já estão definidos e qual é o timing previsto para isso acontecer, quer para atribuição dos critérios, quer para atribuição das casas.

Em relação, por exemplo, à Freguesia de Cambres, gostaria de saber se há uma estratégia de fixação apenas para as pessoas da freguesia, ou se é um âmbito mais geral. Era importante ter depois uma estratégia para comunicar à sociedade, ou seja, até que ponto e de que forma é que a comunicação para as inscrições vai acontecer, para que realmente as pessoas que carecem de dificuldades, possam ter conhecimento.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir o seguinte:

“Efetivamente, quando assinámos o protocolo de colaboração com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, pensámos que este processo avançaria mais rápido, no início de 2022.

No entanto, concluímos que é um processo muito complexo, de grande volume financeiro e complexidade técnica, por isso demorámos todo este tempo a decidir os locais, a fazer a aquisição do terreno, a formalizar a candidatura e a decidir o modelo de construção.

A minha vontade era que tivesse sido um modelo ainda mais aberto, mais liberal, por exemplo, de aquisição de bens futuros, ou seja, a Câmara lançava um aviso e os promotores imobiliários do concelho, ou de fora, propunham-se a adquirir os terrenos, a construir as casas e a entregá-las ao município. A dificuldade deste modelo é o problema dos prazos, pois em caso de incumprimento dos mesmos, quem ficaria com as casas, o promotor, ou o município? O município não poderá, porque não terá dinheiro para as pagar, o promotor fica com elas e há mercado para cem ou cento e vinte casas, em Lamego, de imediato?

Todas estas questões foram maturadas e analisadas com as equipas técnicas do município, com o próprio IHRU, com pessoas que têm acompanhado estas metodologias e concluímos que a melhor forma era, efetivamente, fazer a aquisição dos terrenos, o estudo prévio e depois lançar o concurso, após a alteração desta Estratégia Local de Habitação, nesta Assembleia Municipal.

Não fomos mais ambiciosos nas freguesias, porque não temos tempo. Se tivéssemos tempo, em vez de treze ou catorze construções reabilitadas, teríamos feito três ou quatro, em todas as freguesias.

Fazer em Cambres e Britiande, seria, por exemplo, uma forma de agregar todas as pessoas de uma área do concelho, esperando que esta habitação, para muitas famílias, possa ser transitória, ou seja, que as pessoas possam viver aqui durante algum tempo e depois possam alugar ou comprar uma outra casa. Esse é o nosso objetivo, dar condições de dignidade às pessoas para que, posteriormente, possam entrar no elevador da mobilidade social e possam ter outro tipo de vivências.

Em relação à lista dos beneficiários, esta ficou definida em setembro de 2023, portanto, já se sabe quem são as famílias que estão inscritas, no entanto, daqui até à entrega das casas, haverá muitas alterações nessa lista, pois haverá certamente pessoas que vão sair da referida lista, porque emigram, ou porque a vida entretanto melhorou, será, naturalmente, uma lista evolutiva, embora esteja fixada.

Tenho ainda a dizer que as habitações de Cambres correspondem, grosso modo, ao número de pedidos que temos nas freguesias de Sande, Cambres, Samodães e Penajoia, portanto esse bloco ficará quase completo, ficará apenas com duas vagas, salvo as alterações que surgirão nos próximos tempos.

Em relação à cidade, famílias que estejam inscritas e a residir nas freguesias do lado sul ou sudeste, terão de se deslocar para a cidade e isso é uma perda objetiva para as

freguesias, não queríamos que fosse assim, mas entre fazer ou não fazer, temos de optar por fazer, com as condições e as regras disponíveis.

Sobre o critério de atribuição das casas, temos um Regulamento que já serviu, em 2007, para o realojamento nos dois blocos que construímos na Quinta de Santo António, não se adequa a estes critérios atualmente previstos pelo IHRU, iremos fazer a alteração do regulamento, trazê-lo a esta Assembleia Municipal, mas, até à entrega das casas, em 2026, teremos muito tempo para o fazer.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e um membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.15-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA À SUPERFÍCIE NA CIDADE DE LAMEGO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS CONCURSAIS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“O atual sistema de gestão do estacionamento pago à superfície na cidade de Lamego não corresponde às exigências de modernidade, de eficácia, e comodidade para o cidadão, que necessita de estacionar a sua viatura nas zonas mais centrais da cidade de Lamego. -----

Torna-se assim necessário instalar equipamentos mais evoluídos tecnologicamente, que disponibilizem novas formas de pagamento, que permitam uma melhor monitorização e gestão, e uma fiscalização mais eficaz.-----

À semelhança do que se tem verificado em muitas das cidades portuguesas, a opção tem sido pela concessão da gestão, exploração, manutenção, e fiscalização do estacionamento pago à superfície, com ganhos evidentes na eficácia e qualidade do serviço. -----

A concessão inclui a aquisição, a instalação, a conservação e a manutenção das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, assim como da rede de sensorização, bem como todas as faculdades que sejam instrumentais ou necessárias ao desenvolvimento das atividades. -----

Como contrapartida financeira, o Município de Lamego receberá do concessionário um mínimo de 50% da receita bruta efetiva, com garantia mínima mensal de 5.000,00€.

Proponho assim à Exma. Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado a abertura do procedimento de concurso público para a “concessão da gestão, exploração, manutenção, e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Lamego”, nos termos do Programa do Procedimento e Caderno de Encargos que se anexam à presente proposta e dela fazem parte integrante, e posterior envio para deliberação da Assembleia Municipal.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos sobre este ponto:

“Em relação a este ponto, informo que além dos locais de estacionamento à superfície já tarifados, vamos passar a ter mais dois que são o parque de Almacave e o parque junto ao Posto de Turismo.

Pretendemos com este concurso de concessão, em primeiro lugar, modernizar a gestão do estacionamento de superfície, ou seja, modernizar os equipamentos de pagamento, para podermos ter outras formas de pagamento, além das moedas, através de MB WAY, Via Verde, entre outros.

Em segundo lugar, ter um sistema para controlo de lugares vazios, haver um sensor em cada lugar de estacionamento, para sabermos se, numa determinada rua onde vamos entrar, há lugares livres.

Em terceiro lugar, termos uma fiscalização permanente, mais baseada em coimas previstas em Regulamento e não nas contraordenações do Código da Estrada, que são no mínimo 30 euros.

Já temos, em termos de receita, praticamente 30% da receita, proveniente de multas e não de estacionamento. Nós queremos que as pessoas paguem o estacionamento e queremos que o estacionamento dos lugares de superfície sejam úteis para o comércio e para a habitação, na zona central da cidade, não queremos cobrar, em multas, dinheiro dos lamecenses.

E queremos finalmente que, deste processo, resultando uma gestão mais eficiente de estacionamento, resulte também um ganho em termos de receita para o município.

Como é sabido, já tentamos fazer a concessão do estacionamento anteriormente. Temos algumas divergências, do ponto de vista ideológico, relativamente a este modelo de gestão, mas a verdade é que, o modelo de gestão de estacionamento tarifado de superfície por concessão, é um modelo mais eficiente e permite que se façam investimentos sem que seja o município a fazê-lo, permite que haja fiscalização, sem ser através dos serviços do município e que a receita seja justamente repartida entre o concessionário e o concedente, neste caso, a Câmara Municipal.

Posto isto, senhores deputados municipais, proponho que aprovem a concessão do estacionamento de superfície no Município de Lamego.”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção:

“Tenho algumas questões relativamente a esta proposta, porquanto denoto algumas vantagens e algumas desvantagens.

Vão aumentar as áreas de estacionamento controlado, é um facto, e algumas das vantagens que podemos retirar daqui é, por exemplo, o valor das contraordenações, como referiu o senhor Presidente da Câmara, e muito bem, não são tão penosas para os cidadãos, embora, sejamos sinceros, alguns parques como os que temos atualmente, nomeadamente o da Rua da Preguiça, o da Avenida 5 de Outubro e o

parque junto ao Tribunal, são muito utilizados pelos lamecenses e por quem nos visita, em que o custo é zero.

Portanto há um limite, entre os valores que vão ser aplicados, que serão mais baixos, também concordo, mas depois há a questão de ficarmos com parques, considerados estratégicos, onde vai passar a existir o pagamento de um valor.

Este facto merece a nossa reflexão e vai de encontro ao assunto dos vouchers e do comércio local, já aqui falados, e fico na dúvida, não sei até que ponto esta medida, do estacionamento pago, vai prejudicar, ou não, o comércio local.

Em relação à modernização dos equipamentos, considero que seja muito positivo, mas a questão de existir menos possibilidade de estacionarmos gratuitamente, já nos deixa um pouco reticentes, relativamente a esta medida.

Na minha perspetiva e do Partido Socialista, nós temos alguma dificuldade em aceitar esta proposta de ânimo leve, mas deixo à reflexão.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção:

“Em relação a esta proposta, tenho a dizer que existe atualmente um sistema obsoleto, de difícil controlo, de má utilização, que muitas vezes não disponibiliza os lugares que são necessários e que, como já vimos, com contraordenações elevadas.

Nesse sentido, é preciso modernizar e rentabilizar e, para isso, é necessário implementar novas tecnologias que são, obviamente, dispendiosas, sendo impreterível analisar bem as soluções e este modelo parece-nos muito bom, porque alguém se responsabiliza por essa implementação e pela sua manutenção.

E, nestes moldes, aplica-se um modelo de partilha, do qual a Câmara Municipal ainda retira alguns proveitos e as pessoas deixam de pagar coimas tão elevadas.

Não me parece que seja difícil entender este modelo, parece-me até imperioso e deixo aqui um desafio de modernização. Quem viaja muito, ou vê televisão, sabe que as cidades europeias tendem a retirar o trânsito do centro das cidades e nós temos de começar a pensar nisso também. Sei que a orografia da nossa cidade não é fácil, mas Lamego não é uma grande cidade e hoje em dia, há soluções elétricas de mobilidade. Considero importante que se retire o trânsito do centro da cidade, através deste modelo de estacionamento intuitivo e moderno. Não tenhamos medo do futuro.”

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção:

“Caros senhores, se o futuro é este, então tenhamos algum medo do futuro.

Sobre este ponto, cabe-nos de forma tão breve quanto possível, dizer que, de uma forma geral, as concessões servem sobretudo o interesse do lucro da iniciativa privada e que raramente serve o interesse dos cidadãos.

De facto, será este o caso em que uma anunciada eficaz e melhor fiscalização, em muito trará transtornos a quem, sem alternativa, se movimenta no perímetro urbano, e

encherá os cofres da empresa que se substitui à Câmara Municipal e, em particular, à polícia de segurança pública em parte deste processo.

Consideramos ainda que de forma errada se olha para o conceito de multas e coimas como formas de financiamento das entidades públicas, nomeadamente as autarquias, mas quererá efetivamente Lamego equiparar-se a cidades ditas “grandes”, numa perseguição à movimentação e estacionamento individual, quando as alternativas de transportes públicos e outras formas de mobilidade, são praticamente inexistentes e inconsequentes?

Com isto queremos dizer que, de uma forma geral, a concessão não traz benefícios efetivos para os lamecenses, face ao cenário atualmente em vigor, e que, por outro lado, em territórios, como o de Lamego, despido de transporte, o estacionamento nem deveria, na verdade, ter um custo ou taxa associada.

E aqui não valerá nenhum dos velhos argumentos que refere como preocupação, o eventual abuso no tempo de estacionamento, porque, de facto, ninguém fica, por teimosia, mais tempo do que precisa, ou outro que afirma que o comércio poderia sair prejudicado pelo estacionamento gratuito, quando na verdade só veria, eventualmente, investido nas suas casas, um retorno de uma poupança, nesta e noutras dimensões da vida humana, que considero injustas serem taxadas, um investimento que retornaria eventualmente às casas de comércio, por estas poupanças.

Votaremos contra.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte:

“O senhor deputado Alexandre Hoffmann veio falar da monetização de todos os aspetos da nossa vida.

Efetivamente nada se faz sem dinheiro, no entanto, neste caso, o relevante não é o dinheiro, muito menos o dinheiro das multas. Não queremos, de todo, que os lamecenses, ou quem nos visita, sejam multados. Queremos, apenas, que cumpram as regras de estacionamento, nomeadamente, pagar as tarifas que estão definidas para que o estacionamento tenha rotação.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Romeu Sequeira, quero dizer que só incluímos dois parques de estacionamento, o parque junto ao Posto de Turismo e o Parque de Almacave. Excluimos o estacionamento da Rua Bernardo Pinheiro de Aragão, o da Rua de Fafel, o da Rua Justino Pinto de Oliveira, o do Largo da Feira, o da Central de Camionagem e o da Rua da Preguiça, ou do Serrado, ou seja, não alargamos, permitindo aqui um excelente compromisso entre aquilo que é o espaço necessário para o comércio e também para a habitação, nomeadamente à Rua de Almacave, onde será necessário um novo cartão de habitação, ou um estacionamento com regras próprias, por exemplo, para os alojamentos locais, para que os clientes que vêm em carros alugados e que estacionam sem conhecer as regras, possam ter outras disponibilidades de estacionamento, que neste momento o nosso Regulamento não prevê.

Quanto ao futuro das cidades, passará por um futuro sem carros. É evidente que nós diremos que será impossível. De facto, neste momento e até para a nossa geração, será impossível, mas o futuro vai passar por menos superfície automóvel e mais transportes públicos, e não diga que estamos desprovidos de transportes públicos, pois o Verdinho funciona, presta imensos serviços e tem cada vez mais procura. O futuro será de micro mobilidade, senhor deputado, o senhor é um jovem e andar a pé, de vez em quando, não faz mal nenhum.

Para finalizar, há um aspeto que terá de ser incorporado e Lamego até é uma cidade bastante beneficiada, nesse aspeto, que é haver um conforto bioclimático, ou seja, uma pessoa poder andar na rua principalmente no calor, sem qualquer tipo de sombra. Se assim não for, todos vão utilizar o carro, que tem ar condicionado, para fazer pequenos percursos no verão.

A esse respeito, anuncio que a passagem inferior sob o escadório dos Remédios já está aberta.

Relativamente à política de estacionamento, esta clara, é simples de perceber, é benéfica para toda a gente, para comerciantes, moradores e para utilizadores de automóvel, no seu dia-a-dia.

Em termos da gestão, não posso concordar com essa questão do confronto entre gestão pública e gestão privada, entre concessão ou gestão direta. O importante é o serviço prestado ao cidadão e pelo qual ele paga uma tarifa, seja o melhor possível e esta é, a nosso ver, a melhor solução.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, com seis votos contra e três abstenções.

3.16-ASSUNTO: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“O Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março, veio alargar as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade, ao abrigo do artigo 23º, da Lei 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), e procedeu à segunda alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, diploma que criou os Conselhos Municipais de Segurança.-----

Com este novo enquadramento, os Conselhos Municipais de Segurança ganham poder de intervenção para definir estratégias de segurança local, com a participação direta das populações, através da adoção de uma nova configuração, da adaptação da sua composição e da integração de novas competências pelo que se torna necessário proceder à adequação do atual Regulamento Municipal face à nova legislação.-----

Assim, de acordo com o diploma supra citado, reuniu o Conselho Municipal de Segurança, em 06 de novembro de 2023, e elaborou uma proposta de regulamento a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Nos termos supra enumerados, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere aprovar a Proposta do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Lamego, como previsto no artigo 6º da Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, na sua atual redação e respetiva remissão à Assembleia Municipal para apreciação.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos:

“Trata-se de um mero regulamento de funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.

Este conselho é particular no conjunto de formalismos a que obriga, nomeadamente a tomada de posse dos seus membros, perante o Executivo Municipal e a aprovação do Regulamento na Assembleia Municipal.

Este Regulamento não é mais do que um Regimento Interno que define a constituição do Conselho, nos termos da lei, bem como as suas regras de funcionamento que são similares às de qualquer outro Conselho Municipal que temos a funcionar em Lamego e estão quase todos a funcionar.

O Conselho Municipal de Segurança é particularmente importante e pensamos que este Regulamento está em condições de ser aprovado.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e um membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.17-ASSUNTO: DELIMITAÇÃO DA ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA: DA CIDADE DE LAMEGO, DE CAMBRES, DE SANDE, DE VALDIGEM, DE BRITIANDE, DE LALIM E DE LAZARIM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte:-----

“Proponho à Câmara Municipal, de acordo com a informação do chefe da D.O.U., 31/10/2023, a aprovação sobre a forma e conteúdo das ARU em apreço, e a delimitação das mesmas, que deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos:

“As Áreas de Reabilitação Urbana são um instrumento fundamental de gestão do imobilizado existente em cada espaço urbano da nossa cidade, do nosso concelho, e nas dinâmicas que aqui queremos implementar.

A cidade de Lamego tinha um conjunto de 12 Áreas de Reabilitação Urbana, que caducaram e não foram renovadas. Decidimos voltar a lançar este processo, mas

olhar, não apenas para a cidade e para os seus bairros históricos, que foram o fundamento e a base das ARU, definidas há cerca de quinze anos, e olhar, agora, para todo o concelho.

Nesse sentido, fizemos uma seleção da primeira rede de aglomerados urbanos na cidade e nas freguesias que deveriam ser objeto de definição de Área de Reabilitação Urbana.

O Engenheiro Manuel Marques, Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo, coordenou este processo e, na primeira fase, as ARU's definidas foram as seguintes: uma única Área de Reabilitação Urbana para a cidade, uma para Cambres, uma para Sande, uma para Valdigem, uma para Britiande, uma para Lalim e outra para Lazarim.

Estes foram os centros urbanos eleitos numa primeira abordagem para poderem ser objeto de constituição de uma ARU.

As Áreas de Reabilitação Urbana podem ter duas metodologias de execução, por execução programada, por operação de reabilitação urbana, ou por execução simples.

Na execução programada há sempre um conjunto de projetos associados à definição da ARU e nós fizemos essa definição para a cidade, para a Freguesia de Britiande e para a de Cambres.

As restantes serão ARUS de execução simples, ou seja, pequenos ou grandes investimentos feitos pelo município e pela Junta de Freguesia e haverá investimentos privados que não terão de ser articulados, não terão de estar incorporados numa operação de reabilitação urbana.

Sabemos que outras freguesias têm aglomerados urbanos, algumas têm até aglomerados de grande interesse, mas de escassa dimensão e, por isso, estamos a planear lançar um procedimento para a constituição de novas ARU's em Samodães, em Mazes, em Avões, em Magueija, em Pretarouca, em Ferreiros, em Várzea de Abrunhais e em Figueira.

Temos, ainda, de ponderar com algum cuidado, nas freguesias com maior dispersão, como a Penajoia, Cepões, Ferreirim e Vila Nova de Souto D'EL Rei, ou seja, freguesias com grande dispersão, têm vários lugares, mas que não têm um centro de freguesia onde se possa fazer um primeiro investimento, onde se possa fazer uma primeira abordagem.

Então, escalonando, numa situação imediata as Áreas de Reabilitação Urbana que estão para aprovação e numa situação de perspetiva, a definir durante o próximo ano, estas Área de Reabilitação Urbana que acabei de referir, para as estantes freguesias.

Quais são as vantagens de uma ARU, além dos investimentos municipais que forem feitos nessa zona? São, essencialmente, a redução de taxas municipais e as isenções ou reduções fiscais, nomeadamente no IVA, no IMI e no IMT, na primeira transação.

Para isso adotámos as previsões que a lei permite e concedemos os mais amplos benefícios fiscais que estão previstos na lei.

Pensamos, com isto, estar a repor a muitos investidores que investiram no concelho e não tiveram acesso a estes benefícios a possibilidade de poderem continuar a investir, e àqueles que o vão fazer agora, garantir que o podem fazer em condições benéficas e que o seu investimento é bem visto pela comunidade e beneficiado pelo município, com as reduções ou isenções legalmente previstas.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte declaração:

“Senhor Presidente da Câmara foi falta de atenção da minha parte, ou não ouvi nenhuma referência à Freguesia de Penude? Não sei se já iria para a segunda vaga, até estive a escutá-lo com alguma atenção e não me pareceu que tenha referido Penude.

Acho estranho, porque a Freguesia de Penude tem uma grande expressão, em termos populacionais e é verdade que tem um ou outro povo mais disperso, mas Penude será daquelas freguesias que se encontra entre o disperso e o não disperso, porque, de facto, tem um conjunto de povoações que tem uma grande expressão populacional.

Gostaria só que me clarificasse essa dúvida.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos:

“De facto, a Freguesia de Penude não consta nem da lista de ARU’s que estão propostas, nem da lista que referi. No entanto, a Freguesia de Penude foi apreciada nos seus diversos povos, mas, de facto, não está aqui na nota que tenho.

Mas, como o novo conjunto de ARU’s é ainda a definir e a contratualizar com uma empresa que faça o estudo, que faça a caracterização e que apresente a proposta, ainda temos muito tempo para fazer essa integração, mas sim, reconheço que há aqui esta lacuna e que pode ter sido só lapso meu, nas notas que tirei.”

Presidente da Assembleia

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e um membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para registar o facto de considerar que ficou claro que é necessário fazer alguns ajustes ao Regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito à forma de votação.

Nesse sentido, informou a Assembleia que irá promover uma conferência de líderes municipais, com o intuito de trazer à Assembleia Municipal, uma revisão pontual e específica ao referido Regimento, principalmente referente à forma de votação e aos tempos, pois não lhe parece razoável que o senhor Presidente Câmara tenha apenas trinta minutos para utilizar no período da ordem do dia.

Mais informou que estão a decorrer as inscrições para as escolas no âmbito do Programa Jovem Autarca, apelando aos membros da Assembleia que divulguem esta informação, dado tratar-se de um projeto desta Assembleia Municipal.

Por fim, desejou a todos Boas Festas e um bom jantar de Natal.

2.ºPERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.

3.18- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.19- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às vinte horas da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior, Mabilde Rosa Pinto Lopes, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior